



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

ESDRAS RENAN FARIAS DANTAS

**RESPONSABILIDADE SOCIAL DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO: O CONCEITO
DA TEMÁTICA A PARTIR DOS REGISTROS DOS PROGRAMAS DE PÓS-
GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO NO BRASIL**

JOÃO PESSOA, PB
2016

Esdras Renan Farias Dantas

Responsabilidade Social da Ciência da Informação: o conceito da temática a partir dos registros dos Programas de Pós-Graduação em Ciência da Informação no Brasil

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Ciência da Informação do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal da Paraíba como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciência da Informação.

Área de concentração: Informação, Conhecimento e Sociedade.

Linha de pesquisa: Ética, Gestão e Políticas de Informação.

Orientadora: Profa. Dra. Joana Coeli Ribeiro Garcia

João Pessoa, PB
2016

D192r Dantas, Esdras Renan Farias.
 Responsabilidade social da ciência da informação: o
 conceito da temática a partir dos registros dos Programas de
 Pós-Graduação em Ciência da Informação no Brasil / Esdras
 Renan Farias Dantas.- João Pessoa, 2016.
 120f. : il.
 Orientadora: Joana Coeli Ribeiro Garcia
 Dissertação (Mestrado) - UFPB/CCSA
 1. Ciência da informação - Brasil. 2. Responsabilidade
 social - ciência da informação. 3. Papel social - ciência da
 informação.

UFPB/BC

CDU: 02(81)(043)

Esdras Renan Farias Dantas

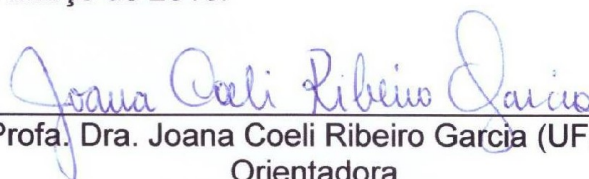
Responsabilidade Social da Ciência da Informação: o conceito da temática a partir dos registros dos Programas de Pós-Graduação em Ciência da Informação no Brasil

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Ciência da Informação do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal da Paraíba como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciência da Informação.

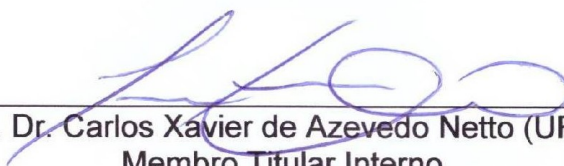
Área de concentração: Informação, Conhecimento e Sociedade.

Linha de pesquisa: Ética, Gestão e Políticas de Informação.

Aprovada em: 21 de Março de 2016.



Profa. Dra. Joana Coeli Ribeiro Garcia (UFPB)
Orientadora



Prof. Dr. Carlos Xavier de Azevedo Netto (UFPB)
Membro Titular Interno

Prof. Dr. Fábio Assis Pinho (UFPE)
Membro Titular Externo

Profa. Dra. Izabel França de Lima (UFPB)
Membro Suplente Interno

Profa. Dra. Maria Giovanna Guedes Farias (UFC)
Membro Suplente Externo

Não poderia deixar de dedicar a você essa memória,
pois na gênese desta produção,
também começa a nossa história.

Te dedico esse registro científico alcançado,
como forma de compartilhar com você,
um tão importante êxito conquistado.

Você está em cada linha, em cada verso,
fazendo com que a atividade de registrar meus conhecimentos
torne-se menos solitária, eu confesso.

À você, Débora,
minha companheira para toda a vida,
dedico.

AGRADECIMENTOS

O momento é de agradecer. Agradecer primeiramente a Deus, pois é o criador de todas as coisas, e nos concedeu a oportunidade de estar e chegar até aqui. Foi vontade de Deus que eu alcançasse essa vitória.

À minha inspiração. Exemplo de pessoa e de profissional. A satisfação do meu viver. De você veio o incentivo inestimável e incondicional para que eu concluísse o registro das minhas memórias sobre a RS da CI. Acompanhou-me nessa solitária atividade de produção do conhecimento. Seu amor inspirou-me para que os parágrafos registrados virassem versos para que a leitura desta produção por outros se tornasse mais leve e prazerosa. Débora Sampaio, obrigado por caminhar ao meu lado, por dividir momentos da vida que fizeram com que essa temporada fosse passageira no sentido mais forte da palavra. Ao mesmo tempo, por contribuir, sobremaneira, para que dessa etapa proviesse resultados concretos. Por tudo o que tem feito por mim, que aqui não é suficiente para historiar, mas principalmente por seu amor. À minha eterna companheira, presto o meu agradecimento mais relevante, profundo, sincero e repleto de amor. Sou pleno porque te dedico os meus dias.

Aos meus pais, Isnah Farias de Figueiredo e Valter Dantas da Silva, pelo aguento e pelos valiosos princípios. Dedicaram suas vidas para educar-me e ensinar que a vida deve ser pautada na fraternidade, na justiça, na sabedoria e na responsabilidade social.

À minha amada avó, Maria Auxiliadora de Figueiredo, mulher de profunda sabedoria e humildade, que me compreende extraordinariamente, num período de dificuldades e mudanças. Por receber tão gentilmente, no seio da nossa família, a minha outra metade. Pelo amor a mim dedicado, e por ter, junto aos meus pais, participado da minha educação na atividade de transmissão dos ensinamentos por eles acreditados.

À minha tia, Irany Farias, representante da família Farias de Figueiredo, que ao longo da minha existência me acompanha com préstimos singulares, e que no seu íntimo, pede a Deus e me deseja êxito na vida profissional.

À minha orientadora, Profa. Dra. Joana Coeli Ribeiro Garcia, agradeço pelo incentivo contínuo para que registrasse os meus conhecimentos sobre a sociedade

da informação e a responsabilidade que possuímos ou deveríamos possuir em relação a ela. Obrigado por proporcionar a abertura da minha mente para enxergar as problemáticas sociais, o que me permitiu registrar o limiar da reescrita da responsabilidade social na Ciência da Informação.

Aos membros titulares e suplentes da banca, Prof. Dr. Carlos Xavier de Azevedo Netto, Prof. Dr. Fábio Assis Pinho, Profa. Dra. Izabel França de Lima e Profa. Dra. Maria Giovanna Guedes de Farias, pelo tempo dedicado à avaliação deste trabalho, e pelas valiosas contribuições apresentadas.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal da Paraíba, principalmente aos que compartilharam comigo seus conhecimentos na ocasião das disciplinas que cursei.

À Secretaria do Programa, na pessoa do Prof. Carlos Xavier e do servidor Franklin, pela presteza dos seus serviços em atenção as minhas necessidades no Mestrado.

À Profa. Bernardina Maria Juvenal Freire de Oliveira, pelo incentivo intermitente para que eu ingressasse no curso de Mestrado em Ciência da Informação da UFPB, e pelos laços de profunda amizade constituídos ao longo da minha vida acadêmica.

Ao Centro de Ciências Exatas e Sociais Aplicadas (CCEA) da Universidade Estadual da Paraíba, local onde dedico meus dias ao trabalho. Em especial às diretoras Cheyenne Ribeiro e Lidianne Campelo no biênio 2015-2016, pela inestimável compreensão em relação ao momento de capacitação vivenciado por mim. Ao Prof. Odilon Avelino, por compreender também, as minhas necessidades de amadurecimento profissional.

Aos colegas servidores do CCEA, Dinahiara Torres, Thayamma Andrade e Diogo Medeiros, pelo apoio funcional prestado nesse período. De modo especial, quero agradecer aos companheiros de ambiente de trabalho, os auxiliares da Biblioteca Setorial Professor Virgílio Trindade Monteiro, Antônio Wlisses, Lucas Guedes, Luís Felipe e Maria Liliane Fernandes, por terem compreendido os momentos que não pude me dedicar totalmente aos afazeres laborais.

Particularmente, quero agradecer ao meu parceiro de trabalho e amigo, Diego Fernandes de Araújo, pela amizade verdadeira que se estende para além dos muros da UEPB. Desejo continuar testemunhando as suas conquistas e felicidade durante o percurso da vida.

E aos amigos, Yago Candeia e Victor Emmanuel. A amizade de vocês foi muito importante num início de mestrado envolto de dificuldades e desânimos previstos. Os encorajamentos, muitas vezes diários, em oposição aos contratempos profetizados, me impulsionaram a continuar na árdua tarefa de deslocar-me por distâncias consideráveis, principalmente na fase de conclusão das disciplinas cursadas. Nossa amizade é preciosa. Registro a minha consideração por vocês e reitero a minha disponibilidade para o que for demandado. Somos uma irmandade.

Por ser de lá
Do sertão, lá do cerrado
Lá do interior do mato
Da caatinga e do roçado [...]

Por ser de lá
Na certa, por isso mesmo
Eu quase não falo
Eu quase não sei de nada
Sou como rês desgarrada
Nessa multidão, caminhando à esmo.

(Lamento Sertanejo, Dominginhos e Gilberto Gil)

A ignorância no sentido da incerteza, ao invés de limitante
deve ser o combustível da ciência.

(Stuart Firestein)

RESUMO

Tem como horizonte analisar os conceitos de responsabilidade social identificados a partir das dissertações e teses dos Programas de Pós-Graduação em Ciência da Informação do Brasil, observando se existem aproximações da temática com outros assuntos versados por outras áreas do conhecimento. Em caso positivo, pretende-se considerar como as relações interferem numa conceituação da responsabilidade social para o campo da Ciência da Informação. Para desenvolver a pesquisa, partimos da conceituação ampla da RS, partilhando da análise de Ashley (2003), do conceito de Ciência da Informação apresentado por Taylor (1966) e dos conceitos de responsabilidade social da Ciência da Informação de Du Mont (1991) e Wersig e Neveling (1975), assim como da evolução desses conceitos defendida por Dantas e Garcia (2013). O campo da pesquisa trata-se dos PPGCI brasileiros. Visando alcançar a padronização metodológica defendida pelo rigor científico, definimos como campo de pesquisa os programas que utilizam o DSpace como sistema de gerenciamento dos seus respectivos repositórios por permitir recuperar documentos por área do conhecimento, por união de termos e, pelo conteúdo dos documentos. Com o que ficou entendido, o conceito de RS para o campo da CI possui relação com 18 temáticas: acessibilidade; aspectos éticos; cidadania; Comunicação; Educação; Função Social da Ciência da Informação; Função de Profissionais de Informação; Função social de unidades de informação; inclusão e exclusão digital; inclusão e exclusão social; políticas públicas de informação; preservação da memória; responsabilidade social da Arquivologia; responsabilidade social e ciência; responsabilidade social empresarial; responsabilidade social universitária; responsabilidade socioambiental, e; Sociologia. De per si, tais temáticas não explicitam todos os aspectos do fluxo de informação e os meios de processá-la para ótimo acesso e uso, como prescreve o conceito inicial da CI, formulado nas Conferências do Georgia Tech. Isto é fácil de compreender tendo em vista que a RS se apresenta como funções sociais que conduzem instituições e profissionais a promover – extrapolando atividades puramente operacionais – acessibilidade, inclusão digital e social, responsabilidade social com a ciência, com as empresas, com as instituições de ensino superior, socioambiental, etc. Ou influenciam na origem, disseminação, armazenagem, organização, recuperação, interpretação e uso da informação. O que seria o mesmo que referir-se aos meios e processos que formalizam o fluxo da informação. Com relação às categorias que representaram campos do conhecimento, listamos a Educação, a Comunicação Social, a Biblioteconomia, a Arquivologia, a Museologia, a Sociologia e a Gestão para o campo da CI em sua relação mais íntima com RS. Esta última, ainda que não exposta como categoria, visivelmente permeia as discussões sobre a temática RSE, e implicitamente compreendemos suas contribuições. Finalmente, dado o crescente número de estudos que acompanhamos sobre a RS aplicada à CI, alinhado a aceitação do conceito na área, acreditamos ser oportuno representar a Responsabilidade Social da Ciência da Informação pela sigla RSCI. Com isto, oferecemos RSCI como a representação do conceito para que outorgue familiaridade à temática entre pesquisadores e profissionais da área, subsidiando a concretização do entendimento e de sua importância para a área da CI.

Palavras-chaves: Responsabilidade social. Responsabilidade social da Ciência da Informação. Papel Social da Ciência da Informação. Ciência da Informação no Brasil.

ABSTRACT

Its horizon analyze the concepts of social responsibility identified from dissertations and theses of Graduate Programs in Information Science (GPIS) in Brazil, noted that there are the thematic approaches with other issues versed in other areas of knowledge. If so, it intends to consider how relationships affect a concept of social responsibility to the field of Information Science. To develop research, we leave the wide SR concept, sharing the analysis of Ashley (2003), the concept of Information Science presented by Taylor (1966) and social responsibility concepts of Information Science of Du Mont (1991) and Wersig and Neveling (1975), as well as the evolution of these concepts advocated by Dantas and Garcia (2013). The field of research it is of Brazilian GPIS. In order to achieve the methodological standardization advocated by scientific rigor, defined as a research field programs that use DSpace as the management system of the respective repositories to allow retrieve documents by area of knowledge, union needs of the terms and the content of the documents. With it is understood, the concept of SR to the field of IC has relationship with 18 themes: accessibility; ethical issues; citizenship; Communication; Education; Social Science Information Service; Function Professional Information; social function of information units; digital inclusion and exclusion; social inclusion and exclusion; public policy information; preservation of memory; Archival social responsibility; social responsibility and science; corporate social responsibility; university social responsibility; environmental responsibility, and; Sociology. Per se, such issues do not explain all aspects of the flow of information and the means to process it for optimal access and use, as prescribed initial concept of IC, made in the Georgia Tech Conference. This is easy to understand given that the RS is presented as social functions leading institutions and professionals to promote – extrapolating purely operational activities – accessibility, digital and social inclusion, social responsibility with science, with business, with the institutions of higher education, environmental, etc. Or influence the origin, dissemination, storage, organization, retrieval, interpretation and use of information. What it would be like to refer to the ways and means to formalize the flow of information. With regard to the categories represented fields of knowledge, listed Educational, Social Communication, Librarianship, the Archival, museology, sociology and management to the field of IC in its most intimate relationship with SR. The latter, although not as exposed category, visibly permeates discussions on the topic CSR, and implicitly understand their contributions. Finally, given the increasing number of studies that follow on the RS applied to CI, lined the acceptance of the concept in the area, we believe it is appropriate to represent the Science of Social Responsibility of the information by the acronym ICSR. With this, we offer ICSR as the concept of representation to that grants the familiar theme among researchers and professionals, supporting the implementation of the understanding and its importance to the area of IC.

Keywords: Social responsibility. Social responsibility of Information Science. Information Science in Brazil.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 –	Programas de Pós-Graduação em Ciência da Informação no Brasil_____	49
Quadro 2 –	Identificação dos sistemas gerenciadores dos RI_____	51
Quadro 3 –	Peculiaridades quanto à interface de busca_____	52
Quadro 4 –	Programas que constituem o campo da pesquisa_____	53
Quadro 5 –	Quantitativo de dissertações e teses recuperadas com o termo RS_____	55
Quadro 6 –	Categorias de Análise_____	58
Quadro 7 –	Categoria Acessibilidade_____	61
Quadro 8 –	Categoria Aspectos éticos_____	63
Quadro 9 –	Categoria Cidadania_____	67
Quadro 10 –	Categoria Comunicação_____	70
Quadro 11 –	Categoria Educação_____	72
Quadro 12 –	Categoria Função/Responsabilidade social da Ciência da Informação_____	73
Quadro 13 –	Categoria Função/Responsabilidade social de profissionais de informação_____	83
Quadro 14 –	Categoria Função/Responsabilidade social de unidades de informação_____	85
Quadro 15 –	Categoria Inclusão/Exclusão digital_____	87
Quadro 16 –	Categoria Inclusão/Exclusão social_____	88
Quadro 17 –	Categoria Políticas públicas_____	90
Quadro 18 –	Categoria Preservação da memória_____	91
Quadro 19 –	Categoria Responsabilidade social da Arquivologia_____	92
Quadro 20 –	Categoria Responsabilidade social da ciência_____	93
Quadro 21 –	Categoria Responsabilidade Social Empresarial_____	94
Quadro 22 –	Categoria Responsabilidade Social Universitária_____	98
Quadro 23 –	Categoria Responsabilidade Socioambiental_____	99
Quadro 24 –	Categoria Sociologia_____	102
Quadro 25 –	Produções que contém o termo responsabilidade social e não apresentam conteúdos temáticos_____	104

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BDTD	Biblioteca Digital de Teses e Dissertações
CI	Ciência da Informação
IBICT	Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia
PIBIC	Programa de Bolsas de Iniciação Científica
PPGCI	Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação
PPGCinf	Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação
PPGCOM	Programa de Pós-Graduação em Comunicação
RS	Responsabilidade Social
RSC	Responsabilidade Social Corporativa
RSCI	Responsabilidade Social da Ciência da Informação
RSE	Responsabilidade Social Empresarial
RSU	Responsabilidade Social Universitária
TIC	Tecnologia da Informação e Comunicação
UEL	Universidade Estadual de Londrina
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFF	Universidade Federal Fluminense
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFPB	Universidade Federal da Paraíba
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UNB	Universidade de Brasília
UNESP	Universidade Estadual Paulista
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	14
2	O LIMIAR DA REESCRITA DA RESPONSABILIDADE SOCIAL	22
2.1	Do conceito clássico ao atual: relações entre problemáticas sociais e responsabilidade social na Ciência da Informação	26
2.2	Responsabilidade social na Ciência da Informação: pluralidade de sentidos	34
3	NAS TRILHAS DO ESTUDO: POR ENTRE MÉTODOS E TÉCNICAS	44
3.1	Características metodológicas	45
3.1.1	TIPOLOGIA DO ESTUDO	45
3.1.2	ABORDAGENS	46
3.2	Campo da pesquisa	47
3.3	Coleta de registros	53
3.4	Registro dos dados	55
3.5	Análise dos dados	56
3.5.1	CATEGORIAS DE ANÁLISE	58
4	A PLURALIDADE DE SENTIDOS SE REVELA	61
4.1	Conexões e afinidades entre a responsabilidade social e a Ciência da Informação	61
4.1.1	ACESSIBILIDADE E RESPONSABILIDADE SOCIAL	61
4.1.2	ASPECTOS ÉTICOS DA RESPONSABILIDADE SOCIAL	63
4.1.3	CIDADANIA E RESPONSABILIDADE SOCIAL	66
4.1.4	COMUNICAÇÃO E RESPONSABILIDADE SOCIAL	70
4.1.5	EDUCAÇÃO E RESPONSABILIDADE SOCIAL	71
4.1.6	FUNÇÃO E RESPONSABILIDADE SOCIAL DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO	73
4.1.7	FUNÇÕES E RESPONSABILIDADES SOCIAIS DE PROFISSIONAIS DE INFORMAÇÃO	83
4.1.8	FUNÇÕES E RESPONSABILIDADES SOCIAIS DE UNIDADES DE INFORMAÇÃO	85
4.1.9	INCLUSÃO DIGITAL E RESPONSABILIDADE SOCIAL	87
4.1.10	INCLUSÃO E RESPONSABILIDADE SOCIAL	88
4.1.11	POLÍTICAS PÚBLICAS E RESPONSABILIDADE SOCIAL	90
4.1.12	PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA E RESPONSABILIDADE SOCIAL	91
4.1.13	RESPONSABILIDADE SOCIAL DA ARQUIVOLOGIA	92
4.1.14	CIÊNCIA E RESPONSABILIDADE SOCIAL	93
4.1.15	RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL	94
4.1.16	RESPONSABILIDADE SOCIAL UNIVERSITÁRIA	98
4.1.17	RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL	99
4.1.18	SOCIOLOGIA E RESPONSABILIDADE SOCIAL	102

4.2	Para não ficar subentendido	103
5	SINTETIZANDO IDEIAS, DELIANEANDO CONTRIBUIÇÕES, MIRANDO HORIZONTES	110
	REFERÊNCIAS	115

1 INTRODUÇÃO

[...] É preciso lembrar que a sociedade tem hoje maior consciência do entrosamento que existe entre as esferas pública e privada, de modo que se desfazem conceitos como os que afirmavam que competia aos poderes públicos a responsabilidade por toda forma de assistência e serviços que tivessem como fim o bem-estar social [...].

(PASSOS, 2012)



Quando se pensa em responsabilidade social (RS), é comum que as pessoas façam uma relação do tema com as organizações, principalmente com as empresas de iniciativa privada. Também é comum, que a relacione com ações praticadas para o bem-estar dos indivíduos, e que sejam de responsabilidade do poder público. Por causa da pluralidade das demandas sociais, e consequentemente, da formação de uma maior consciência social por parte dos indivíduos, esses pensamentos começam a mudar de rumo. De forma louvável, a ideia de RS deixa de circundar restritamente essas esferas, pois anseia por uma compreensão de amplitude do conceito, haja vista a ligação com a função social, que se imagina determinada para todas as ações, processos e acontecimentos, envolvidos com a dinâmica da vida em sociedade. Com essa dimensão ampliada, o conceito perpassa, pois, os diversos setores da sociedade.

O conceito de RS numa compreensão abrangente nos permite perceber, também, que os sujeitos caminham para uma compreensão ética e moral da temática. Com essa amplitude, o conceito de RS ao alcançar os diversos setores da sociedade, inclui a Ciência, perpassando a universidade, o espaço onde se evidencia o alcance do conhecimento científico. Nas instituições de ensino superior (IES), particularmente nos programas de pós-graduação, a RS assume forma, pois numa relação de compromisso igualitário com a sociedade que promove financeiramente essas instituições, os pesquisadores produzem ciência, devolvendo para ela, conhecimento científico para ser aplicado. Compreende-se, pois, que esse

retorno dos resultados do processo científico para sociedade, admite uma concepção mais ética e moral da temática. Assevera Calderón e Pedro e Vargas (2011) que no caso brasileiro, a universidade é o lugar específico para a pesquisa científica, e que o retorno à sociedade, dos resultados obtidos por meio dela, é defendido por eles como parte da responsabilidade social universitária (RSU). Explica Macedo (2005), que para esse modelo de universidade brasileira, a atividade universitária que se pretendia socialmente justificada, era determinada pelo objetivo da produção de pesquisa, e, por conseguinte, do conhecimento científico, à medida que o garantisse e a formação de equipes de profissionais de alto nível de qualificação, para a contribuição do enfrentamento de problemas sociais e econômicos. É um viés bastante condizente da concepção de RSU quando se considera a universidade e a sua relação com o entorno social e econômico.

Se a universidade possui características de RS, também os pesquisadores que compõem esse espaço, cumprem com o importante papel no processo de retorno da ciência para a sociedade, o da divulgação dos conhecimentos produzidos. Como lembra Garcia (2007), as atitudes dos pesquisadores, como ações individuais, revelam a função social, aspecto de RS para com a ciência. A autora considera que dentre alguns aspectos em que o cientista se torna responsável com a ciência, a divulgação dos conhecimentos ali produzidos, caracteriza-se como o principal compromisso, e, portanto, de RS.

Igualmente relacionada com a RSU e o compromisso social de pesquisadores, a CI, área do conhecimento em que se observam pesquisas voltadas ao atendimento das demandas informacionais da sociedade, assume característica de RS, destarte os pesquisadores e profissionais ligados ao campo, discutem e desenvolvem estudos sobre produção, representação, apropriação e uso da informação, relacionando esses processos às problemáticas sociais.

Para que a produção e a divulgação do conhecimento científico se efetivem, é necessário ter em mente o processo contínuo de reconstrução da ciência. Estabelece-se uma teoria. Assentada, ela é avaliada pelos pares. Em caso positivo é tida como verdade parcial, até que outra teoria tome corpo e assuma o lugar das teorias antigas. Recordamos Kuhn (2000) em *A estrutura das revoluções científicas*, discutindo a mudança de paradigma e a construção contínua do conhecimento científico.

É almejando reafirmar teorias ou contribuir com novos ensaios paradigmáticos para a CI, que acreditamos nesse processo, quase cíclico, do modo de fazer ciência. O papel social de pesquisadores na construção do conhecimento científico para a área, no nosso caso, é percebido na continuidade e ampliação dos estudos sobre RS, atento as semelhanças entre assuntos discutidos na área e temáticas de ciências afins. Essa afinidade entre a CI e outros campos do conhecimento visto em teóricos como Le Coadic (1994), Robredo (2003) e Silva (2006), nos permite entendê-la como espaço que referencia assuntos de outras áreas, porquanto a informação está presente em diversos setores da sociedade. Em caso específico, é a CI referenciando conceitos de outros campos do conhecimento em busca da construção do conceito de RS da área.

Diante do recorte conceitual, e evitando recair em divagações, retomamos tão somente a ideia de que a informação potencializa a formação cidadã. Outrossim, possui a capacidade de mudar o indivíduo e a comunidade onde está inserido, por meio de sua criticidade e criatividade. Do ponto de vista cognitivo, é a informação, compreendida essencialmente, como fator de mudança (BELKIN; ROBERTSON, 1976).

Como uma ciência social, a CI uma vez que possui a função primordial de atender as exigências informacionais do homem, investiga problemas, empreende temas relacionados com a informação e sua comunicação perceptível e cognoscível, por meio da confirmação ou não das propriedades inferidas na gênese da organização, do fluxo e do comportamento informacionais. Diante desse parâmetro social, se apresenta o paradigma físico e o cognitivo identificados por Capurro e Hjørland (2007). Os autores argumentam que a CI, surge com enfoque no paradigma físico sob a égide do paradigma cognitivo. Mais adiante são substituídos, gradativamente, por um paradigma de cunho pragmático e social, defendido por Shera (1970) como Epistemologia Social, e posteriormente, aprofundada por Goldman (2001).

Na Epistemologia Social proposta por Shera (1970), a CI possui duas raízes: uma da Biblioteconomia clássica, e outra da Informática. Concorde Capurro (2003) quando também evidencia essas duas origens, atentando para a primeira raiz que nos remete à condição precípua humana, a das relações sociais para o que propomos, reconhecemos nas entrelinhas desse estudo, os três Paradigmas referenciados por Rafael Capurro (2003). Contudo, e assim como o autor assinala, a

CI caminha numa linha de tempo em que se evidencia uma evolução de predominância dos paradigmas e a construção de novos. Dessa forma, como reflete Maimone e Silveira (2007), um novo paradigma poderá substituir outro paradigma, a partir do momento em que haja consenso entre os pesquisadores de que esse novo supere os feitos do anterior, pois como declarado por Brookes (1980, p. 125), “a estrutura teórica de uma ciência nunca é completa ou fechada, oferece continuamente novos problemas”.

A relação da CI com outros campos do conhecimento, aliada ao aspecto transformador, inerente à ação proporcionada pela informação nos seres, fazem-nos crer na proposta de Garcia e Targino e Dantas (2012), quando conceituam a RS da CI como o compromisso social, constante e planejado das ações dos cientistas da informação e de espaços de atuação, focalizado no potencial transformador inerente à informação, cuja prática se estabelece pela ação cultural, função social e mediação.

A partir desse conceito, alcançado nos estudos das dissertações do PPGCI-UEPB, caminhamos ao lado dos objetivos propostos, buscando responder questionamentos que envolvem a conceituação da RS no campo da CI. São questões que interrogam sobre: a (in)existência de relação da CI com outras áreas do conhecimento na busca pelo conceito de RS; as aproximações entre conceitos de RS e assuntos afins; e a incerteza da gênese do conceito de RS da área. Essas demandas micro nos permitiram refletir sobre o problema macro desta pesquisa, levantado ao idealizar o estudo, e materializado nos seguintes questionamentos:

Que conceitos de RS são utilizados pelos autores das dissertações e teses dos PPGCI brasileiros? São observadas aproximações entre outras temáticas e os conceitos utilizados pelos autores? Existem relações entre as discussões sobre problemáticas sociais encontradas nos registros dos PPGCI e aportes teóricos de outros campos do conhecimento?

Alcançada a compreensão sobre a RS, cresce em nós, o desejo de contribuir com a gênese de teorias que versam sobre o assunto na área da CI. Para tanto, o horizonte maior deste estudo é analisar os conceitos de RS encontrados nas dissertações e teses dos PPGCI do Brasil, observando se existem aproximações com outras temáticas e áreas do conhecimento. Em caso positivo, pretende-se considerar como as relações interferem numa ampliação do conceito da RS para o campo da CI.

Elencar alguns pontos peculiares é exercício necessário ao êxito do objetivo maior. Paralelo às motivações, os objetivos específicos auxiliam o pesquisador ao longo do estudo, a enveredar por caminhos que não o distanciem da finalidade da pesquisa. Atento as questões, acompanha os objetivos específicos propostos, quais sejam:

- ✓ Identificar as dissertações e teses que idealmente tratam de RS ou assuntos assemelhados;
- ✓ Conhecer os conceitos ou conteúdos temáticos utilizados nas dissertações e teses;
- ✓ Examinar os conceitos identificados e verificar as aproximações entre temáticas.

Com a consecução dos objetivos sugeridos, o estudo nos possibilitou responder, principalmente, se a CI origina um conceito próprio para a temática RS nos limites de seu campo de estudo. Também nos permitiu perceber, se a CI se relaciona com outros campos do conhecimento científico, tendo em vista as suas afinidades com outras ciências, interessada na construção de um conceito de RS correspondente. E ainda, se a CI por conta dessas aproximações, referencia o conceito de RS de outra(s) área(s) do conhecimento, aprimorando-o segundo as suas perspectivas paradigmáticas.

Certos dos objetivos, apresentamos três principais justificativas para o desenvolvimento da pesquisa: a primeira motivada pelo aspecto pessoal; a segunda é de cunho social originada pela afinidade do proponente com a temática e do entendimento gerado a partir dela; e, a terceira, baseada no processo de construção do saber científico.

Em primeiro lugar, a justificativa para a pesquisa é anunciada por um motivo pessoal, desencadeado pela intimidade do proponente com a temática. Quando iniciada a vida acadêmica, o proponente, ligado aos movimentos sociais, adquiriu estreita relação com as representações estudantis, apresentando preocupação com os problemas característicos ao curso que estava se graduando. Sempre movido pela afinidade com as temáticas sociais, ingressou no Programa de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), quando introduziu os estudos sobre RS na sua trajetória acadêmica, na ocasião do

desenvolvimento do projeto de pesquisa intitulado: A Responsabilidade Social no Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal da Paraíba. Esse início foi possível, graças ao envolvimento técnico-científico com a Professora Joana Coeli Ribeiro Garcia, pesquisadora questionadora dos assuntos relacionados à RS, os quais lhes incentivaram e possibilitaram o desenvolvimento de estudos, voltados principalmente, para a RS em sentido amplificado e da própria universidade. A parceria de pesquisa rendeu contribuições para o campo. Progredindo, o proponente da pesquisa continuou com o desenvolvimento de estudos sobre a temática RS, apresentando como trabalho de conclusão do Curso de Graduação em Biblioteconomia, a pesquisa intitulada: Da diversidade de sentidos ao revelar dos escritos: a responsabilidade social no PPGCI-UFPB. Depois da graduação, primou pela continuidade da sua formação na área, ingressando no Mestrado em Ciência da Informação da mesma instituição, persistindo com os estudos sobre RS, apresentando neste documento o desenvolvimento de pesquisa alusiva à temática.

A segunda justificativa, tida como social e classificada como impulso à pesquisa, parte da compreensão do conceito de RS em termos gerais, e para com a ciência. Se para Passos (2012), o conceito é amplo e perpassa as várias esferas da sociedade, inclusive da ciência, corroboramos a sua ideia, entendendo que aos pesquisadores cabem produzir e divulgar o conhecimento científico, propulsores do processo de fazer ciência. E quando o compreendemos assim, acatamos a ideia de que a RS de pesquisadores se manifesta nas funções sociais de produção e divulgação do conhecimento científico. Em caso específico, os profissionais e pesquisadores que lidam com a informação registrada, tem como função social, a preocupação com a representação e organização do conhecimento, resultado do processo metodológico científico. Essa compreensão é elemento da justificativa deste estudo, explicando a necessidade da pesquisa para o proponente, que evidencia as pesquisas de realce social, contribuindo com a ação científica, ratificando o compromisso social de cientistas e profissionais imersos no universo da gênese, representação, organização, disseminação e divulgação da informação, consequentemente, do conhecimento científico.

A terceira justificativa para a pesquisa e a que se constitui mais relevante, está relacionada ao caráter científico, se expressa na identificação e compressão do significado da RS para a CI, bem como da contribuição para o desenvolvimento do

conceito sobre a temática para o campo. A continuidade de pesquisas sobre o tema subsidia o crescimento da área, quando pautamos as discussões na RS. O estudo justifica-se também, quando os resultados encontrados, assentados como conhecimento científico, passa a servir como aporte teórico para a construção do paradigma social da área.

Esperamos fazer entender como essa investigação científica foi originada de uma inquietação que formulou um trabalho ainda na Graduação, maturou a partir da cooperação entre o pesquisador e a orientadora que sempre o guiou, e, foi reestruturado com o despertar de novas suspeitas. Tal histórico de pesquisa demonstra que ao longo da vida acadêmica do pesquisador, os trabalhos desenvolvidos, não só se baseiam nos princípios científicos, mas também comportam toda uma leitura da RS desempenhada pela Universidade, na esfera do ensino e da pesquisa.

Esboçados os alvos, as inquietações e as justificativas para a pesquisa, apresentamos a estrutura do documento, resultado do estudo. O que por hora produzimos, distribui-se em seções que compreendem a fundamentação teórica, as características metodológicas, as análises dos dados coletados, e por fim, as considerações finais. A primeira seção, a que fundamenta a pesquisa, intitulada: **O limiar da reescrita da responsabilidade social**; oferece-nos uma discussão sobre a temática RS sem aprofundar nas áreas do conhecimento. Ao ser contemplado com a leitura total da seção, o leitor será capaz de perceber que os conceitos que fundamentam a pesquisa, somados aos resultados do estudo, representam o limiar de uma reescrita da teoria da RS para a CI. Ou seja, a RS que fundamenta o estudo, é o pontapé para reescrita da teoria da RS em uma nova roupagem, assentada em novo recorte teórico a partir da aglutinação de conceitos plurais, desvendados pela investigação dos registros dos PPGCI do Brasil. A subseção intitulada: **Do conceito clássico ao atual: relações entre problemáticas sociais e responsabilidade social na Ciência da Informação**; apresenta as inquietações dos mestres e pesquisadores egressos do PPGCI-UFPB relacionadas às problemáticas sociais contextualizadas junto à informação, na tentativa de acompanhar a evolução do conceito de RS da CI até o momento. Outra subseção intitulada: **Responsabilidade social e Ciência da Informação: pluralidade de sentidos**; justifica que a diversidade de temáticas relacionadas com a RS da CI reside na pluralidade da formação dos pesquisadores que compõem a área. É argumentado que a CI por ser

uma ciência social, e ter a informação como foco de estudo, insumo das relações sociais e, portanto, presente nos diversos setores da sociedade, mostra-se uma ciência aberta à pesquisas imbricadas de conhecimentos das diversas áreas. A CI congrega pesquisadores preocupados com os anseios da sociedade decorrentes das problemáticas sociais relacionadas com a informação, envolvendo-se com o desenvolvimento de estudos voltados à análise, tratamento, organização e disponibilização da informação, bem como com a criação de novas tecnologias de informação e comunicação. Traz o conceito atual de RS da CI indicando uma forte relação com o campo da Biblioteconomia. A terceira seção do documento intitulada: **Nas trilhas do estudo: por entre métodos e técnicas**; subdivide-se em cinco subseções intituladas: **Características Metodológicas**; **Campo da pesquisa**; **Coleta de registros**; **Registro dos dados**; e **Análise dos dados**. Na subseção características metodológicas, apresentamos a tipologia e as abordagens da pesquisa. A subseção campo de pesquisa descreve o ambiente a ser analisado e as justificativas metodológicas que nos levaram a delimitar esse campo de estudo. Em coleta de registros, demonstramos a constituição do *corpus* a ser analisado. Na subseção registro dos dados, mostramos quais os artifícios foram utilizados para registrar a grande quantidade de dados coletados. Finalizando a seção, o subitem análise dos dados nos oferece a técnica a ser utilizada para analisar as informações registradas. Em **A pluralidade de sentidos se revela**, apresentamos as relações entre as temáticas identificadas nas dissertações e teses e a RS na CI. O capítulo subdivide-se em **Conexões e afinidades entre a Responsabilidade Social e a Ciência da Informação**; e **Para não ficar subentendido**. Na primeira subseção apresentamos as análises das categorias e subcategorias que representam as produções que trazem conteúdos temáticos ou conceitos sobre RS e assuntos correlatos. A segunda subseção sinaliza as pretensões dos autores de chamar para as suas produções, a importância da RS. Por fim, expomos as considerações finais da pesquisa em **Sintetizando ideias, delineando contribuições, mirando novos horizontes**.

2 O LIMIAR DA REESCRITA DA RESPONSABILIDADE SOCIAL

O conhecimento científico emerge das ciências num processo contínuo de reformulação de teorias e apresentação de novos conceitos.

(Jean Piaget)



É com esse pensamento que iniciamos a discussão sobre RS. Um tema que possui grandes dimensões e é apresentado como ação prática na busca ideal de vida igualitária entre os sujeitos da sociedade contemporânea. Essa busca é observada, inicialmente, nas corporações, onde os sistemas corporativos demonstram preocupação com seus expectadores e fornecedores; no cotidiano das pessoas, quando procuram viver pautados numa ideia de sustentabilidade em relação regular com o meio ambiente; e, quando vista como semelhante a função social, processo inerente a todos os seres, cada um desempenhando o seu papel no mundo. Essa última noção de RS, como carrega o próprio significado do termo, é intrínseca aos indivíduos, associações de pessoas, grupos, categorias profissionais, enfim, aos mais variados domínios da dinâmica social.

Pensando assim, é que acreditamos que a ciência como um domínio do ser humano, e lugar de discussão e reformulação do conhecimento científico, é ambiente de preocupação com a reconstrução dos saberes, num processo contínuo de reformulação de teorias e apresentação de novos conceitos. De modo particular, e onde se situa o contexto dessa pesquisa, as Ciências Sociais é refletida como espaço do repensar a dinâmica social. Na ideia de divisão das ciências, abrange uma ciência específica, a CI, preocupada com uma parte do reconstruir a crítica sobre a RS. Essa ação metodológica das Ciências Sociais, de repensar, de reconstruir, de reapresentar e de reconceituar, também se apresenta como uma ação da CI, que de modo específico, manifesta-se nesse estudo, como limiar da reescrita do assunto em pauta.

Essa reescrita partirá da conceituação ampla da RS, a de pensá-la partilhando da análise de Ashley (2003), como toda atuação, não casual, exercida

para contribuir com a qualidade de vida das pessoas. Partiremos do conceito, sem adentrar nas áreas do conhecimento e, depois, especificaremos a discussão no âmbito da CI, fazendo uso da análise de alguns autores, que defendem a RS na CI, enveredando por diversas linhas de pensamento.

No estudo de Dantas e Garcia (2013), sobre RS no PPGCI-UFPB, foi possível a identificação de várias temáticas relacionadas mutuamente com a RS. No decorrer e ao final dos estudos desenvolvidos no Programa, foi constatada a presença maciça, de discussões que envolviam relações teórico-conceituais entre informação e problemáticas sociais. Durante a análise das dissertações ali depositadas, ficou evidente o envolvimento dos mestres com demandas sociais, apresentado pelas discussões sobre informação e sociedade, e do modo como esta se apropria da informação insumo das relações humanas, gênese do conhecimento, elemento imerso nas mais diversas seções da dinâmica social. As demandas sociais são versadas sobre a ótica da informação, e registradas no Programa que é localizado na Região Nordeste do país. Um território do Brasil historicamente marcado por disparidades econômicas que geram desigualdades sociais, incidindo insatisfação de alguns sujeitos que se voltam para a busca da equiparação social por meio do acesso ao livro, e a cultura, bem como da inclusão do indivíduo socialmente excluído por meio da informação e do conhecimento. É exatamente essa, a importância do PPGCI-UFPB para aquela região, qual seja o aprofundamento do conhecimento e a formação de mestres e pesquisadores com perfil social, atentados com as demandas culturais derivadas das exclusões impostas pelas desigualdades sociais e econômicas, que originam barreiras no acesso ao livro, ao conhecimento e à cultura. Trata-se de um Programa com vasta tradição no campo dos estudos voltados ao entendimento das relações entre informação e sociedade, evidenciado nos estudos das temáticas nas dissertações do PPGCI-UFPB, como comprova sua área de concentração desde o Mestrado em Biblioteconomia, ano 1977, até os tempos atuais. O objetivo de formar mestres e pesquisadores inquietos com as temáticas relacionadas às demandas informacionais e culturais, permanece nas recomendações da Comissão Especial de Acompanhamento do Plano Nacional de Pós-Graduação 2011-2020, inclusive, ao referir aos recursos humanos citando a aplicabilidade e a responsabilidade social do conhecimento, por meio de políticas que induzam à pesquisa em tecnologias sociais, vinculadas à preocupação com a sustentabilidade (COMISSÃO... 2013).

Acreditamos que a vivência dos mestres e pesquisadores egressos do PPGCI-UFPB com essas exclusões impostas pelas desigualdades econômicas e sociais, que restringem o acesso ao livro, ao conhecimento e à cultura, suscita o desejo de pesquisar e registrar novo conhecimento sobre a temática RS. Essas discussões registradas são contribuições dos pesquisadores que assinalaram nas dissertações depositadas no Programa, novo entendimento sobre a vida em sociedade, principalmente no que diz respeito às demandas sociais relacionadas à informação, mesmo que, muitas das vezes, os egressos do PPGCI-UFPB não tenham se dado conta do subsídio para a conceituação do assunto RS, depositados nas suas dissertações.

Essas vivências também formaram o pano de fundo que encorajou o pesquisador, em ocasião anterior, a estudar os significados que a RS assumia para os mestres e pesquisadores egressos do PPGCI-UFPB. Foi possível acompanhar os ditos sobre RS ou os que possuíam proximidade conceitual, expressos nas dissertações. A pesquisa permitiu comunicar a comunidade científica da área, por meio do documento intitulado Do tradicional ao atual conceito de responsabilidade social da Ciência da Informação, o acompanhamento do conceito sobre a temática na CI e sua evolução do mais tradicional ao mais atual.

É oportuno lembrar, que na ocasião do estudo nas dissertações do PPGCI-UFPB, o objetivo era analisar as dissertações a partir das mensagens dos autores que traziam inquietações pautadas nos problemas de determinados contextos sociais, sem que essas discussões apresentassem ações práticas de RS. Isso foi possível, porque assim como pretendemos com o estudo que ora se apresenta, a RS é discutida no campo teórico, ao invés de ações práticas aparentes. Em Dantas e Garcia (2013), pudemos perceber nas mensagens dos pesquisadores, que é possível pensarmos RS teorizando-a.

Situação igual, encontraremos nas dissertações e teses analisadas que foram no decorrer desta pesquisa. Quando nos debruçamos sobre as dissertações do PPGCI-UFPB, encontramos as apreensões de mestres que problematizaram e problematizam o cotidiano das pessoas e suas relações com a informação, as situações de exclusão, de desigualdades sociais, e de como a informação, a partir do seu poder de transformação, realiza modificações nesses contextos de exclusão, incluindo os excluídos, e diminuindo desigualdades. A informação sustenta essa capacidade de transformar estruturas, gerar conhecimento, e, portanto, alterar a

situação de homens e mulheres “à margem” da sociedade, dando-lhes a possibilidade de transformar-se em cidadãos plenos.

Cidadania e RS andam lado a lado. Pensando assim, justificamos a RS no campo da reflexão, pois desprendida da prática, pelo menos em primeiro instante, a RS envolve consciência social. Quando refletimos sobre ela, estamos no caminho de encontrarmos o que pode ser praticado pelas instituições e pelas pessoas, em pauta, as ligadas a CI, para que exerçam mudança social significativa, ampliando a qualidade de vida das pessoas. O que se acredita, na verdade, é na RS como um conjunto formado por consciência ou compromisso, função, e prática social. Quando a RS se faz para a cidadania, a RS da CI está centrada no campo da consciência ou compromisso social, portanto, no estado teórico-reflexivo, pois existe quando percebemos o desejo e a consciência das pessoas envolvidas nesta área do conhecimento, em tornar a sociedade mais igualitária, digna e solidária. Universalmente pensada, ajustando ao que discute Passos (2012, p. 166), a RS,

Pressupõe consciência e compromisso [...] com mudanças sociais. Impõe que elas reconheçam sua obrigação [...] com os seres humanos, com a construção de uma sociedade mais justa, honesta e solidária, uma sociedade melhor para todos, assim ela é uma prática moral. [...] Orientada pela ética, que vai além das obrigações legais e econômicas, rumo às sociais, respeitando a cultura e as necessidades e desejos das pessoas.

No caso da CI, acreditamos que estamos caminhando rumo às ações práticas, que culminarão em qualidade de vida das pessoas, transformando a sociedade num modelo mais alinhado, correto e satisfatório, em que os seres humanos estejam incluídos. Já sabemos o que pode ser feito, todavia apresentamos uma RS da CI teórico-reflexiva, peregrinando para práticas sociais pautadas na capacidade transformadora inerente a informação.

Como percebe Marteleto (1987) e Silva (2003a), a informação é potencialmente transformadora do indivíduo e, portanto, da sociedade. Também Freire (1981), aponta a informação como insumo ao conhecimento, e aposta no potencial transformador inerente à informação, como elemento necessário à formação dos seres humanos. Torna-os conscientes, a partir da formação de pensamento crítico, munidos da capacidade de mudança de suas condições sociais, portanto, indivíduos libertos.

Caminhamos para o entendimento suficiente, por hora, do que seja a RS, buscando a construção de um novo conceito. No decorrer desta seção teórica, apresentamos os conceitos que fundamentam esta pesquisa, utilizados ao longo deste estudo, acreditando que ao final da pesquisa, ela representará o limiar da reescrita da temática RS. Em bocados, reescrevemos o conceito de RS em uma nova roupagem, assentando um novo recorte teórico sobre a temática na CI a partir da aglutinação de conceitos plurais, permitido pela investigação dos registros do conhecimento científico dos PPGCI do Brasil.

2.1 Do conceito clássico ao atual: relações entre problemáticas sociais e responsabilidade social na Ciência da Informação

Na idealização desta pesquisa, a expectativa era, a partir do estudo das dissertações e teses apresentadas nos PPGCI do Brasil, conhecer todas as definições sobre RS ou as temáticas que possuem estreita relação com o assunto. No entanto, como se pode perceber na seção de metodologia deste estudo, especificidades metodológicas nos impediram de alcançar a análise em todas as produções dos PPGCI. Nas trilhas metodológicas, explanamos de forma mais aclarada, os impedimentos que resultaram na exceção de alguns programas do campo da pesquisa. Para a coleta de dados, fizemos uso dos repositórios institucionais das IES que os programas estão vinculados. Na seção que trata da coleta, podemos observar como e porque algumas especificidades contribuíram para a supressão de alguns programas da pesquisa. Essas peculiaridades referem-se, principalmente, a como os sistemas se comportam frente a pesquisas.

Por causa dessas impossibilidades metodológicas, o PPGCI-UFPB ficou à margem do campo desta pesquisa. Acreditamos, sobretudo no caso do PPGCI-UFPB, que a exclusão do campo da pesquisa, nos prejudicaria sobremaneira na análise dos dados, tendo em vista, que é um programa em que observamos uma maior intimidade de pesquisadores ora vinculados, com temáticas sociais diversas, interessados em como essas temáticas associadas ao objeto informação, propiciam melhor entendimento às questões que se relacionam com o assunto RS. No entanto, para não excetuar o programa da nossa pesquisa, graças a estudos anteriores de Dantas e Garcia (2013), recorreremos aos resultados encontrados pelos autores para explorarmos o universo de temáticas que se aproximam das discussões de RS que

citamos, acompanhando o que de mais tradicional encontramos sobre o conceito de RS e suas relações com problemáticas sociais, a partir das produções do PPGCI-UFPB.

Já com o intuito de conhecer todas as produções sobre RS ou aquelas que abordam a sua definição, ou ainda, as que trazem os assuntos que carregam estreita relação com a temática, Dantas e Garcia (2013), puderam considerar, tomando como base os documentos analisados, que houve,

Uma evolução na utilização do conceito de responsabilidade, vez que há indicações de uso por áreas diversas. No entanto, estes acompanham ou se adéquam ao que as áreas estudam e apresentam. O conceito de RS na CI apresenta uma ampliação das ideias de Du Mont (1991) ou de Wersig e Neveling (1975).

Os autores constatarem a existência da evolução do conceito de RS a partir das discussões sobre o assunto, presentes em Du Mont (1991), discutindo os estágios de responsabilidades do profissional de informação na sua organização e disponibilização, e Wersig e Neveling (1975), trazendo o conceito apontando para a disponibilização da informação para os usuários que dela necessitem. Mais além, podemos perceber que as dissertações assinalam discussões sobre problemáticas sociais diversas, cuja inserção da informação nesses contextos discursivos, potencializa a transformação do modelo de sociedade que temos, para a um modelo mais virtuoso. Para a CI, essa possibilidade se apresenta na inquietação de pesquisadores, especialmente os responsáveis pelas dissertações do PPGCI-UFPB, revelando preocupações com temáticas como: promoção de ação cultural; função social da biblioteca; política cultural; perspectivas sociais da Biblioteca; papel social do profissional de informação; exclusão e inclusão social; cidadania; RSU; e, RS.

Cada uma dessas temáticas oferece na visão de cada autor, direcionamentos para as definições de RS, que vão desde conceitos clássicos, fundamentados na função social da Biblioteconomia, até os conceitos atuais, onde as mensagens dos pesquisadores já trazem o termo RS.

Em Panet (1982), a função social da biblioteca, especificamente a infantil, foi discutida segundo as expectativas de sujeitos, discentes de escolas públicas e particulares da cidade de João Pessoa, Paraíba. Por meio de instrumento de pesquisa direcionado, a autora focalizou características preferenciais desses estudantes e os seus hábitos de leitura. Panet ressalta a função desse equipamento

social, aludindo à capacidade de geração de conhecimento a partir da leitura, e constata que os discentes demonstraram possuir noção da importância deste tipo de instituição. No entanto, os informantes não conhecem suficientemente, toda a gama de vantagens e possibilidades que esse equipamento social oferece. Foi uma pesquisa que discutiu a importância do hábito da leitura para a ampliação de conhecimento, e formação de uma sociedade leitora – portanto, consciente – mas que apontou insuficiência do hábito de ler. A autora defende que as atividades de extensão da Biblioteca Infantil, são potenciais para a mudança desse quadro de insuficiência do hábito de leitura.

Assim como Panet (1982), Aragão (1988) também acredita nas atividades de extensão da biblioteca como potencial possibilidade de por em prática a função deste equipamento social. Aragão (1988) complementa a compreensão de Panet (1982), estabelecendo a biblioteca como instrumento de ação cultural, sendo possível graças às atividades de extensão da biblioteca. Para comprovar tal pensamento, Aragão (1988) desenvolveu um estudo de caso sobre a experiência de extensão na Biblioteca Ernesto Simões Filho, em Cachoeira, Bahia. A autora relata que a experiência de extensão realizada na Biblioteca serviu como estudo de caso à proposta de transformação de uma biblioteca pública tradicional numa biblioteca como instrumento de ação cultural. Para isso, utilizou a metodologia participante, aplicando os passos de um processo de ação cultural emergente na comunidade cachoeirana. A avaliação da experiência foi feita a partir da observação do processo e de opiniões e depoimentos de entrevistados. A experiência foi uma contribuição à Biblioteconomia para o estudo da biblioteca como instrumento de ação cultural, contribuindo para o desenvolvimento sociocultural daquela População.

Alinhado ao pensamento de Panet e Aragão, acreditamos que podemos modificar a atual conjuntura da Educação Brasileira, que estabelece que as bibliotecas, especialmente as escolares, sejam percebidas, por partes dos governantes, como equipamentos necessários à formação de qualidade dos nossos jovens e crianças.

A discussão da importância das bibliotecas escolares para a formação de estudantes mais conhecedores, não é atual, e segundo a dissertação de Carvalho (1983), remonta a situação das Bibliotecas nas escolas de 1º e 2º graus em Fortaleza, Ceará, no ano de 1983. A autora desenvolveu um diagnóstico da condição das bibliotecas de 1º e 2º graus em Fortaleza com a intenção de

apresentar contribuições para o planejamento de um sistema de bibliotecas escolares, inexistente na cidade, naquela época. Os dados oriundos de aplicação de questionários revelaram a caracterização das escolas e da organização das bibliotecas, evidenciando que as bibliotecas existentes não atendiam aos objetivos propostos por esses equipamentos sociais. A autora acredita, assim como nós, que o objetivo da biblioteca escolar é guiado pela função social da biblioteca, cuja prática é possível, a partir do desenvolvimento de atividades nos ambientes internos e externos, proporcionando a criação do hábito de leitura nos discentes. A criação de um sistema de bibliotecas escolares fortaleceria a função deste equipamento social tão relevante.

Barbosa (1984) contribui sobremaneira, com a discussão sobre a Biblioteca pública como equipamento necessário à formação de estudantes. A autora preocupada com o resgate de adultos analfabetos propôs na sua pesquisa, um entendimento de biblioteca como um instrumento não formal que contribuiria a formação desse grupo de pessoas. Ela teceu considerações sobre a educação brasileira, voltando-se para a problemática do analfabetismo. Vejamos que Barbosa (1984) a partir da discussão de uma problemática social relevante demonstra a inquietação com a criação de alternativas que impulsionassem a formação de analfabetos, revelando o desejo de resgatar da margem da sociedade, essa fatia significativa da população brasileira. O texto de Barbosa traz o conceito de analfabetismo e seu posicionamento no contexto social. Aborda o sistema de educação de adultos de Paulo Freire e a sua perspectiva em relação ao analfabetismo na sociedade atual. Mostra as possibilidades de atuação da biblioteca pública junto aos contingentes analfabetos fundamentando-se em trabalho de campo desenvolvido nas comunidades dos Coelhos em Recife, Pernambuco. A dissertação desponha mais uma face da função social da Biblioteca, manifestada pela ação bibliotecária por meio de atividades culturais e de lazer, caracterizando o papel da Biblioteca Pública em relação ao analfabeto.

Silva (1992) em Território da utopia/área de risco: política cultura, também contribuiu com o entendimento da função social da biblioteca voltada à cultura. Ela dissertou sobre as venturas e desventuras de uma experiência em Uberlândia, Minas Gerais. Durante o texto, discute a administração da cultura pela instituição pública e os conflitos inerentes à relação cultura e poder, mediatizada pelo intelectual investido em cargo público. Apresentou um quadro de referências

históricas da relação cultura e poder no Brasil desde o advento da República até a década de 1980. Expos visões de vários autores acerca de política cultural e de seu tratamento em diferentes épocas e países, enfatizando o caso brasileiro. Elaborou um ensaio de referências teóricas relativas às concepções de cultura, de intelectual e de Estado. Descreve o histórico e a estrutura do objeto do estudo de caso – a Secretaria Municipal de Cultura de Uberlândia. Os depoimentos coletados na pesquisa de campo são interpretados a partir de categorias de análise, como cultura versus burocracia, populismo político, paternalismo, poder, o papel do agente cultural, o enfoque processual da cultura, e limites e equívocos da prática em estudo. As questões localizadas no caso de Uberlândia são relacionadas com outras experiências ocorridas no mesmo período. No estudo a autora verificou que as políticas culturais praticadas em grande escala no país nos anos 1980 encontram no final da década, modos arcaicos de poder, onde parece não haver lugar para experiências que visem mudanças sociais e a democratização da cultura.

No quesito cidadania, as dissertações revelaram múltiplos contextos relacionados à temática. Em Malaquias (1999), a discussão alega que a informação é o elemento necessário à cidadania de detentos do Presídio do Roger em João Pessoa, Paraíba. Diante da falência do sistema penitenciário brasileiro, caracterizado pelo desrespeito e pela violação dos direitos humanos, o autor procurou analisar, as práticas informacionais entre os apenados da penitenciária, enquanto elemento de modificação do cotidiano dos presidiários. Utilizou a técnica da história de vida, e quando necessário, recorreu a algumas matérias jornalísticas de noticiários de grande circulação da Cidade, envolvendo a questão penitenciária na Paraíba, para efetivar a comparação com as declarações dos apenados. Malaquias pôde constatar que, dos princípios norteadores do sistema punitivo brasileiro – recuperar e ressocializar o delinquente, desestimular a ação daqueles potencialmente voltados para o crime e, por último, punir aqueles que delinquiram -, só o castigo é eficaz. Existe um processo de negação da cidadania que leva o apenado a total alienação de si mesmo, ocorrendo, em muitos casos, um fenômeno denominado prisionização o qual induz à passividade e ao imobilismo. Aqueles que não são atingidos pela prisionização, reagem, criando um sistema de poder paralelo, o qual é permeado pela criação de um código próprio o qual passa a desenvolver um sistema de geração, uso e disseminação da informação com vistas à criação de uma espécie de conceito de cidadania carcerária.

Outra pesquisa semelhante também discute a cidadania no contexto carcerário. Targino (2003) preocupou-se com a ressocialização penal e encontrou na informação e cidadania a possibilidade de desenvolvimento da pesquisa para identificar as concepções dessa temática entre os detentos do Sistema Penitenciário Paraibano investigando as concepções de informação para a cidadania, enquanto elementos de ressocialização e reintegração da estrutura organizacional da penitenciária da Paraíba. O pesquisador utilizou entrevistas para identificar as concepções de informação e cidadania dos apenados, observando os elementos que dificultam a reintegração e as distorções sociais: a aplicação das políticas públicas de capacitação dos presídios; as perspectivas atuais e futuras na convivência penitenciária, familiar e social; a concepção informacional de integração no cumprimento da pena com a sociedade; as habilidades profissionais e concepções de cidadania adquiridas na penitenciária. A partir dos resultados Targino (2003), considerou que há negligências e omissões das políticas públicas e de seus gestores, principalmente do Governo, constatando-se a banalização institucional no cumprimento da norma legal e suas diretrizes carcerárias, especialmente na aplicação da Lei de Execução Penal. Também existem omissões graves na capacitação profissional dentro dos presídios, no reingresso social, na aplicação de uma nova consciência cidadã ao longo do cumprimento da pena, nas fases de recuperação e em todo o processo de ressocialização.

A cidadania por sua vez, é vista em Pinheiro (2001) atrelada a informação pela leitura. A autora analisou a leitura/informação como atribuição de sentido no contexto do câncer infantil. A realidade vivida pelas crianças portadoras de câncer mostra o quanto estão excluídas do acesso à leitura, à informação, ao processo de construção da cidadania. O conhecimento dessa realidade motivou a autora a pesquisar o fenômeno informacional por meio da leitura como prática social e de atribuição de sentido no contexto do câncer infantil. Ela analisou as práticas leitoras desenvolvidas com crianças acometidas por câncer, objetivando compreender a leitura como manancial de informações capaz de atribuir sentido à vida, fazendo-as (re)criar e (des)construir, a partir de suas histórias e de seus desenhos. Pinheiro (2001) entende que a informação, as palavras e as práticas, traduzidas como interações equilibradas, são elementos importantes na luta contra o câncer, pois consideradas fenômenos de transformações sociais contribuem para gerar o discurso necessário à mediação das relações das crianças com a doença, com os

outros e consigo mesmas, ampliando as chances de superar os obstáculos e as limitações que a enfermidade impõe e de exercitar a capacidade de ser livre para o exercício da cidadania. A autora interpretou os desenhos e as histórias elaboradas por crianças portadoras de câncer como uma carga informacional significativa que retrata suas limitações e seus sentimentos, conferindo significância e verdades ao um mundo de contrastes, no qual essas crianças, estimulando sua imaginação descobrem uma infinidade de leitura que permite brotar reações que favorecem o domínio das tensões, a expansão do autoconhecimento e o estímulo das potencialidades internas. Ressalta que as práticas leitoras sob o enfoque das teorias sócio interacionista e dialógica, defendidas por Vygotsky e Bakhtin, são as mais apropriadas para compreender o homem como um ser que estabelece as relações sociais e delas se constitui. Ao final da pesquisa, Pinheiro (2001) pôde considerar que as crianças portadoras de câncer, durante as práticas leitoras, abandonaram o comportamento agressivo, o stress, a ansiedade e a irritação, tornando-se mais amáveis e bem humoradas. Isso é um indício de que as informações geradas e transmitidas por essas práticas deixaram a florar as emoções e estimularam essas crianças a sair do isolamento em que se encontravam.

Outrossim, Silva (2003a) também aposta na cidadania a partir da informação pela leitura. Para a autora a incidência da Sociedade Aprendente permite ao discurso instaurado pelos sistemas informacionais uma nova análise de suas práticas sociais (informacional e pedagógica). Nessa realidade, para que o sistema de informação escolar estabeleça mecanismo de democratização do acesso, geração, recepção, uso e transformação da informação, é imprescindível criar práticas que finalizem em uma ação cidadã e inclusiva. Para contribuir com o entendimento do binômio informação e cidadania, a autora ponderou o discurso do professor de Língua Portuguesa e os estágios informacionais de leitura na sala de aula, observando suas potencialidades no processo de formação de cidadãos-leitores. Os estágios informacionais de leitura são concebidos como um processo que edifica o cidadão, uma ação tomada de intenso sentido social, participação, concepção e edificação, tornando-se polissêmica e interpretativa. Ao final da pesquisa, a autora pôde concluir que o discurso e as práticas informacionais de leitura, presentes num sistema de informação educacional, que busque formar cidadãos-leitores, necessita combinar o discurso e o diálogo com as práticas informacionais, combinando reflexão crítica, historicidade e ação social.

Nascimento (2001) também discute informação e cidadania. Desta vez, a cidadania é entendida como dependente do elemento informação para se concretizar e criar novos parâmetros sociais. A autora partiu do pressuposto de que a informação via mídia impressa é um instrumento hábil na produção de sentidos e atuante na configuração dos espaços do dizer (enunciações discursivas). Para compreender esse pressuposto, a pesquisadora coletou as concepções de cidadania na imprensa de Campina Grande, analisando as informações relacionadas ao movimento sindical e a problemática da imprensa, questionando o veículo informativo quanto a sua imparcialidade e valendo-se de articulação entre a Ciência da Informação e a Comunicação para enfatizar a interdisciplinaridade entre ambas. Os resultados mais significativos indicaram que o mito da objetividade jornalística oculta uma subjetividade implícita materializada nas intenções das informações que são veiculadas. Esta evidência ressalta a informação como um processo social de atribuição e comunicação de sentidos, capaz de “formar” cidadãos ativos.

O assunto desenvolvimento regional também está presente no *hall* de discussões das dissertações do PPGCI-UFPB. É o caso da pesquisa de Silva (2003b) que analisou Pólo Tecnológico de Campina Grande, Paraíba, buscando compreender a sistemática da transferência de tecnologia da informação do Pólo em questão, a partir da perspectiva de desenvolvimento local. O autor considerou dois aspectos: a produção de novas tecnologias da informação e a necessidade de acesso dessas TI por parte da população; e a existência de políticas governamentais de inclusão digital. O autor considerou que o pólo é altamente capacitado em relação à formação de recursos humanos e da produção de software. Entretanto, não se verificou uma transferência efetiva destas tecnologias ou a implementação de políticas governamentais visando à inclusão digital da população.

As pesquisas abordam também as problemáticas de raça e identidades raciais e como a informação se relaciona com esses assuntos. Silva (2009) relaciona a RS com a produção científica sobre o (a) negro em Programas de Pós-Graduação da UFPB. A autora acredita que a RSU e RS da CI se efetivam quando os pesquisadores passam a produzir conhecimento científico sobre grupos étnicos marginalizados. No caso, a autora investigou a produção de conhecimento acerca de negros(as) na memória da ciência da UFPB, buscando entender a sua (in)visibilidade na cultura científica dessa instituição. A pesquisa objetivou compreender como o(a) negro(a) afrodescendente tem sido representado(a) na

produção do conhecimento. Silva (2009) constatou uma discreta produção de conhecimento sobre o tema em questão. Ao final da pesquisa, a autora conclamou mestres e pesquisadores, especialmente os envolvidos com a CI, a assumir a responsabilidade social e étnico-racial qual seja a ampliação da produção de conhecimento acerca da problemática do(a) negro(a) na sociedade da Informação. De modo mais específico, cabe a área da CI a produção de novos conhecimentos a partir de um olhar social e interdisciplinar, entendida como um efeito construído através das relações sociais em seus diferentes níveis e ambientes. Acredita por fim, que os profissionais de informação que desenvolvem atividades de ensino, pesquisa e extensão, necessitam ocupar os lugares de discussões, reflexões e análises nos grupos de pesquisa, salas de aula e laboratórios de pesquisa, pois a comunidade acadêmica precisa ser informada sobre o que se produz nesses ambientes, bem como tomar conhecimento da importância de uma Ciência em ação para todos(as) os(as) cidadãos(ãs).

2.2 Responsabilidade social na Ciência da Informação: pluralidade de sentidos

Como vimos, a produção do conhecimento sobre RS nos apresenta variadas possibilidades de entendimento a respeito da temática, apresentada em múltiplas faces. Na CI as discussões sobre RS se assemelham a um contexto geral, chamando a atenção para temáticas que fazem referência as problemáticas sociais, interligadas com a geração, a organização e o uso da informação. Referências e ligações, que constituem aspectos que caracterizam a CI, como uma área do conhecimento socialmente responsável e abrangente, uma vez que discute sobre diversos temas relacionados a diversas esferas da sociedade. Lembramos o conceito de CI de Taylor (1966), que a descreve como a ciência que pesquisa as características e o comportamento da informação, as forças que conduzem seu caminho e os meios de processá-la para aprimorar o acesso e o uso. O processo envolve gênese, armazenamento, representação, arranjo, disseminação, recuperação, interpretação, e utilização, atividades que necessitam de mediação, seja entre produção e acúmulo, seja entre acervos e usuários, seja ainda entre informação e nova produção de conhecimento. A CI nasce como um campo operacional com quantidade de serviços que empregam arcabouço sistêmico para

respaldar os estudos e dar suporte às ciências; e outro pertencente aos espaços teóricos, experimentais e operacionais da interface entre o homem e a informação.

Por si só, o conceito de CI de Taylor, que envolve desde a produção da informação até sua disseminação e utilização, levaria a variadas perspectivas de estudo sobre RS. Du Mont (1991), fala de quatros estágios de responsabilidades exercidas por profissionais que lidam com a informação, e que se relacionam etapas desse processo entre produção e disseminação da informação. Ao enfatizarmos três responsabilidades, quais sejam com a conservação e preservação dos acervos (armazenamento); com os usuários das unidades de informação (representação, organização e disseminação); e por fim com a totalidade da sociedade (interpretação e utilização).

Uma revisão do que se produziu sobre RS na área, pode ser propiciada pelo acompanhamento dos trabalhos dos GT do Enancib. O encontro anual de pesquisa em CI subsidia para este estudo, uma fundamentação teórica baseada na diversidade de assuntos que envolvem a RS no campo da CI, corroborando com o que conclamamos RS da área. Em algumas produções, a temática RS apareceu ligada a variados assuntos e, em outros, a RS foi tema principal da comunicação.

Os autores discutiram temas como: tecnologia da informação e comunicação (TIC) como forma de inserção social; informação museal e acessibilidade; formação profissional voltada ao compromisso social; biblioteca como equipamento de transformação social; informação étnico-racial; informação ligada à sustentabilidade; e, RS da CI tida como mediação entre a informação e a necessidade do usuário.

Zaniratti e Cubillos e Oliveira (2007), acreditam que a mercantilização da cultura influencia as dimensões da política e os instrumentos de informação, que disponíveis à sociedade, propiciam o exercício pleno da cidadania numa atmosfera de novas tecnologias de informação e comunicação (TIC), voltadas para a transferência de dados. Os autores assentaram a CI como uma área do conhecimento socialmente responsável pela disseminação desses novos instrumentos aos excluídos. Para eles, apesar dos esforços dos que fazem a CI e dos profissionais das disciplinas ligadas a ela, unidos pelo intuito de se prover acesso às novas ferramentas infocomunicacionais, existe um extenso caminho a ser percorrido para que a sociedade da informação obtenha seu propósito inicial, o de vasto acesso às informações, postas a disposição, graças as mais modernas TIC criadas para propiciar o processo de transmissão de dados.

Freire (2009) percebe a RS da CI por meio de ações de inclusão digital. Para ela, o objetivo é possibilitar, de forma participativa, processos/ações de informação que proporcionem inclusão digital. As premissas apareceram na proposta de desenvolvimento de aptidões para a criação e comunicação digital de informação, contribuindo para dotar usuários/sujeitos de instrumentos de mediação entre uma cultura local e a cultura global, propiciando inclusão social.

Pinto (2009) percebeu a responsabilidade sociocultural do profissional de informação (principalmente bibliotecário), a partir do impacto exercido pelas TIC (Internet) na identidade/diversidade cultural dos povos indígenas, quando esses profissionais possibilitam pela tecnologia, o resgate, a recuperação e, a difusão dos saberes e/ou conhecimentos de grupos não-hegemônicos como esses. Por não serem considerados como usuários (reais ou potenciais), de serviços/produtos de informação, durante muito tempo, e, portanto não tendo suas necessidades particulares de informação levadas em conta, os indígenas tem na responsabilidade sociocultural do profissional da informação, a possibilidade de atendimento de suas necessidades informacionais. Os autores questionam e (re)consideram a RS do profissional da informação, desde a perspectiva do multiculturalismo, dos estudos culturais e principalmente da colonialidade do poder ou da geopolítica do conhecimento, correntes contemporâneas das ciências sociais, que influenciam na formação do fazer de profissionais de informação, bem como na RS destes. Apontam um profissional da informação, no âmbito latino-americano, marcados por uma tendência eurocêntrica, pautada pelo pensamento moderno/capitalista/colonial, inviabilizando potenciais informacionais como os dos povos indígenas, mas que a partir da década de 1960, sofre influência do multiculturalismo, dos estudos culturais, da colonialidade do saber, o que impacta no referencial teórico-prático da CI, passando a propiciar uma infodiversidade, que, pouco a pouco, vai sendo valorizada, principalmente por meio da criação de novos produtos e/ou serviços de informação que dêem conta dessa nova diversidade informacional (PINTO, 2009).

Para Corradi e Vidotti (2009) a RS da CI está ligada ao planejamento de uma arquitetura da informação digital sob a perspectiva inclusiva. Para eles, a ligação usuário-conteúdo-contexto, com ênfase na surdez, pode acontecer em interfaces digitais mediante a diferença lingüística dos surdos e o uso da língua de sinais. Essa ligação pode limitar, mas também, possibilitar condições de acesso e uso de ambientes informacionais. Com isso, objetiva-se naquele estudo destacar a

relevância da acessibilidade em ambientes digitais inclusivos, com ênfase ao planejamento de uma arquitetura da informação preocupada com o atendimento das necessidades informacionais e tecnológicas de usuários potenciais. Entretanto, as pesquisas dos autores revelaram um descaso quanto ao emprego de recursos de acessibilidade em ambientes digitais. No caso de ambientes já existentes, percebe-se um afastamento de padrões internacionais. O interesse pela concretização de ambientes inclusivos, a partir da atenção dos desenvolvedores, caracterizam uma RS preocupada com a construção de uma sociedade cidadã e equitativa.

Ferreira e Lima (2011), também abordaram o tema da inclusão social atrelado a inclusão da pessoa com deficiência. De modo especial, eles acreditam que a inclusão do deficiente visual no espaço museológico, tem forte ligação da RS com a acessibilidade, unindo as temáticas como apoio teórico aos estudos relativos à informação especial e ao uso da tecnologia assistiva. Os objetivos dos estudos de informação especial em ambientes museológicos permitiram a Ferreira e Lima (2011) focalizar e identificar o atendimento a este segmento de público visitante do Museu nas áreas físicas de circulação (visitação presencial) e nos espaços web (visitação virtual). Embora o debate sobre o denominado Museu Inclusivo já esteja em foco no campo da Museologia, no momento pesquisado, existia uma distância entre o discurso e a prática da inclusão. Entretanto, eles acreditavam que os modelos conceituais e práticos que definem o mapa da acessibilidade que leva à inclusão social, podem ser observados por políticas modernas de Informação Especial e da Tecnologia Assistiva em museus.

A inclusão social de deficientes vista em Ferreira e Lima (2011) é observada em Freire (2010), como inclusão digital numa perspectiva da ética. Ela acredita que a inclusão de populações econômica e socialmente vulneráveis, é dever ético, portanto, RS. Enfatiza que as TIC se transformaram em aliadas cognitivas dos seres humanos, apresentando-se como aporte para a formação pessoal e profissional das populações mais vulneráveis. Apregoa que as políticas de inclusão social devem contemplar ações para democratização da informação por meio de acesso livre da internet. É aí que observamos a RS de profissionais de informação, segundo Wersig e Neveling (1975), qual seja a de facilitar a transmissão do conhecimento para aqueles que dele necessitam. Embora que essa ideia do conceito de RS da CI, seja inicial.

A inclusão social pela inclusão digital, também é o entendimento de Silva e Freire e Farias (2010). As autoras acreditam que a CI cumpre um papel fundamental na sociedade da informação, ao mostrar caminhos a serem trilhados por comunidades tidas como vulneráveis, buscando a inclusão social por meio da inclusão informacional. Um estudo das autoras na Comunidade Santa Clara em João Pessoa, Paraíba, revelou a vivência de um processo de exclusão informacional, que sofreu intervenção com a construção de um *blog*, com a finalidade de registrar, organizar e difundir as “fontes de informação” geradas por indivíduos daquela Comunidade. Além disso, o *blog* é visto como espaço de depósito da memória social e do saber da Comunidade, dando a possibilidade de resguardar a identidade daquele povo para as futuras gerações. É o exercício da cidadania presente na criação e disponibilização desse tesouro informacional no ciberespaço, no contexto de sua realidade, e indo além, com o objetivo de promover a produção de conhecimentos inéditos por outros atores sociais.

A inclusão digital ligada a temática RS também é vista em Pinho Neto (2014), ao analisar a experiência vivida no Brasil e na Espanha, no que diz respeito à aplicação de projetos de inclusão digital para sistemas penitenciários. O autor ao final do estudo, considerou,

[...] que os dois projetos estão fundamentados em princípios que privilegiam a educação para a cidadania como finalidade primordial do trabalho de inclusão digital, contudo, não existem, tanto no Brasil como na Espanha, políticas públicas consolidadas nessa área tendo a conquista da cidadania como premissa maior. (PINHO NETO, 2014, p. 2800)

A realidade brasileira apresenta, ainda, problemas e desafios decorrentes da grave crise vivida pelo sistema prisional que inviabilizam a plena consecução dos objetivos do projeto de inclusão digital analisado.

Na formação profissional, Santos (2009) percebe a RS ligada a formação profissional de bibliotecários documentalistas, pontuando os avanços percebidos a partir da análise dos currículos dos cursos de Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação, no que diz respeito à presença de disciplinas que abordam a temática inclusão social. Ele acredita que a inclusão social presente nas matrizes curriculares dos cursos de Biblioteconomia e Documentação, impulsionará a formação crítica de profissionais de informação, preparados para imergir em uma sociedade de excluídos, e, portanto, se ofertarem como profissionais socialmente

responsáveis, capazes de desempenhar um papel fundamental na esfera da democratização do acesso à informação.

Em um estudo de Santos e Barreira e Freire (2010), os autores analisaram os currículos dos cursos de Biblioteconomia da Região Nordeste, mapeando os conteúdos ministrados que possuem similitude com a temática Inclusão Social. No desenvolvimento da pesquisa, os autores defenderam que a inclusão social para a Região Nordeste, deve ser pautada nos principais índices de desenvolvimento humano. Eles refletiram criticamente o currículo a partir dessa perspectiva, buscando compreendê-lo como um potencial ideológico de reprodução cultural e social. Observaram que os conceitos de sistema de ensino, ações pedagógicas e *habitus profissionais*, deveriam permear a formação inclusiva do profissional de informação. Fizeram alusão a uma formação profissional do bibliotecário, tomando como contexto a situação da região Nordeste. A análise dos conteúdos das ementas e bibliografias, identificando perfil, competências e habilidades, permitiu-lhes pontuar que existia ao menos como meta, a formação de profissionais conscientes de seus compromissos sociais.

Nos estudos de produção científica, Garcia *et al* (2009), revelaram a diversidade terminológica da RS abordada nas produções do PPGCI-UFPB durante todo o período de existência do Programa. As autoras revelaram uma RS com características de mediação e/ou de filantropia, presente na interface de interação entre o homem, a informação, o conhecimento e a sociedade, portanto, inferindo à CI, práticas sociais com características de RS.

Em outro estudo, Garcia e Targino e Silva (2011), identificaram o desenvolvimento de pesquisas ligadas à temática RS na CI, a partir dos currículos *Lattes* de pesquisadores da área. Para eles, a (des)continuidade de produção sobre a temática, são, segundo Ashley (2006), características marcantes para delinear o que entendemos como RS. Essas características puderam ser observadas a partir da identificação de descritores utilizados nas produções dos currículos *Lattes*, de pesquisadores, bem como a continuidade de produção com orientadores e/ou orientandos. O estudo ainda permitiu acompanhar a evolução do conceito de RS, o uso/variação dos descritores e o avanço na área. Ao acompanhar conceitos e significados adotados pelos autores, Garcia e Targino e Silva (2001), inferiram que existe similitude entre os conceitos de RS da área.

Souza e Stumpf (2009) foram analisar na literatura brasileira de CI e Biblioteconomia, difundida em periódicos e anais de eventos, as discussões sobre ética na informação e ética profissional. Com base nas observações percebidas a partir dos documentos recuperados, os autores acreditam que a ética da informação e dos sujeitos (cientistas e profissionais) dessas duas áreas, são fundamentas nas Doutrinas da Ética do Discurso, da Ética da Alteridade e da Teoria Ético-Política da Justiça. Contudo, crêem que a discussão em torno da ética, na CI, é percebida como pouco explorada na literatura e se dirige mais para questões gerais.

Na perspectiva da biblioteca como equipamento de transformação social, Cavalcante e Feitosa (2009) acreditam que um movimento de implantação de bibliotecas comunitárias pode acarretar em mudanças socioculturais nas comunidades atendidas. Em seus estudos, os autores perceberam sinais de mudança nas comunidades onde foram implantadas bibliotecas comunitárias, apontando ser necessário reinventar o conceito de biblioteca comunitária, de modo a torná-lo mais cooperativo e dinâmico, formador de cultura de RS, uma vez que a palavra biblioteca, ainda está ancorada na ideia tradicional do acesso ao livro e não à informação como elemento essencial. Este último, por fazer parte de um contexto amplo, incluindo cultura, política, diversidade, direitos humanos e identidade, fazem parte da RS de agentes de informação, e da Biblioteconomia como um todo.

A informação étnico-racial, também é uma temática relacionada à RS nos estudos desenvolvidos na CI. É o que nos apresenta Lima e Aquino (2009) apontando a RS da CI, voltada para a discussão étnico-racial. Em seus estudos, as autoras apontaram a RS na construção das identidades dos “cibersujeitos”, chamando a atenção para o elemento étnico numa sociedade excludente. Cria uma função de inibir o acesso limitado desses sujeitos, todavia esses potenciais produtores/consumidores de informação são cortados na sua competência de participação social e de plena inclusão na cibercultura.

A diversidade de temáticas ligadas a RS, e especialmente no contexto da CI, nos permite perceber em Araújo e Pinho Neto (2011), uma importante iniciativa de mudança social em indivíduos vulneráveis, a partir da criação de Organização Não-Governamental.

As preocupações acerca dos processos de exclusão social, que permeiam nossa sociedade, incentivam o surgimento das organizações ligadas ao terceiro setor, mais precisamente as Organizações Não Governamentais (ONGs), que atuam de forma relevante contribuindo para o fortalecimento de ações em prol do desenvolvimento socioeconômico dos indivíduos. Nesta perspectiva, apresenta-se pesquisa desenvolvida com objetivo de analisar ações que compõem o processo de gestão da informação (GI) e que são adotadas na implementação do Projeto Garotada Solidária (PGS), promovido pela ONG Amazona. Essa organização trabalha com a informação preventiva, por meio da conscientização de jovens contra o contágio das DST/AIDS em cinco comunidades, que se encontram em situação de risco, localizadas no entorno da cidade de João Pessoa-PB. (ARAÚJO; PINHO NETO, 2011, p. 1)

É importante perceber, o papel da CI, qual seja por meio da Gestão da Informação, ao proporcionar um ciclo de comunicação de informações importantes, para indivíduos susceptíveis ao envolvimento com doenças sexualmente transmissíveis, no sentido de torná-los informados, e, portanto, conscientes daquela problemática social, possibilitando a eles, evitar a contaminação com esses tipos de doenças, e a reprodução de agentes multiplicadores, cuja função de conscientizar, se caracteriza como compromisso social.

Se é importante promover o acesso a informação cujo assunto é saúde pública, outro importante fator de compromisso social, seja da CI ou de outros campos do conhecimento, é a preocupação com políticas públicas de acesso a informação. Cardoso Filho e Santos e Araújo Junior (2011) apresentam muito bem essa preocupação. Políticas públicas voltadas para a democratização do acesso e uso da informação como indício de RS. Para os autores, a inserção do tema políticas públicas, bem como sua ligação com a temática RS, respaldam os fundamentos teóricos da CI, contribuindo para a formação do conceito de CI como ciência social. Eles acreditam que a vertente social da CI tem forte contribuição no estabelecimento de políticas públicas. Demonstram que isso é possível, a partir do ciclo das políticas públicas e da tipologia de políticas públicas de Lowi, enfatizando que os instrumentos e ferramentas da CI caracterizam-se como soluções legítimas para unir e ordenar a heterogeneidade dos aportes informacionais identificados em uma sociedade para, por meio de políticas públicas, possibilitar ao ser humano edificar a si mesmo e a seu mundo, de forma autônoma, modificando a realidade na direção do desenvolvimento político, econômico e social.

No viés da sustentabilidade, Cruz Júnior e Scheiner (2007) discutem a RS apontando para o desequilíbrio sócio ambiental, partindo da compreensão dos processos socioeconômicos que resultam do impasse entre aproveitamento e preservação de recursos naturais. Os autores avaliaram a evolução do conceito de desenvolvimento sustentável por meio dos discursos do Estado, identificando o papel da Museologia e dos museus frente à temática, observando ser o compromisso social da CI, uma intermediação por meio da informação, da educação ambiental e patrimonial.

Do exposto, vimos que há uma variedade de temáticas que se relacionam com a RS, e caminham para a construção de um conceito atual que atenda as perspectivas do campo da CI. Falamos da variedade de temáticas relacionadas à RS da CI e lembramos-nos de Dantas e Garcia (2012), quando identificaram os assuntos e conceitos relacionados com a RS a partir das dissertações do PPGCI-UFPB. Em Do tradicional ao atual conceito de RS da CI, os autores mapearam conceitos utilizados nas dissertações ao longo da existência do Programa, permitindo considerar que o conceito atual caminha para uma construção baseada em três aspectos:

- ✓ RS da biblioteca: entendendo a biblioteca como equipamento integrante da sociedade, nessa conjuntura, a RS está relacionada à função social, referindo-se ao potencial que a biblioteca possui, de dar suporte aos cidadãos, pelos seus profissionais (modo interno), e, pela reunião de usuários efetivos e em potencial (modo externo). O objetivo do equipamento social seria o desenvolvimento integral do cidadão, congregando demandas educacionais, profissionais, culturais, políticas, econômicas e sociais como um todo.
- ✓ RS do bibliotecário: avaliando o bibliotecário como agente social por natureza, nesse contexto, a RS refere-se à competência de o profissional apostar nas dimensões sociais dos serviços de informação conectados à melhoria da qualidade de vida dos indivíduos. Significa promover justiça social, apoiar iniciativas advindas do público, assumir posições políticas, mantendo em qualquer circunstância valores aceitáveis de conduta humana, haja vista que a RS reforça o comportamento ético e socialmente

responsável de organizações e indivíduos. Abrange quatro vetores: coleta, organização, armazenamento das coleções impressas ou eletrônicas; integração com os membros da organização onde a unidade de informação se insere; interação com os usuários; conexão com a sociedade em geral.

- ✓ RS da Ciência da Informação: considerando a CI como campo social, em sua totalidade, a RS da área refere-se à capacidade de priorizar a informação em suas diferentes nuances, como elemento precípua da comunicação, com enfoque sociológico que justifica o ciclo informacional sempre em prol da humanidade, mediante ações contínuas, sistemáticas e que expressem comprometimento das organizações envolvidas. Para tanto, por sua abrangência, o papel da RS da CI se apoia em atividades, sobretudo, da Biblioteconomia (sem deixar de lado Documentação, Arquivologia e Museologia), indo além da armazenagem, transmissão e recuperação da informação para alcançar produção/geração de conhecimentos, uma vez que todas essas diligências constituem RS, fundamento intrínseco à CI.

3 NAS TRILHAS DO ESTUDO: POR ENTRE MÉTODOS E TÉCNICAS

A pesquisa é procedimento reflexivo sistemático, controlado e crítico, que permite descobrir novos dados, acontecimentos, relações ou causas, em qualquer campo do conhecimento.

(ANDER-EGG, 1978)

A pesquisa se configura processo cotidiano todas as vezes que surgem questionamentos que necessitam ser explicados. Constitui-se recurso disponível para a busca de informações sobre determinado acontecimento, relação de causa e efeito, e solução de suspeitas. Surge a partir de interesse individual ou coletivo, e, dependendo dos objetivos a alcançar, caracteriza-se como comum ou científica. A interrogação é a condição para que a pesquisa se inicie e seja direcionada. Por vezes, o estudo necessita obedecer a um conjunto de normas e procedimentos para se obter as soluções ou respostas desejadas. Especialmente quando falamos da pesquisa científica, devemos trilhar caminhos entre métodos e técnicas, uma vez que, necessários ao bom desenvolvimento do estudo, mantêm o rigor científico, ou em outras palavras validam a investigação.

A pesquisa científica é composta por etapas, sendo necessário enfatizar as fases de construção da pergunta problema, formulação de hipóteses, definição dos objetivos e, esboço das características metodológicas. Esta última, responsável por estabelecer credibilidade à pesquisa, e conseqüentemente, implicar constatação das verdades, pelo menos até serem negadas *in totum*. No meio científico, a credibilidade da pesquisa está diretamente ligada aos métodos e técnicas utilizados pelo pesquisador.

É preciso considerar que, nas metodologias resultantes das interpretações sociológicas, principalmente as de pressupostos do compreensivismo, a diversidade de referência e entendimento teórico são marcantes. Nesse sentido, a escolha de um referencial teórico sobre a metodologia utilizada, apresenta-se significativa, com

o intuito de asseverar o caminho trilhado para a consecução dos objetivos propostos pelo estudo.

3.1 Características metodológicas

É o momento de caracterizar a pesquisa. Embora pareça recorrente e dispensável, por muitas das vezes a metodologia delineada para o estudo ser aparente ao entendimento dos mais familiarizados com a pesquisa científica, essa atividade constitui-se relevante, quando se pensa em produzir comunicação científica para todos, inclusive, para espectadores alheios ao fazer acadêmico. Portanto, um processo de exposição das definições metodológicas, ao pensamento de ciência para todos.

3.1.1 TIPOLOGIA DO ESTUDO

Nessa linha de pensamento e buscando não fugir do rigor científico, mesmo acreditando que toda pesquisa possua traços metodológicos da tipologia bibliográfica, ainda que isso possa parecer excessivo, é aceitável que quanto ao tipo, descrevamos que a nossa investigação possui especificidades do estudo bibliográfico. Para alcançar descrição plena e possibilitar entendimento a todos, encontramos em Gil (2010), a compreensão da pesquisa bibliográfica como aquela que geralmente é elaborada a partir de produções publicadas. Costumeiramente, esse tipo de pesquisa inclui o estudo desenvolvido com o auxílio de materiais impressos (livros, revistas, jornais, dissertações, teses, etc.). Entretanto, após o surgimento e difusão das TIC, as pesquisas bibliográficas puderam ser desenvolvidas com o auxílio de materiais eletrônicos e digitais (anais eletrônicos de eventos científicos, materiais bibliográficos em mídias de CD e DVD, etc.). Para o autor, todo trabalho científico tem em algum momento, características de estudo bibliográfico.

Iniciado como bibliográfico, desdobrando-se, o estudo passa a desenvolver-se com características de descritivo e correlacional. Constantemente o objetivo de pesquisadores é desenvolver a descrição de situações, fenômenos, objetos, etc. Apresentar como se manifesta determinado acontecimento em outro contexto (SAMPIERI; COLLADO; LUCIO, 2006).

Sampieri e Collado e Lucio (2006) citam Danhke (1989) ao apontar o objetivo da pesquisa descritiva, como sendo o de especificar as propriedades e as características de determinado fenômeno que se submeta a análise. Ainda segundo esses autores,

Os estudos descritivos medem, avaliam ou coletam dados sobre diversos aspectos, dimensões ou componentes do fenômeno a ser pesquisado. Do ponto de vista científico, descrever é coletar dados (para os pesquisadores quantitativos, medir; para os qualitativos, coletar informações). Isto é, em um estudo descritivo, seleciona-se uma série de questões e mede-se ou coleta-se informação sobre cada uma delas, para assim [...] descrever o que se pesquisa. (SAMPIERI; COLLADO; LUCIO, 2006, p. 102).

Com o intuito de caracterizar a pesquisa como correlacional, também recorremos a Sampieri e Collado e Lucio (2006). Os autores acreditam que a pesquisa correlacional tem como objetivo avaliar a relação entre dois ou mais conceitos, categorias ou variáveis em determinado contexto. Continuam, explicitando que, nos estudos qualitativos, a pesquisa correlacional apesar de não medir, nem estabelecer numericamente a relação entre conceitos ou categorias, é possível a percepção de características subjetivas extraídas dessas correlações.

3.1.2 ABORDAGENS

Nas Ciências Sociais, desde as pesquisas iniciais, a influência das metodologias lógico-dedutivas é bem marcante. Advinda dos modelos metodológicos quantitativos das Ciências Exatas e da Natureza, esse paradigma de pesquisa, mesmo de forma individual, ainda é atual nos estudos sociais. A quantificação empregada nos estudos com abordagens metodológicas desta natureza possibilita interpretações e compreensões limitadas. Todavia, na dinamicidade e na variedade dos contextos sociais, quantificar, restringe compreender o lógico, que se pode alcançar por meio dos números.

Alguns teóricos, principalmente aqueles que compartilham do Compreensivismo Weberiano, consideram que os fenômenos sociais que podem ser enumerados, quando pesquisados recorrendo-se à quantificação, deixam de lado as apreensões particulares das realidades estudadas. Quando se quantifica, se oculta o menos aparente, deixa-se de apreender o mais individual do caráter subjetivo das

investigações que envolvem os sujeitos e objetos sociais. Segundo Goldenberg (2004) estes pesquisadores sociais simplificam a existência social, limitando-se ao que se pode quantificar. As abordagens quantitativistas sacrificam o entendimento a fundo do significado da ação social em prol do rigor matemático dessas abordagens.

Discutindo sobre metodologias qualitativas e a retomada dos paradigmas compreensivos na pesquisa social, Guerra (2014) acredita que esses padrões, assumem, a partir do final do Século XX até os dias atuais, uma postura intensamente crítica, em relação às metodologias sistêmicas. Passa-se a propor uma substituição da ênfase em esquadriñar as leis do funcionamento social pela procura da elucidação dos sentidos da vida social.

Apesar dessa mudança de escopo, as abordagens metodológicas funcionalistas e compreensivas seguem se influenciando na análise do todo social, na medida em que, numa conjuntura de período harmônico da história social, a abordagem sistêmica é particularmente adotada para analisar regularidades, em contra partida, do uso da abordagem indutiva, utilizada para analisar contextos sociais que passam por transformações ao longo dos tempos.

Do exposto, a abordagem qualitativa visa responder questões particulares. De forma mais nítida, as Ciências Sociais se ocupam das abordagens complexo-indutivas nas pesquisas de cunho qualitativo. Minayo (2009) explica que as pesquisas desenvolvidas por meio dessa abordagem, se ocupam com um nível de realidade em que a quantificação de dados não consegue propiciar compreensão na análise de informações. Ou seja, ela propicia entender as peculiaridades da complexidade do universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes dos sujeitos.

Ao compartilhar do entendimento de Minayo e Sanches (1993), podemos considerar que a abordagem quanti-qualitativa em pesquisas, é perfeitamente aceitável. Os autores consideram,

Do ponto de vista epistemológico, nenhuma das duas abordagens é mais científica do que a outra. De que adianta ao investigador utilizar instrumentos altamente sofisticados de mensuração quando estes não se adequam à compreensão de seus dados ou não respondem a perguntas fundamentais? Ou seja, uma pesquisa, por ser quantitativa, não se torna “objetiva” e “melhor”, ainda que prenda à manipulação sofisticada de instrumentos de análise, caso deforme ou desconheça aspectos importantes dos fenômenos ou processos sociais estudados. Da mesma forma, uma abordagem qualitativa em si não garante a compreensão em profundidade. É de se desejar que as relações sociais possam ser analisadas em seus aspectos mais “ecológicos” e “concretos” e aprofundadas em seus significados mais essenciais. Assim, o estudo quantitativo pode gerar questões para serem aprofundadas qualitativamente, e vice-versa. (MINAYO; SANCHES, 1993, p. 247)

O estilo e a maneira como cada uma das abordagens influenciam na aplicação simultânea das duas, permite considerar que a divergência entre metodologias quantitativas e qualitativas apresente cada vez menos sentido. É compreensível, pois, que haja uma complementariedade de abordagens em uma mesma pesquisa, uma vez que, as abordagens propiciam análises diferentes para um mesmo fenômeno estudado.

Discutidas as abordagens e a complementaridade profícua no mister de metodologias cartesianas e compreensivas, é possível pois, ilustrar a definição quanti-qualitativa para a pesquisa em questão. A identificação das dissertações e teses que abordam a temática RS nos permitiu observar quais outros assuntos estão presentes nos documentos. Quando quantificados, num primeiro momento, a quantificação dos assuntos presentes nos forneceu indícios para considerar com quais temáticas se relaciona a RS. Isso resultou numa análise quantitativa quanto às temáticas abordadas. Em outra ocasião, a quantificação implicou na criação das categorias de análise dos dados, o que nos possibilitou visualizar peculiaridades das comunicações sobre RS em pauta. Por outro lado, a análise dos conteúdos das temáticas abordadas nos documentos identificados, nos consentiu uma análise qualitativa, possibilitando ir além, das incipientes evidências que comportam os números. Tendo em vista que almejamos quantificar e analisar intensamente os conceitos sobre RS e assuntos relacionados, quanto à abordagem, podemos caracterizar a pesquisa como quanti-qualitativa.

3.2 Campo da pesquisa

Para ampliar o estudo sobre a temática RS na CI, buscamos identificar os Programas de Pós-Graduação da área recomendados e reconhecidos pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), apresentados no Quadro 1.

Quadro 1 – Programas de Pós-Graduação em Ciência da Informação no Brasil.

PROGRAMA	IES	UF	CURSO	
			M	D
CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO	UFRJ / IBICT	RJ	1970 2008	1992 2008
CIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO	UFMG	MG	1976	1997
CIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO	UNB	DF	1978	1992
COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO	UFRGS	RS	1995	2001
CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO	UNESP / MAR	SP	1998	2005
CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO	UFBA	BA	2000	2008
CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO	UFSC	SC	2000	2011
CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO	USP	SP	2006	2006
CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO	UFPB	PB	2006	2011
CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO	UEL	PR	2007	
CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO	UFPE	PE	2008	
CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO	UFF	RJ	2008	

Fonte: <<http://capes.gov.br/cursos-recomendados>>.

A busca de informações necessárias ao alcance dos objetivos propostos por este estudo tem gênese na escolha da fonte de informação. Um ponto crucial para a primeira fase da investigação era identificar uma fonte que nos oferecesse a possibilidade de distinguir as dissertações e teses que abordam a temática RS por área do conhecimento e programa de Pós-Graduação. Inicialmente, pensamos na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD) mantida pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), e acessada por meio do endereço eletrônico: <<http://bdtd.ibict.br>>, como sendo a base depositária que daria a possibilidade de proceder a identificação de dissertações e teses brasileiras.

Idealizávamos uma BDTD em que a resposta a uma pesquisa, nos retornaria dissertações e teses que pudessem ser filtradas por Programa de Pós-Graduação, e em caso negativo, por área do conhecimento. Nesse último caso, com um número de documentos restritos a área da CI, distinguiríamos as dissertações e teses recuperadas, por programa de Pós-Graduação.

Deste modo, a busca por meio da interface de pesquisa “procura simples” da BDTD, utilizando um termo ou combinando dois ou mais, retornaria resultados sem filtros, o que implicaria em excessivo número de dissertações e teses recuperadas. Para os fins propostos pela pesquisa, em qualquer outro sistema, que não fosse a BDTD, a saída seria a busca de informações a partir de uma interface que oferecesse uma pesquisa avançada. E a BDTD oferece a “procura avançada”, composta pelos campos de pesquisa: “autor”; “resumo”; “título”; “assunto”; “contribuidor” (correspondente aos orientadores das dissertações e teses); e, “instituição de defesa”. Essa modalidade de pesquisa ainda possibilita que os resultados de uma busca sejam filtrados por “país”, “grau”, “idioma” e “ano de defesa”. O pré-teste nessa modalidade de busca seria a solução. Entretanto, a inexistência do campo de busca que nos retornasse documentos que pudessem ser filtrados por Programa de Pós-Graduação ou área do conhecimento impossibilitou a continuação da pesquisa também nesta modalidade.

Essa realidade revelou um sinal negativo para comprovar a ideia inicial de que a BDTD retornaria os dados almejados. Esbarramos com uma interface de busca que não oferece recuperação de informações que satisfaça a pesquisa por áreas do conhecimento.

Verificada a impossibilidade de proceder com o desenvolvimento da pesquisa por área do conhecimento ou por Programa de Pós-Graduação, optamos por recorrer aos repositórios institucionais das IES, sistemas onde, acreditamos, estariam as dissertações e teses dos programas a serem investigados.

Para que não houvesse desvio quanto a sua padronização e para que a estratégia de pesquisa pudesse ser bem definida, visando um percurso metodológico cada vez mais conciso, fez-se necessário a identificação dos sistemas de gerenciamento de cada repositório das IES, resultando no Quadro 2:

Quadro 2 – Identificação dos sistemas gerenciadores dos RI

IES	PROGRAMA	SISTEMA
UFBA	Ciência da Informação	DSpace
UFPE	Ciência da Informação	DSpace
UFSC	Ciência da Informação	DSpace
UNESP	Ciência da Informação	DSpace
UEL	Ciência da Informação	Nou-Rau
UFF	Ciência da Informação	TEDE-BDTD
UFPB	Ciência da Informação	TEDE-BDTD
UFMG	Ciências da Informação	DSpace
UNB	Ciências da Informação	DSpace
UFRGS	Comunicação e Informação	DSpace

Fonte: <<https://repositorio.ufba.br/ri/>>; <<http://repositorio.ufpe.br/>>; <<https://repositorio.ufsc.br/>>; <<http://base.repositorio.unesp.br/>>; <<http://bdtd.biblioteca.ufpb.br/>>; <<http://www.ndc.uff.br/>>; <<http://www.bibliotecadigital.uel.br/>>; <<http://repositorio.unb.br/>>; <<http://www.lume.ufrgs.br/>>; <<http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/>>.

Uma rápida observação do Quadro 2, permite perceber que inexistiu unanimidade no sistema de gerenciamento dos RI. Além disso, em dois, dos 12 programas indicados no Quadro 1, especificamente os repositórios da UFRJ e USP, não puderam ser identificados, ou, não foram encontradas as páginas de acesso, ou, na ocasião da busca, estas passavam por problemas técnicos. Nos dez restantes, alcançamos a página de cada repositório, identificando que os gerenciadores variam entre: TEDE; DSpace; e, Nou-Rau. O TEDE é o sistema desenvolvido pelo IBICT e utilizado para gerenciar a BDTD. O DSpace, é um *software* com código fonte aberto, desenvolvido nos Estados Unidos. A partir dele, o IBICT desenvolveu o sistema DSpace com o intuito de universalizar entre as IES do Brasil, uma ferramenta de gerenciamento de seus RI. O sistema Nou-Rau, foi desenvolvido pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP).

A interface de busca de cada sistema foi minuciosamente analisada, para que pudéssemos escolher uma estratégia de pesquisa única, em todos os repositórios, que atendesse a investigação de forma padronizada. Acontece que, ao realizar buscas na fase de pré-teste em cada repositório, constatamos algumas diferenças nos modos e interfaces de pesquisa, utilizados por cada um deles, principalmente no que diz respeito à interface de busca avançada. A impossibilidade de recuperar documentos por área do conhecimento e programa de pós-graduação, observada no sistema BDTD e, explanada no início deste capítulo, exclui do campo da pesquisa, as instituições que se utilizam desse sistema. O pré-teste realizado,

permitiu-nos ilustrar, a partir do Quadro 3, as peculiaridades de pesquisa notadas, e os campos disponíveis na interface de pesquisa avançada em cada repositórios.

Quadro 3 – Peculiaridades quanto à interface de busca

IES	SISTEMA	CAMPOS DE BUSCA			OPERADOR BOOLEANO
		Título	Resumo	Assunto	
UFBA	DSpace	X	-	X	-
UFPE	DSpace	X	-	X	-
UFSC	DSpace	X	-	X	X
UNESP	DSpace	X	-	X	-
UFMG	DSpace	X	X	X	X
UNB	DSpace	X	-	X	-
UFRGS	DSpace	X	-	X	-
UEL	Nou-Rau	-	-	-	-

Fonte: <<https://repositorio.ufba.br/ri/>>; <<http://repositorio.ufpe.br/>>; <<https://repositorio.ufsc.br/>>; <<http://base.repositorio.unesp.br/>>; <<http://repositorio.unb.br/>>; <<http://www.lume.ufrgs.br/>>; <<http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/>>; <<http://www.bibliotecadigital.uel.br/>>.

Nos repositórios, sabemos que o uso do campo “pesquisa geral” implica em metadados que o sistema utiliza. Mesmo sem oferecer pesquisa por campos específicos, a busca retornará documentos que empregam o termo ou expressão pesquisada a partir do título, resumo ou palavras-chave. Entretanto, quando se deseja alcançar resultados bem específicos, é fundamental que a interface de pesquisa, ofereça o maior número de campos de pesquisa.

Quando refletimos sobre padronizar o argumento de pesquisa, utilizando um termo que fosse encontrado nos títulos, resumos ou assuntos das dissertações e teses a serem recuperadas, detectamos conforme o Quadro 3, que o repositório da UFMG é o único que permite o uso de maior número de campos específicos. Além disso, ao definirmos que o argumento de pesquisa seria utilizado na busca por campos específicos, necessitaríamos de operadores *booleanos* para refinar a pesquisa, e obter os resultados satisfatórios. Em dois dos oito repositórios, existe a possibilidade de empregá-los na interface de busca dos repositórios.

Para definir os PPGCI que compõem o campo de estudo, consideramos ainda, além das peculiaridades observadas a partir do Quadro 3, a possibilidade que o sistema DSpace nos oferece, a de pesquisar no texto integral das dissertações e

teses. Considerando que esta modalidade de pesquisa não é possível no sistema Nou-Rau do repositório da UEL, excetuamos essa IES, e definimos que os repositórios com o sistema DSpace, formariam o campo de estudo.

Observamos que as pesquisas desenvolvidas no PPGCOM da UFRGS, em sua maioria, estão voltadas para a área da Comunicação. Ainda que conste que o programa desenvolve estudos em linha de pesquisa na área da CI, o repositório não permite a distinção das pesquisas em cada área do conhecimento, o que nos impossibilita recuperar dissertações e teses específicas da CI. Desse modo, decidimos por retirar o Programa de Pós-Graduação da UFRGS do campo de pesquisa.

Diante do exposto, e partindo para a definição final, delineamos os PPGCI que compõem o campo deste estudo, apresentados no Quadro 4, com os respectivos endereços eletrônicos, locais onde foi possível a identificação das dissertações e teses, que abordam em seu conteúdo integral, o termo RS.

Quadro 4 – Programas que constituem o campo da pesquisa

IES	PROGRAMA	SISTEMA	SÍTIO ELETRÔNICO
UFBA	Ciência da Informação	DSpace	https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/771
UFPE	Ciência da Informação	DSpace	http://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/50
UFSC	Ciência da Informação	DSpace	https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/75302
UNESP	Ciência da Informação	DSpace	http://base.repositorio.unesp.br/handle/11449/59523
UNB	Ciências da Informação	DSpace	http://repositorio.unb.br/handle/10482/5363
UFMG	Ciências da Informação	DSpace	http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/handle/1843/477

Fonte: Quadro 3.

Definidos os programas que compõem o campo da pesquisa, partimos para a escolha do argumento de pesquisa, responsável pela identificação das dissertações e teses que abordam a temática RS.

3.3 Coleta de registros

Essa etapa caracteriza-se como a mais exaustiva. É onerosa, pois exige tempo e esforço para coletar as informações necessárias. Além disso, requer certo

conhecimento sobre a temática pesquisada. O conhecimento prévio é essencial para que nenhuma informação sobre o assunto foco do estudo, passe despercebida.

Quando se trata de pesquisas em repositórios, a coleta de dados até define o campo de estudo. Como vimos o argumento de pesquisa necessitou ser definido, para que pudéssemos considerar os PPGCI que participariam do estudo. Isso porque pretendemos uma pesquisa baseada em métodos objetivos de coleta de dados.

A escolha do argumento para identificar e recuperar as informações desejadas constitui uma etapa que requer cuidados. Refletimos que os repositórios apresentam minúcias referentes ao modo como se pesquisa em cada um deles. Quando se trata do mesmo sistema de gerenciamento, além do modo de pesquisa divergir de um RI para outro, a interface de busca também irá interferir no argumento de pesquisa utilizado.

Depois de observarmos as reflexões para a definição da estratégia de pesquisa nos RI, definimos a expressão “responsabilidade social” como sendo o argumento de pesquisa. Para proceder com as buscas nos repositórios, necessitamos que as pesquisas fossem desenvolvidas utilizando aspas, por se tratar de argumento formado pela união de dois termos: “responsabilidade” e “social”. O uso de aspas foi requisito necessário para gerar aumento do índice de precisão da pesquisa, garantindo que somente fossem recuperados os documentos nos quais estavam contidos os dois termos unidos.

Depois de identificadas, as dissertações e teses serviram de base para a coleta dos conceitos de RS utilizados pelos pesquisadores. Analisamos também, as relações com outras temáticas, observadas por meio dos descritores escolhidos pelos autores para representar suas respectivas produções. Acreditamos que os descritores revelaram a ligação que a RS mantém com outros assuntos, na construção da teoria sobre a temática na área da CI. Identificados, os descritores serviram como indicativo de que naquelas produções também seriam encontrados conteúdos temáticos sobre temas relacionados à RS. Na maioria das dissertações e teses foram coletados conceitos correspondentes aos descritores relacionados à temática RS.

Utilizando o argumento “responsabilidade social” em cada um dos repositórios *linkados* aos seis PPGCI definidos como campo de pesquisa, identificamos um total de 169 documentos, dos quais 118 são dissertações e 51 são

teses, que em alguma parte do texto, fizeram menção ao termo RS, conforme dados apresentados no Quadro 5.

Quadro 5 – Quantitativo de dissertações e teses recuperadas com o termo RS

IES	PROGRAMA	DOCUMENTOS RECUPERADOS		SUB-TOTAL
		D	T	
UFBA	Ciência da Informação	2	1	3
UFPE	Ciência da Informação	11		11
UFSC	Ciência da Informação	25		25
UNESP	Ciência da Informação	42	21	63
UFMG	Ciências da Informação	1		1
UNB	Ciências da Informação	37	29	66
TOTAL		118	51	169

Fonte: Dados da pesquisa, 2015.

Posterior a identificação nas bases de dados selecionadas, efetuamos o *download* dos documentos disponibilizados na íntegra em formato digital, os quais passaram por nova etapa de pesquisa, qual seja a leitura integral do conteúdo dos documentos, buscando os conceitos sobre a temática interessada. Em fase posterior, construímos um quadro com as dissertações e teses identificadas.

3.4 Registro dos dados

Após a identificação dos dados, conforme as indicações das subseções anteriores, chegamos a fase em que registrá-los configura-se atividade necessária a análise almejada. O desenho do que foi coletado, bem como, a escolha do que foi examinado, decorre da apreciação do pesquisador. Urge atentar e escolher a melhor maneira de registrar as informações coletadas, para que análises satisfaçam o pesquisador. A quantidade de dados a serem registrados, também é fator relevante no processo de análise. Ao tempo em que uma grande quantidade de informações não possa nos transmitir muita coisa, a opção por limitar o registro, pode acarretar ocultação de vestígios necessários a julgamentos satisfatórios. Risco que se deve correr, embora essa etapa esteja acompanhada de avaliação minuciosa do que foi angariado, tendo o cuidado de detectar erros e incompletude nos registros dos

dados, garantindo que somente os dados necessários à pesquisa fossem selecionados e posteriormente, demonstrados com o auxílio de quadros.

Com o uso do *Microsoft Excel*, registramos as dissertações e teses identificadas em planilhas individuais para cada programa de pós-graduação pesquisado.

Uma vez identificadas, dissertações e teses compuseram um quadro para facilitar a análise, servindo para recorrer aos títulos dos documentos quando necessário. No quadro consta uma coluna com sequências de identificação, iniciadas pelas letras “D”, para dissertações, e “T” para teses. Essas sequências serviram para remeter às dissertações e teses de forma individualizada, na ocasião das análises. Em outra coluna constam os respectivos títulos das dissertações e teses identificadas inicialmente. Numa terceira coluna aparecerem os anos correspondentes aos documentos. Em fase inicial, documentos recuperados foram quantificados e figuram no Quadro 4, servindo de referência para a descrição do universo da pesquisa.

Outrossim, os dados coletados no texto integral das dissertações e teses serão registrados em quadros, utilizados para criação de categorias, empregadas nas análises dos conceitos coletados. Isso será possível graças a análise desenvolvida a partir da leitura do conteúdo dos documentos, buscando os conceitos relacionados à temática. Aquelas em que não foram encontrados conceitos, e que os descritores não demonstraram ligação com a temática, são desconsideradas como objeto de análise.

3.5 Análise dos dados

Utilizamos a Análise de Conteúdo (AC) para auxiliar no exame e interpretação dos conteúdos temáticos ou conceitos de RS identificados. Aplicar a AC permitiu a descrição da temática em novo contexto, resultando em reflexões sobre a RS a partir da produção científica do campo da CI. Isso nos deu condições de autenticar ou apontar como inválida, a hipótese levantada no início do estudo.

Bardin (p. 44, 2011) nos dá uma luz quando conceitua a AC como “um conjunto de técnicas de análise das comunicações que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens”. A autora também a entende como um conjunto de instrumentos metodológicos, colocado em

constante aperfeiçoamento, que se aplica aos mais diversos tipos de enunciados (BARDIN, 2011). Essa característica de viabilidade de aplicação diversa, fez com que percebêssemos a possibilidade de utilizar a técnica como conjugado metodológico de análise das mensagens dos autores das dissertações e teses dos PPGCI do Brasil.

Bauer (2000) esclarece que a AC envolve classificação sistemática e agrupamento de unidades de texto relacionadas. A AC permite sintetizar uma grande quantidade de dados em uma breve descrição de algumas de suas características. Concorde Marvasti (2004), que a AC em sua abordagem qualitativa, alcança os anseios dos pesquisadores qualitativos, pela comodidade que a técnica oferece em simplificar e diminuir grandes quantidades de dados em segmentos organizados. Utilizando a AC, o pesquisador pode transformar o conteúdo de milhares de mensagens em alguns temas comuns. É uma forma de interpretação de dados textuais, examinando-os em partes, como um meio de expressão do todo.

A AC ou análises de conteúdo como prefere Bardin (2011), caracteriza-se como um processo bastante baseado na prática, que depende da tipologia da mensagem para qual é exercitada e da modalidade de interpretação que se pretende designar. É Bardin quem afirma que não há acontecimento terminado nem exercício pronto na AC. Existem somente alguns princípios basilares, que em algumas ocasiões até podem ser ultrapassados, indo além do que se permite a AC. A técnica de AC ajustada ao campo e ao alvo almejados tem de ser reinventada a cada situação, afora para utilizações mais simples e generalizadas, como é o caso da investigação minuciosa próxima da decodificação e de respostas a perguntas abertas de entrevistas, das quais o teor é analisado rapidamente por meio de temas.

A característica transponível da AC recai sobre a necessidade de estar bem sintonizado com o conjunto de técnicas de análise de conteúdo. Dependendo do nível de sintonia do pesquisador com o instrumento metodológico, seu campo de aplicação e alvo pretendido, o caminho pode ser de divagações. Para evitar contendas, vamos tão somente, em capítulo próximo, esquematizar o que pretendeu com a aplicação da AC na nossa proposta.

3.5.1 CATEGORIAS DE ANÁLISE

É comum encontrarmos estudos que utilizam a AC para análise de informações coletadas por meio de instrumentos metodológicos como as entrevistas estruturadas e semi-estruturadas. Esses tipos de instrumentos metodológicos são escolhidos para alcançar conceitos e/ou ideias sobre determinado assunto do ponto de vista dos indivíduos alvos da pesquisa. Consegue-se a partir deles, coletar informações de uma determinada temática geralmente definindo-se um limite por conta da estrutura de perguntas utilizadas. Nesse tipo de estudo, por vezes, o pesquisador possui uma ideia do que pode encontrar no decorrer da coleta de informações. Além disso, o investigador limita a amostra da pesquisa, e com isso reduz o número de informações que disporá para a análise.

Em si tratando de pesquisa que tem como campo a produção científica de alguma área do conhecimento, não se imagina a quantidade de dados que se consegue recuperar. É crucial a escolha de um argumento de pesquisa que esteja alinhado com os objetivos da pesquisa e ao mesmo tempo, atento aos prazos e limites para consecução do estudo.

Para analisar mensagens previamente registradas, conteúdos de dissertações e teses, escolhemos uma temática geral, para dar prosseguimento à coleta de dados. Definimos um argumento de pesquisa amplo, que nos retornou um apanhado considerável de informações. Ao passo que isso não favorece, tendo em vista os prazos estabelecidos, somos favorecidos pela percepção das complexidades que envolvem a temática.

As mensagens recuperadas formaram um conjunto de informações que sistematizamos e organizamos subsidiados pelo uso da categorização da AC. A possibilidade de aplicação que a AC apresenta para diversos tipos de estudos, nos contemplou nos quesitos quantidade de dados coletados e tipos de mensagens analisadas. O emprego da categorização nos permitiu a estruturação do Quadro 6, com a criação de 18 categorias subdivididas em 64 subcategorias.

Quadro 6 – Categorias de análise

CATEGORIA	SUBCATEGORIA
Acessibilidade	Portadores de necessidades especiais
	Surdez

Aspectos éticos	Bioética
	Deontologia
	Ética
	Ética da informação
	Ética profissional
Cidadania	Emancipação
Comunicação	Aspectos gerais da Comunicação
	Comunicação científica
	Responsabilidade social com a comunicação
Educação	Relações entre Informação e Educação
	Incentivo à leitura
Função/Responsabilidade Social da Ciência da Informação	Acesso e uso da informação
	Acesso e uso da informação via TIC
	Ciência da Informação como ciência social
	Competência informacional
	Democratização do acesso à informação
	Direito à informação
	Função social da Ciência da Informação
	Informação social
	Mediação da informação
	Responsabilidade social da Ciência da Informação
	Socialização do conhecimento
	Transmissão da informação
Função/Responsabilidade social de profissionais de Informação	Capacitação profissional
	Função social de profissionais de informação
	Função social do Bibliotecário
	Responsabilidade do profissional de informação
	Responsabilidade social do Arquivista
	Responsabilidade social do Bibliotecário
	Responsabilidade social do Jornalista
	Responsabilidade social do profissional de informação
Função/Responsabilidade social de unidades de informação	Função social da Biblioteca
	Função social da Biblioteca Comunitária
	Função social da Biblioteca Escolar
	Função social da Biblioteca Pública
	Função social da unidade de informação
	Função social do museu
	Responsabilidade social da biblioteca
Inclusão/Exclusão digital	Inclusão digital
	Exclusão digital
Inclusão/Exclusão social	Inclusão social
	Exclusão social
	Inclusão social via TIC
Políticas públicas	Políticas públicas

Preservação da memória	Preservação da memória como função social
	Preservação digital
Responsabilidade social da Arquivologia	Responsabilidade social da Arquivologia
Responsabilidade social e ciência	Responsabilidade social da ciência
	Assistencialismo
	Filantropia
Responsabilidade social empresarial	Marketing Social
	ONG
	Responsabilidade Social corporativa
Responsabilidade social universitária	Responsabilidade social universitária
	Aspectos gerais da Responsabilidade Social
	Desenvolvimento social
	Desenvolvimento sustentável
Responsabilidade socioambiental	Equidade social
	Qualidade de vida
	Responsabilidade social e meio ambiente
	Sustentabilidade
Sociologia	Conexões entre Responsabilidade Social e Sociologia
18	64

Fonte: Dados da pesquisa, 2015.

4 A PLURALIDADE DE SENTIDOS REVELADA

Essa etapa da pesquisa aponta os resultados, decorrentes de análises minuciosas de 169 produções: 115 que apresentam conceitos ou conteúdos temáticos sobre RS e assuntos correlatos, compreendendo 82 dissertações e 33 teses, e; 54 documentos, dos quais 36 são dissertações e 18 são teses, que trazem o termo RS, mas que não apresentam conteúdo temático ou definição sobre o assunto.

4.1 Conexões e afinidades entre a responsabilidade social e a Ciência da Informação

Nesta fase, analisamos as 115 produções e desvendamos os conteúdos temáticos sobre RS presentes em 82 dissertações e 33 teses. Conseguimos a partir da apreciação de categorias e subcategorias, alcançar a pluralidade de sentidos que a RS assume na CI. Essa diversidade de sentidos alcançada, também nos proporciona perceber as conexões e afinidades entre a temática RS e problemáticas sociais identificadas, bem como as relações entre elas e a CI.

Observada a ordem alfabética das categorias e das subcategorias, sempre que houver os dois tipos de produção, as análises se iniciam pelas dissertações, e posteriormente pelas teses, fazendo com que haja harmonia na apresentação das considerações acerca das categorias e subcategorias.

4.1.1 ACESSIBILIDADE E RESPONSABILIDADE SOCIAL

Obedecendo a ordem alfabética de apresentação e apreciação das categorias, a **Acessibilidade** é a primeira a ser analisada. O Quadro 7 nos oferece a visualização das produções que tratam da temática.

Quadro 7 – Categoria Acessibilidade.

CATEGORIA	SUBCATEGORIAS	OCORRÊNCIA	IES	ANO	Q
Acessibilidade	Portadores de necessidades especiais	T03	UNB	2006	1
	Surdez	D08	UNESP	2008	1
TOTAL					2

Fonte: Dados da pesquisa, 2015.

O garimpo de informações desenvolvido em etapa específica da pesquisa forneceu os subsídios necessários para a construção do Quadro 7 que apresenta as produções nas quais identificamos discussões sobre **Acessibilidade**. Nela observamos dois conceitos ou conteúdos temáticos que aparecem em duas produções: na tese T03 UNB e na dissertação D08 UNESP. A **Acessibilidade** é ventilada em dois vieses, que figuram como subcategorias nas nossas análises: em T03 UNB, é versada como aspectos gerais sem correlação com alguma necessidade especial específica; e, em D08 UNESP está relacionada com a surdez.

As mensagens encontradas em T03 UNB traduzem a acessibilidade em termos gerais, ligando-a a RS para com uma parcela um pouco esquecida de usuários da informação: os que apresentam necessidades especiais diversas. A tese foi desenvolvida com o intuito de encontrar, na Ciência da Informação, contribuições para implementar um programa voltado para políticas de informação em Angola (África). As mensagens de T03 UNB são enfáticas, quando relacionam a RS com políticas de informação voltadas aos desfavorecidos, propondo medidas para criação e implantação de um conjunto de políticas de iniciativas públicas ou privadas para esse fim.

A necessidade de implantação do programa em Angola partiu da percepção prévia do autor de T03 UNB, e foi corroborada pelo estudo que comparou programas da mesma natureza, intitulados “Sociedade da Informação” em um país de cada continente, escolhidos pelo pesquisador. A comparação permitiu perceber que não é dada a devida atenção as políticas de informação para pessoas portadoras de necessidades especiais. O tema aparece nos documentos de propositura de alguns Programas, por vezes unido a outro tópico, delineado de forma diferente, a depender da estratégia em que está inserido. A temática esteve presente de forma tímida, quando os documentos de criação de alguns Programas previam políticas de informação referentes a distintas formas de apoio para cidadãos, que são enquadrados como desfavorecidos pela sociedade, por causas variadas, principalmente as físicas, econômicas e sociais. A acessibilidade está presente nos elementos: disponibilização de serviços online para cidadãos em desvantagem e em locais remotos; RS para com sujeitos de condição especial; amparo a grupos socialmente desfavorecidos; promover o acesso às informações e benefícios para jovens, mulheres e portadores de necessidades especiais, e; necessidades dos cidadãos de grupos especiais (APARÍCIO, 2006).

Por outro lado, em D08 UNESP, a temática **Acessibilidade** é apreciada frente ao comportamento informacional de discentes de pós-graduação portadores de surdez. O estudo faz relação entre RS e as necessidades informacionais de pessoas portadores de necessidades especiais, neste caso, a surdez. D08 UNESP buscou distinguir e avaliar o comportamento informacional de pós-graduandos surdos, que utilizam a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), participantes dos programas de pós-graduação em Educação e Linguística, da Universidade Federal de Santa Catarina. Focados nessas necessidades especiais de informação, o objetivo de D08 UNESP foi identificar contribuições teóricas e práticas para a representação e organização do conhecimento, apoiadas na grandeza ética de garantia de direito à informação para surdos usuários da língua de sinais.

4.1.2 ASPECTOS ÉTICOS DA RESPONSABILIDADE SOCIAL

Como visto nas mensagens de D08 UNESP, a Ética fundamenta a RS quando o assunto é garantir direitos de acesso à informação para os tidos como “desfavorecidos”. Vejamos no Quadro 8, o registro da Categoria **Aspectos éticos** e a partir dele, como a temática é enunciada nas produções identificadas.

Quadro 8 – Categoria Aspectos éticos.

CATEGORIA	SUBCATEGORIAS	OCORRÊNCIA	IES	ANO	Q
Aspectos éticos	Bioética	D03	UNB	2012	1
	Deontologia	D18	UFSC	2005	1
	Ética (aspectos gerais)	D01	UFBA	2008	16
		D10	UFPE	2013	
		D06	UFSC	2011	
		D09	UFSC	2010	
		D17	UFSC	2010	
		D18	UFSC	2005	
		D04	UNB	2012	
		D09	UNB	2008	
		D03	UNESP	2012	
		D29	UNESP	2005	
		D33	UNESP	2013	
		T11	UNB	2008	
		T20	UNB	2008	
		T26	UNB	2009	
		T28	UNB	2008	

		T15	UNESP	2014	
	Ética da informação	D06	UFSC	2011	3
		D09	UFSC	2010	
		D04	UNB	2012	
	Ética profissional	D10	UNB	2011	4
		D20	UNB	2006	
		D08	UNESP	2008	
		T17	UNESP	2010	
TOTAL					25

Fonte: Dados da pesquisa, 2015.

Os aspectos éticos relacionados à RS são assinalados em 25 conceitos ou conteúdos temáticos, abordados de cinco maneiras, as quais deram origem a cinco subcategorias de análise: **Bioética**; **Deontologia**; **Ética (aspectos gerais)**; **Ética da informação**, e; **Ética profissional**. Os conteúdos temáticos sobre **Bioética** e **Deontologia** aparecem apenas uma vez cada, respectivamente, em D03 UNB e D18 UFSC. Os conteúdos temáticos que se encaixam na Subcategoria **Ética** estão presentes em D01 UFBA, D10 UFPE, D06 UFSC, D09 UFSC, D17 UFSC, D18 UFSC, D04 UNB, D09 UNB, D03 UNESP, D29 UNESP, D33 UNESP, T11 UNB, T20 UNB, T26 UNB, T28 UNB e T15 UNESP. As considerações sobre **Ética da informação** estão registradas em D06 UFSC, D09 UFSC e D04 UNB. Por último, podemos perceber que as considerações sobre **Ética profissional** aparecem em D10 UNB, D20 UNB, D08 UNESP e T17 UNESP.

Ao discutir ética como Bioética e contextualizá-la nas áreas da Saúde e da CI, Barbosa (2012) desenvolve em D03 UNB um estudo que discute as políticas de informação para a saúde no Brasil, que necessitam estar sob a égide da Bioética, disciplina interdisciplinar, cujo elemento de estudo é a ética da vida humana. Para Barbosa, a dimensão das questões que envolvem a informação em Saúde, principalmente no Brasil, é ampla. Por si tratar de um estudo sobre uma unidade de informação voltada para a saúde, Barbosa (2012) defende que este tipo de informação deve estar a serviço dos usuários, sejam eles: pesquisadores, docentes, discentes, políticos, e demais agentes sociais, devendo contemplar a sociedade como um todo, democratizando e suplantando as barreiras informacionais para o exercício da cidadania. O ciclo informacional precisa estar à disposição do cidadão. Barbosa (2012) acredita que a relação entre RS e CI, consiste na democratização do acesso à informação. Em caso específico, a democratização seria viável pela gestão

dos serviços e da informação ofertados pela Biblioteca Virtual em Bioética e Diplomacia em Saúde (BVS), principalmente para grupos e classes excluídos, defendendo que o marketing, entendido como ferramenta de gestão da informação, deve ser empregado/a nesse processo. Após debater a RS da CI no contexto do acesso à informação, como princípio bioético dos direitos humanos, e dos estudos da conjuntura social da Bioética na correlação temática com a Saúde, será possível compreender o aproveitamento dos fundamentos da ética para a informação.

Se D03 UNB discute Ética pela Bioética, a D18 UFSC vai trazer para campo, a **Deontologia**, ao falar do primeiro código deontológico desenvolvido por bibliotecários. Assim como outros códigos deontológicos, o primeiro código bibliotecário é fundamento nos princípios de liberdade intelectual e responsabilidade social. Segundo Rasche (2005), o primeiro código deontológico dos bibliotecários data de 1948 e a primeira revisão em 1960. Para a autora, os anos constituem-se momentos bélicos na história da humanidade, ocasiões em que a liberdade intelectual e responsabilidade social passavam a tomar maior força no papel do bibliotecário e das bibliotecas, que estavam voltados para a educação com finalidade na democracia, indo contra práticas vigentes de censura da informação e do acesso ao conhecimento.

Adiante, a ética é discutida por meio de considerações universais, conforme observamos nas produções ilustradas na Subcategoria **ética (aspectos gerais)** do Quadro 8. Apesar de representarmos a ética em escala menor de categorias, não dizemos com isso, que na CI e áreas correlatas discutidas aqui, haja uma direção única em torno de uma teoria ética aceita pelos pares. Isso nos lembra Souza e Stumpf (2009), que fizeram um estudo com foco em produções científicas publicadas em anais de eventos e periódicos científicos dessas áreas, considerando ao final, que a Ética relacionada à informação é discutida em termos gerais, uma vez que não foram encontrados na literatura, indícios de uma discussão ética maciça. É inegável, porém, que os aspectos éticos conexos à informação estejam presentes nas apreciações dos examinadores dos diversos assuntos da área da CI e nas ponderações alcançadas por profissionais e pesquisadores de outras áreas que contribuem, sobremaneira, para um constructo teórico em torno do conceito de RS da CI.

Essa diversidade de aspectos éticos é observada, inclusive, no cotidiano da vida em sociedade. Todas as vezes que há interação com outrem, deveríamos pelo

menos, pensar em agir com ética. Uma leitura das mensagens das produções que se enquadram nessa Subcategoria, nos fez perceber que a atitude de agentes sociais envolvidos com o fenômeno informação, deve seguir esse propósito. O ato de informar exige do informante uma postura ética. Ao alcançar todas as esferas da sociedade, e compreender que viver nela demanda uma compreensão da dinâmica complexa de interdependência entre os seres, os autores querem mostrar que colocar-se eticamente perante outrem, orienta a procura de uma vida mais digna e a edificação de uma realidade ajustada na RS.

A D08 UNESP é um arquétipo¹ dessa linha de pensamento. Como vimos, a dissertação manteve seu foco nas necessidades de informação de pessoas portadoras de necessidades especiais, especificamente os surdos utilizadores de LIBRAS. Os **Aspectos éticos** extraídos das mensagens sobre ética que identificamos nessa dissertação apontam para a dimensão ética da representação e organização da informação, utilizada por portadoras de necessidades especiais. É a ética perpassando o dever profissional de agentes que lidam com o tratamento e a organização da informação, nesse caso, visando um público menos favorecido, cujos olhares da sociedade, se voltam para ele com menor frequência. Nesse mesmo caminho, seguem as produções D10 UNB, D20 UNB e T17 UNESP que discutem a ética profissional, entendendo-a, dentro do contexto de profissionais de informação. Alertam que a ética profissional é sistematizada num conjugado de características que interferem nas deliberações dos trabalhadores que tem na informação a abertura para os seus deveres profissionais, sobretudo: serventia social, responsabilidade social, sobrevivência organizacional, estabilidade profissional, reverência por si mesmo, consideração pelos demais agentes sociais e organismos institucionais, modelos coletivos culturais e padrões legais.

4.1.3 CIDADANIA E RESPONSABILIDADE SOCIAL

A relação da ética com a RS e a CI que ora vimos, também estabelece afinidade com a RS para a cidadania. No Quadro 9, estão inventariadas as dissertações e teses que apresentam conteúdos temáticos que se encaixam na Categoria **Cidadania**.

¹ Exemplo utilizado para ser tomado como padrão em alguma situação.

Quadro 9 – Categoria Cidadania.

CATEGORIA	SUB-CATEGORIA	OCORRÊNCIA	IES	ANO	Q
Cidadania	Emancipação	D01	UFSC	2011	19
		D14	UFSC	2008	
		D02	UNB	2008	
		D15	UNB	2008	
		D20	UNB	2006	
		D21	UNB	2007	
		D23	UNB	2010	
		D24	UNB	2006	
		D36	UNB	2007	
		D03	UNESP	2012	
		D10	UNESP	2006	
		D15	UNESP	2009	
		D20	UNESP	2009	
		D34	UNESP	2011	
		D36	UNESP	2014	
		T07	UNB	2006	
		T14	UNB	2012	
		T26	UNB	2009	
		T27	UNB	2011	
TOTAL					19

Fonte: Dados da pesquisa, 2015.

A Categoria **Cidadania** representa 19 produções, das quais 15 são dissertações: D01 e D14 da UFSC; D02, D15, D20, D21, D23, D24 e D36 da UNB; D03, D10, D15, D20, D34 e D36 da UNESP; e; quatro são teses: T07, T14, T26 e T27 da UNB. Em todas as produções, cidadania é vista como a condição de um indivíduo que tem direitos e deveres, e que pressupõe efeitos de viver em sociedade. Essa ideia de direitos e de deveres, também está ligada a liberdade do indivíduo, trazida da ideia filosófica, que percebe a emancipação como o anseio das minorias pela busca de igualdade diante da sociedade.

Essa busca de igualdade, na percepção dos autores das dissertações e teses que apresentam considerações sobre cidadania, é a expressão mais completa para conceituar cidadania. Retomamos Malaquias (1999), Nascimento (2001), Pinheiro (2001), Silva (2003a) e Targino (2003) para rememorar que cidadania é um processo condicionado à componente informação, responsável por concretizá-la e instituir renovados paradigmas sociais.

O que acabamos de observar é a percepção clara de que a cidadania é passiva de entendimento assentado num processo educativo, no qual a informação, no seu sentido “nato” de informar, é visto como fenômeno capaz de suscitar um transcurso² social de concessão de significados aos indivíduos, apropriado para gerar cidadãos constituintes³ de uma sociedade igualitária.

O que acontece, assim como na análise da Categoria **Ética** é a percepção de que a cidadania permeia as diversas discussões quando o quesito informar está presente. Pudemos observar, a partir da análise das produções que tratam do assunto, que a finalidade é promover cidadania sob três aspectos principais: 1) da prática profissional do agente social que lida com a informação e é munido de caráter socialmente responsável; 2) dos equipamentos informacionais dotados de função social, e; 3) das diversas instituições sociais que têm a informação como produto potencialmente fomentador do exercício da cidadania.

A dissertação D01 UFSC exemplifica o primeiro aspecto, quando aborda o bibliotecário como agente que na responsabilidade social, desempenha e promove o maior exercício do qual é possuidor. Uma vez que, conhecedor de seu papel de promover a ação de informar, é ator social apontado como peça chave para a formação de cidadãos na sociedade hodierna. Bessa (2011), autora da dissertação objeto desta análise, se apóia em outros autores para trazer a reflexão de que o bibliotecário trabalha com outros profissionais da Educação, dividindo a responsabilidade de auxiliar na propagação do conhecimento, promovendo liberdade intelectual e, portanto, formando cidadãos. Partindo desse princípio, podemos estender a outros profissionais de informação, essa característica primordial para a instauração de uma sociedade cidadã.

Já a dissertação D02 UNB, aponta a segunda maneira cuja finalidade é promover a cidadania. A produção indica que a escola, e os equipamentos de informação nela contidos, enquanto organismos que promovem a educação se completam como espaço único, adequando a socialização dos saberes, destarte formando cidadãos. Importa considerar, ainda, que a CI como área do conhecimento se vale de pesquisas empenhadas na busca por tecnologias de informação direcionadas para suprir necessidades informacionais, além de auxiliar no processo

² Ciclo social.

³ O termo constituinte, nesse caso, refere-se a ação repleta de autonomia pela qual um usuário informado alcança um patamar de igualdade perante outrem na sociedade contemporânea. Que faz parte de um todo social equânime. Cidadão capaz de se sentir essencial para a composição do todo.

de inovação da educação, conseqüentemente, na dinâmica desses organismos sociais, que cumpre papel importante ao promover cidadania. Sendo assim, os organismos, cuja RS é decisiva para o estágio pleno da cidadania, propiciam condições para que a aprendizagem se efetive, criando determinantes significativas para a universalização e acesso da informação, igualmente, do saber. Também a CI por sua vez, exerce papel social importante criando facilidades tecnológicas para o funcionamento dessas instituições.

Para o que comporta em D03 UNESP, a terceira finalidade de cidadania pode ser observada, também, nas afirmações de Bassetto (2012). Citando outros autores, ele apresenta visão da competência informacional a partir do exercício da cidadania. Entre outras peculiaridades, o autor aponta o valor de viver produtivamente, de forma saudável e íntegra, em uma sociedade de igualdades, assegurando uma condição melhor para as futuras gerações. A cidadania é aspecto essencial para a plenitude desse ciclo de vida, sobrepujante ao acesso e uso da informação e de construção de conhecimento.

O espelho da terceira finalidade pode ser o resultado das análises presentes em T07 UNB. A tese defende que a universidade, como local de qualificação profissional e organismo de construção do conhecimento científico e tecnológico, tem o dever estatutário de caminhar na busca por cidadania plena naqueles que se utilizam das atividades de ensino, pesquisa e extensão. A ideia ganha força, quando alguns autores acreditam que essa é a RS da universidade, preocupada com a formação de cidadãos qualificados para o exercício profissional e cidadão. Semelhante ao que pensa Calderón e Pedro e Vargas (2011), Macedo (2005) e Garcia (2007), ao relacionar a cidadania a RSU, podemos completar que a universidade é o ambiente peculiar para a pesquisa científica, criação de quadros de profissionais de qualificação elevada voltados ao enfrentamento de problemas sociais e econômicos. Para os autores, essas atividades universitárias são socialmente justificadas, e são determinadas pelo objetivo da produção de pesquisa, e, por conseguinte, do conhecimento científico, de atividades científicas e de extensão, à medida que garantem a abertura de caminhos e soluções para a sociedade, fazendo da universidade um ponto central, dinâmico, de progresso, e desenvolvimento regional, nacional e internacional, culminando com a formação de cidadãos éticos, socialmente responsáveis e com visão à frente do seu tempo.

4.1.4 COMUNICAÇÃO E RESPONSABILIDADE SOCIAL

A universidade promove a cidadania e é espaço de prática da RS com enfoque na comunicação. Por sua vez, a **Comunicação** perpassa outros setores da sociedade que são tidos como socialmente responsáveis. As análises do Quadro 10 nos mostram a afinidade entre os assuntos.

Quadro 10 – Categoria Comunicação.

CATEGORIA	SUB-CATEGORIA	OCORRÊNCIA	IES	ANO	Q
Comunicação	Aspectos gerais da Comunicação	T09	UNB	2011	3
		T04	UNESP	2014	
		T11	UNESP	2009	
	Comunicação científica	D04	UNESP	2005	3
		D11	UNESP	2007	
		T29	UNB	2010	
	Responsabilidade social com a comunicação	T09	UNB	2011	1
TOTAL					7

Fonte: Dados da pesquisa, 2015.

O Quadro 10 apresenta um “recorte ilustrativo” das produções em que foram regatadas mensagens sobre **Comunicação**, mencionadas sete vezes em seis produções. Delas, duas são dissertações e quatro são teses. A Categoria do Quadro 10 é subcategorizada em três outras: **Aspectos gerais da Comunicação**, cujas mensagens de T09 UNB, T04 e T11 UNESP abordam o assunto; **Comunicação científica**, abordada em D04, D11 UNESP e T29 UNB, e; **Responsabilidade social com a comunicação**, cuja referência do assunto foi extraída de T09 UNB.

Para entender como essa ligação entre a Comunicação e a RS acontece, recorreremos a T04 UNESP. Na tese, a comunicação abordada diz respeito à comunicação social, especificamente ao meio televisivo. Para Cavalcante (2014), é necessário que os meios de comunicação compreendam sua RS, uma vez que não se trata de informar por informar e sim de educar para a formar opinião. Cavalcante (2014) citando Vargas (2005) consideram a televisão como um meio de comunicação de massas que desempenha grande influência na sociedade. Independentemente dos alvos pretendidos pela programação, é possível afirmar que a televisão ensina, desenvolve a educação e, influencia a cultura social de quem a assiste, em comportamentos, nos valores, no pensamento e na ideologia.

Por outro lado, a afinidade entre Comunicação e RS também é observada quando o assunto é comunicação científica. É no mínimo interessante o que ocorre em D11 UNESP, porque as mensagens encontradas na dissertação chamam a atenção para a irresponsabilidade social. Isso porque, de acordo com o documento, a falta de publicação dos resultados das pesquisas científicas, caracteriza o não fechamento do ciclo da produção científica, ao contrário essa irresponsabilidade.

Na visão de Danuello (2007), o desenvolvimento de uma pesquisa demanda custos, existindo todo um dispêndio no sentido de gerar conhecimento. Quando o conhecimento gerado não é disponibilizado para a comunidade de interesse, o processo cíclico de desenvolvimento científico não se completa, e ignora-se a função social da ciência, qual seja, por meio da comunicação científica, retornar para a sociedade, as conclusões alcançadas em estudos.

Um aspecto que chama bastante a atenção é o que se apresenta em T09 UNB. A tese teve como objetivo, compreender o papel dos meios de comunicação na difusão do conhecimento científico. Ao entrevistar profissionais das diversas áreas, chegou-se a conclusão que a telenovela teria grande responsabilidade social baseada nesse papel de difusão do conhecimento científico, uma vez que faz parte do cotidiano das pessoas, e, por esse motivo deveriam ser empregadas para comunicar mensagens de importância social. Além de fazer parte do dia a dia das pessoas, a televisão e a telenovela, atingem um grande número de pessoas, o que possivelmente contribuiria para transpor a problemática do analfabetismo funcional, que se constitui particularidade do povo brasileiro que lê e não compreende o sentido do conteúdo lido. Para os entrevistados, temáticas de importância social poderiam ser dramatizadas por meio de tramas de novelas, despertando o interesse da população e provocando mudanças de comportamento. Essa característica educativa representaria a RS das emissoras de TV para com a comunicação.

4.1.5 EDUCAÇÃO E RESPONSABILIDADE SOCIAL

É chegado o momento de encontrar as relações entre Educação, RS e CI. O Quadro 11 mostra as dissertações e teses em que foram encontradas as mensagens que se referem à **Educação**, bem como os pontos de ligação com as temáticas RS e CI.

Quadro 11 – Categoria Educação.

CATEGORIA	SUB-CATEGORIA	OCORRÊNCIA	IES	ANO	Q
Educação	Incentivo à leitura	D18	UFSC	2005	3
		D22	UFSC	2011	
		D05	UNESP	2001	
	Relações entre informação e Educação	D01	UFSC	2011	20
		D06	UFSC	2011	
		D09	UFSC	2010	
		D02	UNB	2008	
		D04	UNB	2012	
		D09	UNB	2008	
		D10	UNB	2011	
		D24	UNB	2006	
		D31	UNB	2010	
		D03	UNESP	2012	
		D11	UNESP	2007	
		D15	UNESP	2009	
		D16	UNESP	2012	
		D29	UNESP	2005	
		D30	UNESP	2010	
		D33	UNESP	2013	
		D34	UNESP	2011	
		T11	UNB	2008	
		T04	UNESP	2014	
	T14	UNESP	2014		
TOTAL					23

Fonte: Dados da pesquisa, 2015.

Ao longo da coleta de dados, encontramos 23 mensagens que fazem alguma menção à **Educação**. As 23 mensagens distribuem-se em 23 produções, das quais, 20 são dissertações e três são teses. Em relação às subcategorias, os documentos estão distribuídos da seguinte maneira: D18, D22 UFSC e D05 UNESP na Subcategoria **Incentivo à leitura**, e; D01, D06, D09 UFSC, D02, D04, D09, D10, D24, D31 UNB, D03, D11, D15, D16, D29, D30, D33, D34 UNESP, T11 UNB, T04 e T14 UNESP em **Relações entre informação e Educação**.

É sabido que o incentivo à leitura é tido como prática de RS pelas áreas de Biblioteconomia e CI. A presença de dissertações que discutem essa categoria confirma os conhecimentos prévios. Na Biblioteconomia, a prática de leitura é vista como uma potencial atividade de extensão que promove mudança nos indivíduos. Se a leitura promove mudança nos indivíduos, subteme-se uma RS subjacente. E a dissertação D18 UFSC, vem justamente apontar a biblioteca como promotora de ações de leitura, verificando a existência de programas sociais nos quais a biblioteca e a leitura são elementos de atos rotulados como de RS. A leitura carregada de função social também é vista em Carvalho (1983), Panet (1982), Pinheiro (2001) e

Silva (2003a), que acreditam que os resultados obtidos por meio dela, são capazes de atribuir sentido à vida, fazendo com que os leitores (re)criem soluções e (des)construam situações de marginalização em que muitas das vezes se encontram.

Quanto às **Relações entre a informação e a Educação**, elas podem ser vistas de diversas maneiras, em distintas esferas da sociedade e por várias abordagens teóricas em múltiplas áreas do conhecimento. A temática Educação conecta-se a outros assuntos como estudo, aprendizagem, pesquisa, conhecimento, aumento de habilidades pessoais e profissionais, e, sociedade. Tudo isso pressupõe a função/responsabilidade social da Educação. A informação por sua vez, é elemento intrínseco das relações desses assuntos com a Educação, fazendo com que a RS seja transferida para a área que a tem como fenômeno foco. Para ilustrar essa análise, vamos até D06 UFSC, quando as mensagens nela encontradas, citam a informação como a gênese de processos que desencadeiam estudos, pesquisas, aprendizagem e crescimento pessoal e profissional das pessoas. Portanto, a informação como objeto essencial da Educação é o componente principal necessário para a edificação de uma sociedade baseada na ciência, no conhecimento científico e no aprendizado.

4.1.6 FUNÇÃO E RESPONSABILIDADE SOCIAL DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

Essas características da informação transferidas para o processo de Educação vão além. O Quadro 12 nos mostra que muitas vezes, a informação para a Educação é um assunto camuflado de diversas outras temáticas que conduzem para a **Função/responsabilidade social da Ciência da Informação**.

Quadro 12 – Categoria Função/responsabilidade social da Ciência da Informação.

CATEGORIA	SUBCATEGORIA	OCORRÊNCIA	IES	ANO	Q
Função/responsabilidade social da Ciência da Informação	Acesso e uso da informação	D01	UFBA	2008	16
		D02	UFBA	2009	
		D01	UFMG	2007	
		D06	UFSC	2011	
		D09	UFSC	2010	
		D03	UNB	2012	
		D04	UNB	2012	
		D29	UNB	2009	
		D04	UNESP	2005	
		D09	UNESP	2010	

		D12	UNESP	2012	
		D15	UNESP	2009	
		T07	UNB	2006	
		T11	UNB	2008	
		T26	UNB	2009	
		T28	UNB	2008	
	Acesso e uso da informação via TIC	D03	UFSC	2011	13
		D05	UFSC	2010	
		D06	UFSC	2011	
		D09	UFSC	2010	
		D10	UFSC	2010	
		D04	UNB	2012	
		D10	UNB	2011	
		D29	UNB	2009	
		D35	UNB	2004	
		D40	UNESP	2010	
		T13	UNB	2006	
		T17	UNB	2012	
		T05	UNESP	2010	
	Ciência da Informação como ciência social	T26	UNB	2009	1
	Competência informacional	D06	UFSC	2011	17
		D09	UFSC	2010	
		D04	UNB	2012	
		D09	UNB	2008	
		D10	UNB	2011	
		D30	UNB	2011	
		D03	UNESP	2012	
		D15	UNESP	2009	
		D20	UNESP	2009	
		D25	UNESP	2005	
		D30	UNESP	2010	
		D33	UNESP	2013	
		D34	UNESP	2011	
		D36	UNESP	2014	
		D40	UNESP	2010	
		T27	UNB	2011	
		T14	UNESP	2014	
	Democratização do acesso à informação	T01	UNB	2011	2
		T03	UNB	2006	
	Direito à informação	D22	UFSC	2011	2
		D12	UNESP	2012	
	Função social da Ciência da Informação	D28	UNESP	2010	1
	Informação social	D05	UNB	2012	1
	Mediação da informação	D01	UFSC	2011	4
		D19	UNESP	2010	
		T01	UFBA	2014	
		T15	UNESP	2014	
	Responsabilidade social da Ciência da Informação	D01	UFPE	2013	31
		D04	UFPE	2011	
		D06	UFPE	2013	
		D08	UFPE	2012	
		D05	UFSC	2010	
		D10	UFSC	2010	
		D16	UFSC	2007	
		D03	UNB	2012	
		D20	UNB	2006	

		D24	UNB	2006			
		D28	UNB	2010			
		D09	UNESP	2010			
		D18	UNESP	2014			
		D21	UNESP	2005			
		D27	UNESP	2005			
		D37	UNESP	2014			
		T01	UFBA	2014			
		T01	UNB	2011			
		T10	UNB	2010			
		T11	UNB	2008			
		T12	UNB	2008			
		T16	UNB	2011			
		T17	UNB	2012			
		T19	UNB	2010			
		T26	UNB	2009			
		T01	UNESP	2013			
		T06	UNESP	2014			
		T10	UNESP	2009			
		T11	UNESP	2009			
		T18	UNESP	2009			
		T19	UNESP	2008			
		Socialização do conhecimento	D09	UFSC		2010	2
			D10	UFSC		2010	
		Transmissão da informação	D01	UFPE		2013	22
			D04	UFPE		2011	
			D06	UFPE		2013	
			D08	UFPE		2012	
	D09		UFPE	2012			
	D03		UFSC	2011			
	D10		UFSC	2010			
	D16		UFSC	2007			
	D04		UNB	2012			
	D09		UNESP	2010			
	D18		UNESP	2014			
	D21		UNESP	2005			
	D27		UNESP	2005			
	D37		UNESP	2014			
	D42		UNESP	2009			
	T10		UNB	2010			
	T12		UNB	2008			
	T16		UNB	2011			
	T17		UNB	2012			
	T19		UNB	2010			
	T26	UNB	2009				
	T01	UNESP	2013				
TOTAL					112		

Fonte: Dados da pesquisa, 2015.

Uma rápida visão do Quadro 12 nos permite perceber a dimensão de conteúdos com os quais a RS da CI está conectada. Identificamos 113 citações do termo **Responsabilidade social da Ciência da Informação** que nos fizeram extrair mensagens presentes em 69 produções. Dessas, 46 são dissertações e 23

correspondem às teses. As 69 produções com os 113 conteúdos temáticos foram distribuídos em 14 subcategorias.

A Subcategoria **Acesso e uso da informação** representa as mensagens de D01, D02 UFBA, D01 UFMG, D06, D09 UFSC, D03, D04, D29 UNB, D04, D09, D12, D15 UNESP, T07, T11, T26 e T28 UNB.

Um olhar acurado nos fez distinguir os aspectos gerais que envolviam a temática **Acesso e uso da informação** e como esse processo se dava por meio das TIC. Isso nos levou a criação da Subcategoria **Acesso e uso da informação via TIC**, assunto presente em D03, D05, D06, D09, D10 UFSC, D04, D10, D29, D35 UNB, D40 UNESP, T13, T17 UNB, T05 UNESP.

A Subcategoria **Ciência da Informação como ciência social**, apesar de abordar um assunto relacionado à gênese da CI, somente apresenta conteúdo temático em T26 UNB.

Adiante, a **Competência informacional** é tida como Subcategoria e é evidenciada em D06, D09 UFSC, D04, D09, D10, D30 UNB, D03, D15, D20, D25, D30, D33, D34, D36, D40 UNESP, T27 UNB e T14 UNESP. Algo que chama a atenção é a ocorrência de conteúdo temático sobre letramento informacional na tese T27 UNB. Por entendermos que se trata da mesma competência informacional que ora apresentamos como Subcategoria, e tendo em vista, que em D27 UNB também há ocorrência de conteúdo temático sobre competência informacional, julgamos desnecessário a criação de subcategoria para letramento informacional.

A **Democratização do acesso à informação** também é uma Subcategoria necessária à análise e fica por conta de duas teses: T01 e T03 UNB.

O **Direito à informação**, apesar de apresentar grandes semelhanças com a subcategoria anterior, motiva a criação de uma Subcategoria que represente duas dissertações: D22 UFSC e D12 UNESP.

A RS da CI é citada nos termos da **Função social da Ciência da Informação** dando margem a criação da Subcategoria e apresenta conteúdos temáticos em D28 UNESP.

O termo **Informação Social** é apreciado pelo pesquisador que desenvolve a dissertação D05 UNB, propiciando determinar o assunto como Subcategoria, tendo em vista a unicidade de identificação do termo diante da quantidade de documentos analisados.

Já a Subcategoria **Mediação da informação** apresenta D01 UFSC, D19 UNESP, T01 UFBA e T15 UNESP como produções que discutem o tema. Mas não somente. Os documentos relacionam, de maneira clara e objetiva, a mediação da informação com a RS da CI.

Então aparecem as dissertações e teses que apresentam, propriamente, conceitos de RS da CI ou que mencionam o termo diretamente. Isso fez com suscitasse o desejo de intitular uma Subcategoria o termo **Responsabilidade social da Ciência da Informação**. Consideramos que extraordinários aportes teóricos extraídos de D01, D04, D06, D08 UFPE, D05, D10, D16 UFSC, D03, D20, D24, D28 UNB, D09, D18, D21, D27, D37 UNESP, T01 UFBA, T01, T10, T11, T12, T16, T17, T19, T26 UNB, T01, T06, T10, T11, T18 e T19 UNESP.

Duas dissertações relacionam a RS com a socialização do conhecimento, o que nos levou a agrupar D09 e D10 UFSC em Subcategoria de mesmo título.

E fechando as subcategorias da temática principal, aparece a **Transmissão da informação** presente nas discussões de D01, D04, D06, D08, D09 UFPE, D03, D10, D16 UFSC, D04 UNB, D09, D18, D21, D27, D37, D42 UNESP, T10, T12, T16, T17, T19, T26 UNB e T01 UNESP.

Uma análise do Quadro 12 resulta suficiente para o objetivo deste estudo. Graças ao êxito da pesquisa, a etapa de coleta de informações nos levou além das temáticas hipoteticamente mencionadas, que fariam conexões com a Função/Responsabilidade Social da Ciência da Informação.

Para a Subcategoria **Acesso e uso da informação** recorreremos a D01 UFBA para compreender que a facilitação do acesso e uso da informação para usuários com condições econômicas desfavoráveis, está dentro de um *hall* de responsabilidades sociais da CI.

Quanto ao acesso e uso da informação proporcionado pelas TIC, a dissertação D03 UFSC acredita no potencial que as tecnologias possuem, no sentido de disponibilização da informação. As mensagens retiradas da dissertação fazem uma comparação entre o poder das TIC e os meios de comunicação de massa convencionais. Inclusive, a RS é atribuída às próprias TIC. Exemplifica, afirmando que no processo de informar-se por meio das comunicações de massa convencionais, o indivíduo se vê perante diferentes possibilidades de acesso à informação, recebendo-a, e internalizando-a. As possibilidades de debater e cunhar novos conhecimentos são menores em relação às TIC. O efeito resulta em acúmulo

de informação. Apesar das possibilidades de debate ser maiores por meio das TIC, por conta das facilidades de acesso à informação, as considerações de D03 UFSC apontam que a sociedade não está usando as informações acessadas objetivando a construção de um diálogo eficaz. Entretanto diz que o papel das TIC na produção de novas informações favoreceria o exercício da RS.

Ainda considerando a RS do campo da CI, D05 UFSC desenvolveu pesquisa que cumpre respeitável função direcionada ao aprimoramento da administração pública. Destaca que a implementação das TIC às estruturas e canais tradicionais propiciam uma melhoria qualitativa na finalidade das organizações. Isso facilitaria novas formas de acesso às informações e aos serviços prestados. A contribuição maior da pesquisa recai sobre a transparência, acessibilidade, responsabilidade e eficácia no acesso às informações produzidas pela Administração Pública, o que implica na RS dos organismos públicos.

Um episódio curioso, revelado em T26 UNB, fez com que criássemos a Subcategoria **Ciência da Informação como ciência social** para representar essa produção. A mensagem identificada na Tese circunstancia a CI como ciência social, e por esse motivo, já atribui uma RS para a área.

O estudo dos conceitos de RS nos dá indícios de que a CI possui forte afinidade com a temática, numa relação que pode ser percebida desde o surgimento da área. A CI por ser uma ciência social, e como todas as outras, possui uma função que se preocupa com os processos de gênese, tratamento, recuperação, apropriação e uso da informação pelos indivíduos em sociedade. Mas não somente isso. Angaria pesquisadores inquietos com o que o fenômeno informacional suscita, desde complexidades, impactos, e retornos para o ser que vive em sociedade. A CI possui função social que carrega um propósito mais atento da sua RS, do que apenas do seu papel social. Tem origem baseada em RS, por causa de uma simpatia epistemológica com o seu papel social.

É a vez da competência informacional. Em D09 UFSC, percebemos que a temática engloba desde a capacidade técnica para uso dos produtos de informação e alcance do conhecimento, até o intercâmbio social entre as pessoas, por meio da aprendizagem independente. Isso reflete a RS do campo por meio da possibilidade de aprendizagem oferecida as pessoas pelo processo de acesso e uso da informação.

Em D09 UNB os pesquisadores também apresentam afirmação semelhante, quando dizem que a competência em informação é uma habilidade largamente relevante. Estende-se para além dos muros dos equipamentos sociais preocupados com a disponibilização e disseminação da informação, recaindo nos aspectos universais da RS.

Para instituições preocupadas com a Educação, e, portanto, com a disseminação, acesso e uso da informação, D10 UNB deposita na competência informacional a habilidade de alunos e professores na procura pelo desenvolvimento dos procedimentos de busca e uso da informação. Baseados em três entendimentos da temática, a dissertação considera a concepção da informação, a concepção do conhecimento e a concepção do aprendizado, fortes contribuições da função social da CI para o desenvolvimento da competência informacional no indivíduo. A competência informacional é vista como letramento informacional em T27 UNB. Na tese, o letramento informacional é a maneira de fazer com que os usuários fiquem hábeis para chegar até a competência informacional, e, por conseguinte, proporcionar o acesso e o uso consciente da informação, com finalidade na transformação da realidade, por meio do alcance do conhecimento. Abordado ainda, como atributo para habilitar os cidadãos a manipular informações e a comunicar-se mais efetivamente com outros usuários, em busca de soluções para situações sociais vulneráveis. Além disso, o letramento informacional gera competência informacional, que gera acesso e uso da informação, tornando-se um processo que pode promover emancipação, autonomia e dignidade do cidadão, numa espécie de RS da área.

A democratização do acesso à informação também é apontada como RS do campo. T01 UNB relata que houve uma época na história da CI, em que as discussões em torno da democratização da informação, a informação social e a RS da CI, chamaram a atenção dos pesquisadores da área. No entanto, acreditamos que o maior enfrentamento dessas questões não tenha contribuído o suficiente, naquela época histórica, para a consolidação de estudos que acatassem o conceito de RS da CI em condições para atender as demandas do Campo.

Em T03 UNB afirmou-se que o acesso à informação e ao conhecimento devem ser assegurados sem discriminações sociais. Acreditamos que essa afirmação é clamor para uma sociedade mais justa e igualitária baseada na democratização do acesso à informação e por consequência ao conhecimento. As

mensagens de T03 UNB concentram-se na ideia de que esse processo caracteriza-se RS para com os cidadãos, destacando-se diversos benefícios e acréscimos para a sociedade da informação.

Em situação semelhante, surgem as discussões em torno do direito à informação. Em D12 UNESP, voltando-se para a área pública, a dissertação faz perceber que existe uma necessidade de melhorar as políticas e os moldes de divulgação dos dados públicos em plataformas digitais informacionais. O objetivo maior disso deve ser o de assegurar o acesso e o uso das informações públicas. Nessa trajetória, os profissionais da CI e de áreas afins, preocupados com o princípio de RS a eles atribuído, deveriam cumprir papel relevante, contribuindo a aplicação de recursos de informação, capazes de proporcionar acessibilidade e usabilidade às plataformas digitais de disponibilização da informação pública.

O que é visto em D12 UNESP caracteriza-se também como função social da área. Mas é em D28 UNESP que essa função é amplamente discutida. Voltando o nosso olhar para o campo da CI e do desempenho científico e social também exercido por ela, observamos que os profissionais e pesquisadores que representam a área, deveriam se empenhar com maior vigor, no incremento de produtos e serviços, pensados não somente para particularidades locais, mas também para as universalidades das sociedades, de modo a atentar para exercícios e contribuições teóricas que evidenciem o respeito às pessoas, suas distintas culturas, e valores vigentes em cada mundo social.

Os olhares se voltam para a aplicação do respeito aos valores de cada cultura, quando o conceito de informação social surge, e tende a marcar maior presença nos debates. Em D05 UNB, a temática aparece e é entendida como a informação que possibilita a criação dos índices ou indicadores sociais. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), o Mapa da Exclusão Social e o Índice Paulista de Responsabilidade Social (IPRS), entre outros, são indicadores que utilizam o conceito de informação social para o desenvolvimento de políticas públicas voltadas à busca pela melhoria da qualidade de vida da população. A informação social ajuda no agrupamento de dados sobre a realidade social aparente que servirão de base às políticas de mudanças sociais.

A mesma informação que serve de base para relatar realidades sociais vulneráveis, também tem o poder de mudar essas realidades. Para que usuários em situações vulneráveis possam chegar até a informação, não basta possuir o

letramento informacional como recurso para chegar à competência informacional, necessitam que a informação seja mediada até eles. Em T01 UFBA, encontramos referências sobre a mediação da informação, explicando-a como papel importante no desenvolvimento de habilidades necessárias a usuários que necessitam informar-se para mudar a realidade social. O mediador tem o poder de sentir as necessidades de um grupo de usuários, e esse poder é o que faz parte do seu papel social perante a área em que atua.

Em T15 UNESP as mensagens nela encontradas, voltam-se à RS do bibliotecário ao mediar o acesso à informação e facilitar a apropriação do conhecimento, fazendo dos ambientes informacionais (bibliotecas e sistemas de informação), lugares propícios à conscientização dos seres. As características que relacionam a competência informacional à RS são evidenciadas pela CI, uma vez que é área carrega condições de formar pesquisadores e profissionais capazes de colaborar para o desenvolvimento de aprendizes autônomos e cidadãos, diante do universo informacional e seus processos, hábeis na tomada de decisões baseadas em critérios informacionais, acrescentando valor ao aprendizado obtido na formação educacional e no cotidiano, de modo a contribuir para o progresso da sociedade.

Todas as Subcategorias até aqui analisadas, de certo modo, serão refletidas em alguns fragmentos dos conteúdos temáticos extraídos das dissertações e teses agrupadas na Subcategoria **Responsabilidade social da Ciência da Informação**.

Como vimos na análise da Subcategoria **Ciência da Informação como ciência social**, a relação entre RS e CI é pautada pela natureza das duas. E essa relação é o principal constructo resultante da nossa análise de D21 UNESP. A autora da pesquisa, Messias (2005), vai buscar os conceitos de informação nos periódicos científicos das áreas de Biblioteconomia e CI, e no decorrer do estudo, recupera também, conceitos de CI. Um desses conceitos é o de Wersig e Nevelling que afirmam que “a Ciência da Informação é uma disciplina propósito-orientada ou problema-orientada, no sentido de transmitir conhecimento aqueles que dele necessitam. A responsabilidade social parece ser o cenário real da Ciência da Informação” (WERSIG; NEVELLING, 1975, *apud* MESSIAS, 2005, p. 67). A autora considera, a partir de um quadro de conceitos de CI, que a área possui afinidades com outros campos do conhecimento e está orientada à prática e a pesquisa, disposta ao estudo humano e social. A informação da qual se ocupa não se limita às informações científicas e tecnológicas, mas a de qualquer tipo gerada pelo ser

humano. Tem como um dos seus principais objetivos a efetiva comunicação e transferência da informação, vislumbrando atender às necessidades de informação de indivíduos e instituições, gerando desenvolvimento coletivo (MESSIAS, 2005).

A afirmação de Wersig e Nevelling (1975) de que a RS é um cenário real da CI, está presente em todas as dissertações e teses agrupados na Subcategoria **Responsabilidade social da Ciência da Informação**.

Adiante, a **Socialização do conhecimento** é citada em D09 UFSC e também é tida como RS da CI. Apesar de atribuir a professores, o papel de socializar o conhecimento, entendemos que por se tratar de uma pesquisa dentro do campo da CI, também esta área contribui de alguma maneira, para a prática profissional do professor, neste caso, a socialização do conhecimento. No entanto, sabemos que ao mediar a informação, profissionais de informação, ligados a CI e áreas afins, estão nesse cenário, em que as práticas profissionais também representam a expressão da RS. Assim como professores, os profissionais de informação são formadores de indivíduos e da sociedade. Além da sua responsabilidade em socializar conhecimentos, possuem a função de conduzir os usuários da informação para a reflexão sobre os seus papéis na edificação da sociedade.

Ainda sobre a **Socialização do conhecimento**, em D10 UFSC a CI aparece como área orientada a pesquisa e prática profissional voltada para a Tecnologia, e por isso, possui a capacidade de desenvolver atividades de socialização da informação através das TIC. Essa preocupação com a socialização da informação por meio das TIC, também se apresenta como cenário real da RS na CI.

Finalizando a análise do Quadro 12 sobre a Categoria **Função/responsabilidade social da Ciência da Informação** aparece a Subcategoria **Transmissão da informação**. Assim como vimos na análise das produções que se agrupam na Subcategoria **Responsabilidade social da Ciência da Informação**, na dissertação D37 UNESP os autores Wersig e Nevelling (1975, p. 128) apontaram que, historicamente, o desenvolvimento da CI é movido pela relevância que a sociedade atribui ao Campo, levada pelos problemas informacionais que se modificam constantemente. Nas palavras dos autores, “transmitir a informação para aqueles que dele necessitam, é uma responsabilidade social, e essa responsabilidade social parece ser o verdadeiro fundamento da Ciência da Informação”. Os problemas informacionais enfrentados pela sociedade

sempre existiram. Apenas foram crescendo e sofrendo metamorfose ao longo tempo. No cenário atual, sua importância mudou e essa mudança foi responsável pelo estabelecimento de responsabilidades sociais para a CI. E a transmissão da informação é apenas uma delas.

4.1.7 FUNÇÕES E RESPONSABILIDADES SOCIAIS DE PROFISSIONAIS DE INFORMAÇÃO

Os profissionais de informação são atores sociais que possuem funções relevantes no cumprimento da RS da CI e estão apresentados e discutidos nas produções do Quadro 13.

Quadro 13 – Categoria Função/responsabilidade social de profissionais de Informação.

CATEGORIA	SUBCATEGORIA	OCORRÊNCIA	IES	ANO	Q
Função/responsabilidade social de profissionais de Informação	Capacitação profissional	D01	UFBA	2008	1
	Função social de profissionais de Informação	D06	UFPE	2013	1
	Função social do Bibliotecário	D17	UFSC	2010	5
		D18	UFSC	2005	
		D16	UNESP	2012	
		D39	UNESP	2012	
		T28	UNB	2008	
	Responsabilidade do profissional de informação	D22	UNESP	2010	3
		D27	UNESP	2005	
		D29	UNESP	2005	
	Responsabilidade social do Arquivista	D23	UNESP	2006	1
	Responsabilidade social do Bibliotecário	D01	UFSC	2011	9
		D18	UFSC	2005	
		D22	UFSC	2011	
		D09	UNB	2008	
		D13	UNB	2010	
		D25	UNESP	2005	
		T28	UNB	2008	
		T14	UNESP	2014	
		T15	UNESP	2014	
	Responsabilidade social do Jornalista	D32	UNB	2006	1
	Responsabilidade social do profissional de informação	D17	UFSC	2010	5
		D28	UNB	2010	
		D06	UNESP	2012	
		T10	UNESP	2009	

		T17	UNESP	2010	
TOTAL					27

Fonte: Dados da pesquisa, 2015.

O Quadro 13 nos revela que as questões que relacionam os profissionais de informação e a RS da CI, foram extraídas de 26 conteúdos temáticos ou conceitos. Esses conteúdos partiram de 23 produções, das quais 18 são dissertações e cinco são teses.

Os conteúdos temáticos deram origem a oito subcategorias. Na Subcategoria **Capacitação profissional**, apenas D01 UFBA apresentou conteúdo correspondente ao tema. Na Subcategoria **Função social de profissionais de informação**, aparece a D06 UFPE. Na Subcategoria **Função social do Bibliotecário** mensagens que se referem ao conteúdo foram encontradas em D17, D18 UFSC, D16, D39 UNESP e T28 UNB. A Subcategoria **Responsabilidade do profissional de informação** agrupou as dissertações D22, D27 e D29 UNESP. A dissertação D23 UNESP foi a única alocada na Subcategoria **Responsabilidade social do Arquivista**. Conhecendo a diferença entre função social e RS, criamos a Subcategoria **Responsabilidade social do Bibliotecário** e agrupamos as produções D01, D18, D22 UFSC, D09, D13 UNB, D25 UNESP, T28 UNB, T14 e T15 UNESP, por tratarem diretamente da temática nas mensagens dos autores. D32 UNB corresponde a Subcategoria **Responsabilidade social do Jornalista**. E finalizando a leitura do Quadro 13, agrupamos D17 UFSC, D28 UNB, D06 UNESP, T10 e T17 UNESP na Subcategoria **Responsabilidade social do profissional de informação**, cujas produções apresentam as considerações em comum a todos os profissionais de informação.

Cada Subcategoria relaciona a função ou a responsabilidade social de cada um dos profissionais de informação, aqui referenciados por bibliotecários, arquivistas e até jornalistas. As mensagens das dissertações e teses abordam as atividades profissionais de cada um deles, relacionando-as com a RS e fenômeno informação.

Para a análise da Subcategoria **Responsabilidade social do profissional de informação** encontramos nas produções ali agrupadas, o que há de comum na RS de todos os profissionais de informação. As mensagens de D17 UFSC, D28 UNB, D06 UNESP, T10 e T17 UNESP, esclarecem que a RS está presente nos profissionais que têm a informação como objeto de suas práticas e executam

atividades voltadas ao seu tratamento e organização. A finalidade dessas atividades deve ser a disseminação da informação e a socialização do conhecimento. E a RS se estabelece nessas práticas porque os profissionais devem sempre se apoiar na grandeza ética da garantia do direito de acesso à informação.

4.1.8 FUNÇÕES E RESPONSABILIDADES SOCIAIS DE UNIDADES DE INFORMAÇÃO

No Quadro 14 ilustramos o cenário das dissertações e teses que abordam a **Função/responsabilidade social de unidades de informação**.

Quadro 14 – Categoria Função/responsabilidade social de unidades de informação.

CATEGORIA	SUBCATEGORIA	OCORRÊNCIA	IES	ANO	Q
Função/responsabilidade social de unidades de informação	Função social da biblioteca	D14	UFSC	2008	2
		D18	UFSC	2005	
	Função social da biblioteca comunitária	D14	UFSC	2008	1
	Função social da biblioteca escolar	D01	UFSC	2011	2
		D16	UNESP	2012	
	Função social da biblioteca pública	D01	UFSC	2011	4
		D22	UFSC	2011	
		D24	UNB	2006	
		D05	UNESP	2001	
	Função social da unidade de informação	D29	UNESP	2005	1
	Função social do museu	D11	UFSC	2007	2
		D42	UNESP	2009	
	Responsabilidade social da biblioteca	D18	UFSC	2005	5
		D22	UFSC	2011	
		D05	UNESP	2001	
D08		UNESP	2008		
T13		UNB	2006		
TOTAL					17

Fonte: Dados da pesquisa, 2015.

São 17 conteúdos que fazem referência a RS de unidades de informação, retirados de 12 produções, sendo que 11 delas são dissertações e apenas uma é tese.

Em algumas mensagens das dissertações D14 e D18 UFSC o assunto abordado é a função social da biblioteca sem que fossem feitas distinções entres tipos de unidades de informação. Por esse motivo, convencionamos agrupá-las na Subcategoria **Função social da biblioteca**.

Em outros conteúdos temáticos encontrados em D14 UFSC, a biblioteca comunitária foi apontada como um equipamento que possui função social peculiar. Assim, D14 UFSC é apresentada na Subcategoria **Função social da biblioteca comunitária**.

A biblioteca escolar também é vista como uma organização que possui função social própria. O assunto aparece nas dissertações D01 UFSC e D16 UNESP figurando na Subcategoria **Função social da biblioteca escolar**.

É a vez de afirmar que a Biblioteca Pública também tem função social específica, e que isto está relacionado à RS. As mensagens referentes ao assunto foram encontradas em D01, D22 UFSC, D24 UNB e D05 UNESP reunidas na Subcategoria **Função social da biblioteca pública**.

Na dissertação D29 UNESP direcionada para a Subcategoria **Função social da unidade de informação** os conteúdos referenciam, timidamente, a expressão “papéis, funções e os valores da unidade de informação”. Apesar de o pesquisador que desenvolveu o estudo não construir um conceito sobre a **função/responsabilidade social das unidades de informação**, nós estamos convictos que existe uma função/responsabilidade social que parece ser universal para todas as instituições que lidam com o objeto informação. Isto consiste no desenvolvimento de atividades de aquisição, produção, organização e disseminação da informação, ante as necessidades sociais dos contextos onde estão inseridas. As unidades de informação socialmente responsáveis fazem uso das TIC para despontar melhorias nos serviços prestados. Ainda, que propiciem um espaço que ofereça uma equipe com profissionais multidisciplinares, hábeis para promover avaliação, análise e síntese da informação ajustada para cada necessidade informacional.

E o museu? As atividades museais também são desenvolvidas num cenário com função social própria. Em D11 UFSC e D42 UNESP o museu é visto como uma unidade de informação que possui acervo com dever naturalmente educativo. Portanto, incluímos as dissertações na Subcategoria **Função social do museu**.

Essa finalidade dos museus faz parte do entendimento de Ferreira e Lima (2011) e Cruz Júnior e Scheiner (2007).

Findamos a análise do Quadro 14 com a Subcategoria **Responsabilidade social da biblioteca** com as produções D18, D22 UFSC, D05, D08 UNESP e T13 UNB. Parece uma repetição de subcategorias, mas não é. Sabemos da diferença entre função social e RS. A distinção é percebida já no uso dos termos, conforme aparece nas produções ajustadas nesta Subcategoria, a responsabilidade social da biblioteca deve voltar-se para consciência social, ao invés da função, que está mais ajustada com a compreensão do termo obrigação, simplesmente.

4.1.9 INCLUSÃO DIGITAL E RESPONSABILIDADE SOCIAL

A RS também está ligada a inclusão e/ou exclusão digital, conforme mostra o Quadro 15, formado a partir da coleta de 14 conceitos distribuídos em 11 produções, sendo que, oito delas são dissertações e três são teses.

Quadro 15 – Categoria Inclusão/exclusão digital.

CATEGORIA	SUBCATEGORIA	OCORRÊNCIA	IES	ANO	Q
Inclusão/exclusão digital	Exclusão digital	D01	UFBA	2008	3
		D24	UNB	2006	
		D35	UNB	2004	
	Inclusão digital	D01	UFBA	2008	11
		D02	UFBA	2009	
		D03	UFSC	2011	
		D21	UNB	2007	
		D24	UNB	2006	
		D35	UNB	2004	
		D40	UNESP	2010	
		T03	UNB	2006	
		T14	UNB	2012	
		T17	UNB	2012	
		T05	UNESP	2010	
TOTAL					14

Fonte: Dados da pesquisa, 2015.

A Categoria **Inclusão/exclusão digital** que deu origem ao Quadro 15 está organizada em duas subcategorias: **Exclusão digital** cujos aspectos estão presentes nas mensagens dos autores de D01 UFBA, D24 e D35 UNB, e; **Inclusão**

digital, com as produções D01, D02 UFBA, D03 UFSC, D21, D24, D35 UNB, D40 UNESP, T03, T14, T17 UNB e T05 UNESP, que versam sobre o assunto.

É importante deixar claro, que apesar de muitas pesquisas que abordam o assunto inclusão, se esquecerem da problemática exclusão, a inclusão só pode acontecer quando existiu exclusão. Existe uma condição para isso. E é esse aspecto que as dissertações agrupadas na Subcategoria **Exclusão digital** demonstram. Em D01 UFBA, a exclusão digital deve ser combatida com a perseguição à exclusão tecnológica. Afirmou-se que essas ações de combate podem ser desenvolvidas por meio de telecentros comunitários, mediante parcerias entre empresas privadas que passariam a exercer o papel de empresas-cidadãs e organizações não-governamentais, numa demonstração de RS das empresas. Essa mesma ação de combate à exclusão tecnológica também é vista em D24 e D35 UNB.

A inclusão digital por sua vez, aparece como processo que envolve o combate a essa exclusão. Nas produções D01, D02 UFBA, D03 UFSC, D21, D24, D35 UNB, D40 UNESP, T03, T14, T17 UNB e T05 UNESP, a inclusão digital possibilitada por uma gama de ações inclusivas é indicada como medida de combate à exclusão digital. É a mesma inclusão digital defendida nas considerações de Silva (2003b) e Freire (2009, 2010) e que a CI se ocupa de promover.

4.1.10 INCLUSÃO E RESPONSABILIDADE SOCIAL

Ações de inclusão digital também são vistas como atitudes que convergem para a inclusão social e o combate da exclusão social que atinge as camadas sociais mais vulneráveis financeiramente. O Quadro 16 mostra as dissertações e teses que trazem conceitos, conteúdos, e considerações sobre a **Exclusão/inclusão social**.

Quadro 16 – Categoria Inclusão/exclusão social.

CATEGORIA	SUB-CATEGORIA	OCORRÊNCIA	IES	ANO	Q
Inclusão/Exclusão social	Exclusão social	D05	UNB	2012	3
		D21	UNB	2007	
		T14	UNB	2012	
	Inclusão social	D09	UFSC	2010	11
		D05	UNB	2012	
		D28	UNB	2010	
		D35	UNB	2004	

	D06	UNESP	2012	
	D08	UNESP	2008	
	D40	UNESP	2010	
	T03	UNB	2006	
	T14	UNB	2012	
	T05	UNESP	2010	
Inclusão social via TIC	D03	UFSC	2011	
TOTAL				14

Fonte: Dados da pesquisa, 2015.

Observando o Quadro 16 podemos perceber que a Categoria **Exclusão/inclusão social** representa 13 produções que trazem 14 conceitos da temática. Das 13 produções, 10 são dissertações e três são teses que foram agrupadas em três subcategorias. A Subcategoria **Exclusão social** aloca as produções D05, D21 e T14 UNB que versam sobre a temática. A Subcategoria **Inclusão social** traz D09 UFSC, D05, D28, D35 UNB, D06, D08, D40 UNESP, T03, T14 UNB e T05 UNESP. E a dissertação D03 UFSC ficou na Subcategoria **Inclusão social via TIC** porque foi a única a abordar diretamente o assunto.

Assim como ficou claro na análise do Quadro 15 referente à Categoria **Exclusão/inclusão digital**, também a inclusão social só é necessária, graças à exclusão que se apresenta em diversos aspectos. Considerando a análise do Quadro 16, as produções D05, D21 e T14 UNB exploram bem esses aspectos, apresentando a inclusão social como temática principal.

Um aspecto marcante nas produções que versam sobre inclusão social, é a defesa da inclusão de portadores de necessidades especiais. Sendo isso possível, graças aos processos de tratamento da informação voltados a esse público de usuários. E é focado nessas necessidades especiais de informação, que D08 UNESP apresenta um paradigma de inclusão fundamentado nos princípios da acessibilidade. A existência desse paradigma de inclusão social ratifica a importância do respeito às pessoas portadores de necessidades especiais. Corradi e Vidotti (2009) colaboram para a aceitação desse paradigma inclusivo vigente, pois desenvolvem pesquisas com o objetivo de verificar o papel da Arquitetura da Informação na inclusão de pessoas portadoras de necessidades especiais.

E é assim que outro aspecto da inclusão social aparece, e possibilita a organização do Quadro 16 com uma terceira subcategoria. A inclusão social

promovida pelas TIC intitulada terceira Subcategoria, presente na dissertação D03 UFSC. Esse é o pensamento de Zaniratti e Cubillos e Oliveira (2007) e Pinto (2009). Os autores defendem que grupos não-hegemônicos podem ser incluídos socialmente por meio do uso da tecnologia, na perspectiva do resgate, da recuperação e, da difusão dos saberes e/ou conhecimentos. A CI e os instrumentos e ferramentas tecnológicas que lhe assistem, caracterizam-se como saídas legítimas para conectar e organizar a diversidade de recursos informacionais identificados em uma sociedade, para permitir ao ser humano desenvolver-se e edificar seu mundo, de forma independente, transformando sua realidade na direção do desenvolvimento político, econômico e social.

4.1.11 POLÍTICAS PÚBLICAS E RESPONSABILIDADE SOCIAL

Para promover essa inclusão social por meio das TIC, é necessário discutir políticas públicas de informação. O Quadro 17 apresenta as produções preocupadas com o assunto.

Quadro 17 – Categoria Políticas Públicas.

CATEGORIA	SUB-CATEGORIA	OCORRÊNCIA	IES	ANO	Q
Políticas públicas	Políticas públicas de informação	D05	UNB	2012	5
		D24	UNB	2006	
		D29	UNB	2009	
		T03	UNB	2006	
		T14	UNB	2012	
TOTAL					5

Fonte: Dados da pesquisa, 2015.

A Categoria **Políticas públicas** foi ordenada com a Subcategoria **Políticas públicas de informação** demonstrando que a temática políticas públicas, é pensada na CI, com a finalidade de promover o acesso e o uso da informação. O Quadro 17 agrupa as D05, D24, D29, T03 e T14 UNB que correspondem a cinco produções, das quais três são dissertações e duas são teses, em que foram verificados cinco conteúdos temáticos referentes ao assunto.

A recomendação de políticas públicas é vista nas produções do Quadro 17 como compromisso social, seja da CI, seja de outros campos do conhecimento. No caso da CI, Cardoso Filho e Santos e Araújo Junior (2011) entendem a preconização de políticas públicas voltadas para a democratização do acesso e uso da informação

como indícios de RS para a CI. Para os autores, a inclusão do assunto políticas públicas, e as afinidades percebidas para com a temática RS, corroboram os fundamentos teóricos, contribuindo para o amadurecimento do conceito de CI como ciência social. Reforçam que para isso é necessário que pesquisas incluídas na vertente social da CI apresentem ampla contribuição para a elaboração de políticas públicas de informação.

4.1.12 PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA E RESPONSABILIDADE SOCIAL

A classificação de ciência social atribuída a CI segue sendo sustentada graças ao enfrentamento de problemáticas como a preservação da memória social. O Quadro 18 refere-se à Categoria **Preservação da memória** e registra as dissertações e teses que lembram mais essa responsabilidade da CI.

Quadro 18 – Categoria Preservação da memória.

CATEGORIA	SUB-CATEGORIA	OCORRÊNCIA	IES	ANO	Q
Preservação da memória	Preservação da memória como função social	D06	UFPE	2013	4
		D08	UFPE	2012	
		T16	UNB	2011	
		T19	UNB	2010	
	Preservação digital	D08	UFPE	2012	1
TOTAL					5

Fonte: Dados da pesquisa, 2015.

São cinco conteúdos temáticos sobre preservação da memória distribuídos em duas dissertações e duas teses, somando quatro produções com considerações sobre o assunto. As quatro obras foram agrupadas em duas subcategorias: Em **Preservação da memória como função social** aparecem D06, D08 UFPE, T16 e T19 UNB, e; em **Preservação digital** aparece novamente a dissertação D08 UFPE.

A primeira Subcategoria do Quadro 18 representa as produções cujos conteúdos temáticos iniciam a discussão da preservação da memória como função social da CI. Nessas dissertações e teses encontramos estudos que defendem que a preservação da memória, entendida como um fenômeno possibilitado a partir da *práxis* dos profissionais da informação, que proporciona preservação, divulgação, acesso e uso da memória coletiva, atribui a CI, uma função social, portanto, uma

característica de RS. Baseados nas dissertações e teses apresentadas na Subcategoria “Preservação da Memória como função social” do Quadro 18 e recorrendo a reconhecida afirmação de Wersig e Neveling (1975) em relação ao objetivo e função social da CI, qual seja transmitir informação para aqueles que dela necessitem, entendemos que esse desígnio implica no acesso assíncrono à informação. Em outras palavras, as informações produzidas num período anterior ao atual, passam a ser disponibilizadas no presente, o que permite aprimorá-la e engendrar novos conhecimentos. É a preservação do conhecimento como memória social e coletiva, garantindo o acesso à informação por diversas gerações de usuários.

Essa mesma função social vista em D08 UFPE reaparece no Quadro como hipótese sob a perspectiva digital. Quando D08 UFPE também foi alocada na Subcategoria **Preservação digital** o intuito era representar esse ponto de vista. A preservação da memória digital, acontece porque para a CI, a memória é qualificada como expediente econômico e social, que não se restringe ao entendimento do termo utilizado no passado, mas utiliza a preservação do que ocorreu para a construção da atualidade, permitindo progresso, desenvolvimento e poder a uma sociedade. É aí que observamos a grandeza da RS da CI, que baseada na transferência da informação e promoção do conhecimento, é o principal horizonte do campo, conforme preconizou Wersig e Neveling (1975).

4.1.13 RESPONSABILIDADE SOCIAL DA ARQUIVOLOGIA

Como vimos no Quadro 14 das funções e responsabilidades sociais de equipamentos de informação, o Arquivo e a Arquivologia também possuem traços de RS que são refletidos na função social da CI. O Quadro 19 mostra que dois conteúdos temáticos foram resgatados de duas teses para colaborar com as nossas considerações nesse sentido.

Quadro 19 – Categoria Responsabilidade social da Arquivologia.

CATEGORIA	SUB-CATEGORIA	OCORRÊNCIA	IES	ANO	Q
Responsabilidade social da Arquivologia	Responsabilidade social da Arquivologia	T16	UNB	2011	2
		T20	UNESP	2012	
TOTAL					2

Fonte: Dados da pesquisa, 2015.

Em T16 UNB e T20 UNESP, pudemos perceber que relações de poder e saber perpassam os arquivos, espaços designados para atividades profissionais que garantem a organização e guarda de documentos, objetivando a preservação da memória. A configuração atual das práticas profissionais de arquivistas, pautados pela ética e a transparência, conferem aos profissionais, e, por conseguinte, à Arquivologia, uma função social. Além disso, a Responsabilidade Social Arquivística, consiste em garantir, assim como na CI, que os processos de classificação e descrição de documentos arquivísticos, possibilitem aos usuários desses organismos, recuperar e acessar conteúdos informacionais de forma rápida e segura. Neste sentido, é ajustado um papel e uma responsabilidade social para os arquivos e atores sociais que neles atuam.

4.1.14 CIÊNCIA E RESPONSABILIDADE SOCIAL

O Quadro 20 apresenta a **Categoria Responsabilidade social e ciência** e obedecendo a metodologia de hierarquização, criamos a Subcategoria **Responsabilidade social da ciência** para aprofundar a representação das dissertações e teses que encontramos relações entre os assuntos categorizados.

Quadro 20 – Categoria Responsabilidade social da ciência.

Quadro 20 - Categoria Responsabilidade social da ciência					
CATEGORIA	SUB-CATEGORIA	OCORRÊNCIA	IES	ANO	Q
Responsabilidade social e ciência	Responsabilidade social da ciência	D10	UFPE	2013	12
		D10	UFSC	2010	
		D20	UFSC	2008	
		D30	UNB	2011	
		D31	UNB	2010	
		D11	UNESP	2007	
		D24	UNESP	2012	
		T04	UNB	2012	
		T07	UNB	2006	
		T09	UNB	2011	
		T11	UNB	2008	
		T29	UNB	2010	
TOTAL					12

Fonte: Dados da pesquisa, 2015.

A Categoria **Responsabilidade social e ciência** resultou do agrupamento de 12 conteúdos temáticos que apontam alguma relação entre os assuntos ciência e RS. Os significados foram encontrados em sete dissertações e cinco teses que totalizam 12 produções, quais sejam: D10 UFPE, D10, D20 UFSC, D30, D31 UNB, D11, D24 UNESP, T04, T07, T09, T11 e T29 UNB.

É comum aos documentos analisados, a percepção de que a ciência é resultado de um processo de estruturação, desenvolvimento e compreensão de saberes acumulados ao longo da história e demandados socialmente. No que vimos, a produção científica tem sido humanizada, uma vez que passa a contemplar dimensões não apenas técnicas, naturais e padronizadas da ciência, mas, as problemáticas de interesse humano e social. Isso implica uma perspectiva ética da ciência, digamos comprometida com RS.

Particularmente, em T04 UNB são propostos dois padrões de produtividade científica. No primeiro modo, o conhecimento científico é produzido circunstanciado pelo grupamento de normas próprias da “boa ciência”, seguidas na geração, ratificação e transmissão desse conhecimento padrão. A segunda situação surge a partir dos indícios empíricos de que novos modelos baseados em práticas cognitivas e sociais diferem daqueles observados na primeira situação. Às duas situações de produção científica, são inferidas características. O primeiro modelo de produção científica é caracterizado pelo crescimento do conhecimento disciplinar que se impõe. O segundo modelo é caracterizado pela inovação de processos. Nas mensagens analisadas, o conhecimento é produzido segundo o contexto da sua aplicação. No primeiro modo, observamos disciplinaridade, uniformidade e organização hierárquica. Já no segundo modo, percebemos transdisciplinaridade, heterogeneidade, transitoriedade e responsabilidade social.

4.1.15 RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL

Adiante, seguimos com o Quadro 21 que apresenta as dissertações e teses que evidenciam a RS no ambiente das corporações.

Quadro 21 – Categoria Responsabilidade social empresarial.

CATEGORIA	SUBCATEGORIA	OCORRÊNCIA	IES	ANO	Q
Responsabilidade social	Assistencialismo	D01	UFBA	2008	3

empresarial		D21	UNB	2007	
		T26	UNB	2009	
	Filantropia	D01	UFBA	2008	4
		D10	UNESP	2006	
		T20	UNB	2008	
		T26	UNB	2009	
	Marketing social	D01	UFBA	2008	3
		D18	UFSC	2005	
		D10	UNESP	2006	
	ONG	D01	UFBA	2008	1
	Responsabilidade social corporativa	D01	UFBA	2008	22
		D17	UFSC	2010	
		D18	UFSC	2005	
		D11	UNB	2006	
		D14	UNB	2010	
		D15	UNB	2008	
		D21	UNB	2007	
		D34	UNB	2010	
		D36	UNB	2007	
		D03	UNESP	2012	
		D10	UNESP	2006	
		D17	UNESP	2010	
		D31	UNESP	2010	
		D32	UNESP	2009	
		T03	UNB	2006	
		T06	UNB	2008	
		T07	UNB	2006	
		T09	UNB	2011	
		T14	UNB	2012	
		T20	UNB	2008	
		T21	UNB	2008	
		T26	UNB	2009	
	TOTAL				33

Fonte: Dados da pesquisa, 2015.

Identificamos 33 conteúdos temáticos, que correspondem a conceitos, considerações, significados e referências sobre a temática responsabilidade social no ambiente das empresas. Esses conteúdos foram identificados em 14 dissertações e oito teses, somando 22 documentos aptos à análise. As mensagens identificadas serviram de base para a hierarquização do assunto principal do Quadro 21 em cinco subcategorias.

A primeira Subcategoria denominada **Assistencialismo** agrupa D01 UFBA, D21 e T26 UNB. A segunda Subcategoria intitulada **Filantropia** traz os escritos D01 UFBA, D10 UNESP, T20 e T26 UNB. O **Marketing social** é a terceira Subcategoria e se encarrega de D01 UFBA, D18 UFSC e D10 UNESP. A quarta Subcategoria representa a D01 UFBA que também aborda a **ONG** como organização potencialmente praticante da RS. Na quinta Subcategoria, representa a temática **Responsabilidade social corporativa** agregando os documentos D01 UFBA, D17, D18 UFSC, D11, D14, D15, D21, D34, D36 UNB, D03, D10, D17, D31, D32 UNESP, T03, T06, T07, T09, T14, T20, T21 e T26 UNB.

O **Assistencialismo** é uma temática que permeia a discussão sobre RS nos ambientes corporativos. Notou-se que as discussões dos três documentos agrupados nessa Subcategoria de análise, partem do mesmo entendimento da temática. As empresas quando buscam exercer a RS que lhes compete, se limitam a praticar doações para comunidades com pessoas de baixo poder aquisitivo ou em situação de vulnerabilidade social. O exercício descontinuado da doação implica em assistencialismo. Para essa afirmação nos apoiamos no entendimento de Ashley (2003), que vê a doação como prática fortuita descaracterizada de RS. As doações praticadas eventualmente têm a sua contribuição para as comunidades necessitadas, mas a nosso ver, não resolvem os problemas amenizados pelo assistencialismo. É inegável que o assistencialismo fez ou faz parte das práticas de RS das empresas, mas não devem ser apenas isto, porquanto elas podem ser acompanhadas de ações verdadeiras de RS.

Os documentos agrupados na segunda Subcategoria nos permitem considerar que a filantropia também é compreendida como parte da RS das empresas. Em muitas ocasiões, a filantropia e o assistencialismo se confundem, principalmente quando a discussão gira em torno dos ambientes organizacionais. Valendo-se do assistencialismo, a filantropia adquire outra conotação quando sua prática é observada pelas empresas, envolvendo questões de dedução fiscal. Geralmente está associada ao assistencialismo em troca de abatimentos em impostos e taxas devidas ao Estado. A dedução fiscal é assunto marcante quando se discute filantropia e sua prática pelas empresas e organizações corporativas. O interessante é que nos documentos analisados, a distinção entre conceitos aparece, no entanto, limitam-se ao entendimento de assistencialismo, como filosofia que não se preocupa com soluções para os males sociais, e, filantropia como

assistencialismo humanitário, sendo a filosofia que defende a prática assistencial mais humanitária. A diferença consiste na participação de quem pratica as ações sociais.

O assistencialismo e a filantropia marcam o surgimento da RSE e com o passar dos tempos essas mesmas filosofias são praticadas pelas empresas buscando atingir novas finalidades. O que se procura, agora, é a construção de uma boa imagem das empresas perante a sociedade. Essa nova preocupação com a imagem das organizações é entendida como marketing social, e se fundamenta na RS para criar uma representação de empresa cidadã no conceito dos envolvidos no mesmo contexto social que a empresa.

Uma das formas de empresas praticarem o assistencialismo, a filantropia e o marketing social é a criação de organizações não governamentais (ONG). Aceitamos a ideia de que as ONG surgiram a partir das preocupações com a acentuação dos processos de exclusão social. Quando o terceiro setor atua sem ter uma intenção camuflada, entendemos que as ações sociais praticadas são relevantes e contribuem para o fortalecimento do desenvolvimento social. Notamos que na relação entre a CI e a atuação das ONG, limita-se a contribuição que essa Ciência presta na gestão de projetos sociais voltados para inclusão social pela inclusão digital, e, ainda, e na gestão da informação no seu aspecto preventivo, em projetos ligados a questões de saúde pública.

Por fim, nos debruçamos sob as dissertações e teses que continham considerações gerais sobre a responsabilidade social corporativa (RSC) sem que fossem observadas citações diretas que relacionassem a RSE ao assistencialismo, à filantropia, ao marketing social e a execução de projetos sociais por meio de organizações não governamentais. Implicitamente, essa categoria representa uma reunião das outras, pois verificamos nas mensagens dos autores, a intenção velada de considerar a RS das empresas a partir do assistencialismo, da filantropia, do marketing social e da criação de ONG.

Da apreensão do Quadro 21 é perceptível a presença maciça do ambiente organizacional como espaço de prática de RS. Acreditamos que esse comparecimento deriva do surgimento da RS nas áreas da Contabilidade e da Administração e infere contribuições dessas áreas para a CI. cremos que essa contribuição decorre da evolução e da aplicação do conceito de RS que adquiriu características da área da Gestão.

4.1.16 RESPONSABILIDADE SOCIAL UNIVERSITÁRIA

Para nós, ao perpassar todos os setores da sociedade, a RS assume forma nos diversos ambientes organizacionais. Desse entendimento, partimos para a análise do Quadro 22 que traz produções que veem a universidade como organização passível da prática social responsável.

Quadro 22 – Categoria Responsabilidade social universitária.

CATEGORIA	SUBCATEGORIA	OCORRÊNCIA	IES	ANO	Q
Responsabilidade social universitária	Responsabilidade social e universidade	D10	UFPE	2013	4
		D13	UNESP	2012	
		D28	UNESP	2010	
		T07	UNB	2006	
TOTAL					4

Fonte: Dados da pesquisa, 2015.

O Quadro 22 congrega quatro produções, sendo três dissertações e uma tese de onde partiram os conteúdos temáticos sobre **Responsabilidade social universitária** que originaram a ilustração. As dissertações D10 UFPE, D13 e D28 UNESP, bem como a tese T07 UNB reúnem informações que situam a RS no ambiente da universidade.

Verificamos nas obras, que a RSU é determinada pela prática dos agentes sociais que estão envolvidos no espaço da universidade. É geralmente o pesquisador que ao debruçar-se sobre a pesquisa científica, preocupa-se ou deveria preocupar-se com a publicação dos resultados, pois atenta para a função social da ciência e das instituições de ensino e pesquisa. Dar visibilidade a produção científica alcançada, é fazer com que a comunicação de resultados das pesquisas, cumpra o dever de informar a quem mais interessa: a sociedade que custeia as universidades e merece o retorno dos produtos resultados das atividades por ela subsidiadas.

Ao passo que a RS das universidades está no retorno dos recursos aplicados em atividades que retornem em benefícios à sociedade, também se manifesta na capacidade que as universidades possuem de qualificar profissionais ativos para o desenvolvimento de uma sociedade mais justa, equitativa e igualitária.

São duas características que vimos em Calderón e Pedro e Vargas (2011), Macedo (2005) e Garcia (2007).

4.1.17 RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

Essa busca por uma sociedade mais justa, equitativa e igualitária, também vimos nas dissertações e teses ordenadas no Quadro 23.

Quadro 23 – Categoria Responsabilidade socioambiental.

CATEGORIA	SUBCATEGORIA	OCORRÊNCIA	IES	ANO	Q
Responsabilidade socioambiental	Aspectos gerais da responsabilidade social	D17	UNB	2007	6
		D31	UNB	2010	
		T01	UFBA	2014	
		T04	UNB	2012	
		T09	UNB	2011	
		T26	UNB	2009	
	Desenvolvimento social	D01	UFBA	2008	2
		D01	UFPE	2013	
	Desenvolvimento sustentável	D01	UFBA	2008	7
		D10	UFPE	2013	
		D17	UFSC	2010	
		D29	UNESP	2005	
		T06	UNB	2008	
		T07	UNB	2006	
	Equidade social	T20	UNB	2008	3
		D23	UFSC	2007	
		D23	UNB	2010	
	Qualidade de vida	T20	UNB	2008	2
		D01	UFBA	2008	
	Responsabilidade social e meio ambiente	T26	UNB	2009	11
		D10	UFPE	2013	
		D15	UFSC	2008	
		D15	UNB	2008	
		D23	UNB	2010	
		D30	UNB	2011	
		D35	UNB	2004	
		D10	UNESP	2006	
		D17	UNESP	2010	
		T20	UNB	2008	
		T21	UNB	2008	
		T26	UNB	2009	
	Sustentabilidade	D01	UFBA	2008	3

UFBA e D01 UFPE. Esses registros nos mostram que o desenvolvimento social como objetivo da responsabilidade social compreende o esforço de diversos agentes (representantes de todas as classes, estudantes, professores, profissionais em geral) atuantes no cotidiano social, classificados como cidadãos conscientes e com RS, e os que almejam alcançar esses patamares, focados na construção, edificação e ampliação dos contextos sociais em que vivem. Um comprometimento dos que caminham atentos com o desenvolvimento cultural e econômico, vislumbrando uma sociedade centrada na justiça, equanimidade e progresso.

Para a CI, isso pode ser verificado a partir dos resultados do empenho de profissionais e demais atores sociais envolvidos na área, voltados à atividade científica de organização da massa crítica informacional em ciência e tecnologia, expresso numa transformação da sociedade industrial moderna em uma sociedade da informação regida pelo imperativo tecnológico, tendo a transferência da informação e geração de conhecimento como padrão para o desenvolvimento social.

Por outro lado, em D01 UFBA, D10 UFPE, D17 UFSC, D29 UNESP, T06, T07 e T20 UNB os autores veem o desenvolvimento social no aspecto sustentável. O conceito é amplo, e aborda diversas questões. Basicamente aparece como um desenvolvimento que viabiliza o crescimento das gerações atuais sem comprometer a estabilidade social das gerações futuras, limitando o uso dos recursos naturais e atingindo um patamar cultural e econômico estáveis. O próprio termo sustentável carrega a ideia de um desenvolvimento sustentado. Nos escritos, o desenvolvimento sustentável geralmente está ligado às ações de empresas que visam o marketing social.

A Subcategoria **Desenvolvimento sustentável** que ora analisamos, também se encontra com a Subcategoria **Equidade social** porque as filosofias das duas temáticas são coincidentes em alguns pontos. Nos textos analisados a equidade social é atingida quando alcançamos o equilíbrio e o respeito entre as pessoas, paralelo ao equilíbrio e o respeito com o ambiente em que vivem.

A CI, ao tratar da grandeza social do conhecimento, comporta pesquisadores e profissionais que se ocupam da distribuição dos saberes e das riquezas intelectuais geradas pela e para sociedade. A partir das palavras dos autores de D23 UFSC, D23 e T20 UNB sobre a equidade social para a CI, acreditamos numa RS da área expressada por uma prática que visa uma sociedade mais justa.

A qualidade de vida, no que diz respeito à procura por melhores condições sociais, se faz presente em boa parte das categorias e subcategorias analisadas. É outra finalidade das ações de RS, e geralmente estão atreladas as práticas das empresas que defendem uma sociedade baseada na racionalização do desenvolvimento social, condicionado a complexidade de aspectos que giram em torno da temática.

Na Subcategoria **Responsabilidade social e meio ambiente** agrupamos todas as dissertações e teses que de algum modo, fazem referência a problemáticas que demonstram as afinidades entre a RS e o meio ambiente. A CI parece acompanhar a revolução no cenário global, uma vez que identificamos pesquisas que tangenciam as discussões em torno do desenvolvimento social, equitativo e igualitário, composta por pesquisadores e profissionais inquietos com os impactos que o desenvolvimento econômico acarreta aos ecossistemas do planeta.

Em D01 UFBA, D23 UFSC e T26 UNB a sustentabilidade é vista como uma filosofia das organizações que se pretendem socialmente responsáveis.

4.1.18 SOCIOLOGIA E RESPONSABILIDADE SOCIAL

O Quadro 24 oferece uma pequena representação dos conteúdos que referenciam o campo da Sociologia como fonte teórica da CI quando o assunto é RS.

Quadro 24 – Categoria Sociologia.

CATEGORIA	SUBCATEGORIA	OCORRÊNCIA	IES	ANO	Q
Sociologia	Ciência da Informação e Sociologia	T26	UNB	2009	1
TOTAL					1

Fonte: Dados da pesquisa, 2015.

O Quadro 24 é um desenho que representa o conteúdo da única produção que relaciona diretamente a RS, a Sociologia e a CI. A tese T26 tece algumas considerações, entendendo que para aquela pesquisa, é necessário ir ao campo da Sociologia para incrementar o aporte teórico necessário ao desenvolvimento do estudo. Por ser uma ciência social, e apesar de em outras produções analisadas, a discussão frente à Sociologia não acontecer explicitamente, entendemos que a CI,

busca sim, significativas contribuições para o desenvolvimento de pesquisas, não somente em torno da temática RS, mas em todos os outros assuntos que acabam, por fazer relação de interdisciplinaridade da ciência, recorrendo ao campo da Sociologia como suporte teórico. Se existe uma análise acurada das contribuições que a Sociologia pode oferecer ao campo da CI, por enquanto, esta não faz parte do objetivo desta pesquisa.

4.2 Para não ficar subentendido

A procura por evidências com o intuito de comprovar ou refutar hipóteses faz parte de qualquer atividade de pesquisa. Seja qual for o objeto a ser estudado e o percurso metodológico seguido, é mais comum concluirmos os estudos com base em experimentos, registros, fenômenos sociais observáveis e etc. O que é provável, patente, natural e empírico, habitualmente faz parte do cotidiano do pesquisador que possui afinidade com as Ciências Naturais. Por outro lado, aqueles que estão no campo das Ciências Humanas e Sociais, rotineiramente convivem com pesquisas voltadas ao entendimento do ser em sociedade e, portanto, dos processos sociais manifestos e do que resulta destes. Algumas ciências humanas e sociais mais especializadas voltam-se aos estudos dos registros das mais diversas atividades humanas.

A atividade de pesquisa que debruça olhar sobre a produção científica revela surpresas ao pesquisador. Uma delas é recuperar documentos que contêm vestígios do assunto pesquisado, mas que não trazem conteúdos ou considerações explícitas acerca da temática que lhe serviu como argumento de estudo. Em nosso caso, foi exatamente isso que aconteceu. Há produções recuperadas, que embora não discutam profundamente os assuntos que supostamente deveriam abordar, nos transmitem alguma informação. Fatores complicadores influenciam as etapas de pesquisa, e as possibilidades de investigar e interpretar o que não está aparente.

Sabemos que o prazo, determinado para conclusão de pesquisas de Mestrado e Doutorado, hoje institucionalizado no Brasil e em vários países do mundo, é um limitador que algumas vezes interfere nos estudos de um pesquisador. Isso se torna compreensível, uma vez que as pesquisas em níveis de Mestrado e Doutorado são resultados de etapas dos percursos de formação que nem sempre findam quando finda o prazo.

Diante do não revelado, este item resulta das análises do que não ficou evidente nas dissertações e teses inicialmente recuperadas com o termo RS. Para isso, desenvolveu-se uma análise com foco nas dissertações e teses de pesquisadores que não exploraram conceitos ou conteúdos temáticos sobre RS, mas que citaram brevemente o termo RS.

Acreditamos que esta seção do texto, possibilitou o entendimento do que não está perceptível nas dissertações e teses sobre a RS. No entanto, pudemos perceber a intenção dos autores na abordagem do tema em suas pesquisas, e da visão geral que eles possuem sobre a temática, estando conscientes de que a RS permeia os assuntos que envolvem problemáticas sociais diversas relacionadas com o fenômeno informação. O Quadro 25 lista 54 produções, das quais 36 são dissertações e 18 são teses que trazem o termo RS, mas que não apresentam conteúdo temático ou definem o assunto.

Quadro 25 – Produções que contém o termo responsabilidade social e não apresentam conteúdos temáticos

IE	P	ID	ANO	Q
UFPE	Dissertação	D02	2012	5
		D03	2012	
		D05	2013	
		D07	2011	
		D11	2014	
UFSC	Dissertação	D02	2009	10
		D04	2012	
		D07	2011	
		D08	2009	
		D12	2005	
		D13	2009	
		D19	2011	
		D21	2009	
		D24	2011	
		D25	2011	
UNB	Dissertação	D01	2012	14
		D06	2006	
		D07	2008	
		D08	2003	
		D12	2006	
		D16	2006	
		D18	2006	
		D19	1999	
		D22	2006	
		D25	2006	
		D26	2006	
		D27	2010	
		D33	2009	
		D37	2009	
	Tese	T02	2010	9
		T05	2009	
		T08	2011	

		T15	2011	
		T18	2007	
		T22	2009	
		T23	2008	
		T24	2011	
		T25	2009	
UNESP	Dissertação	D01	2013	7
		D02	2008	
		D07	2010	
		D26	2009	
		D35	2012	
		D38	2013	
		D41	2008	
	Tese	T02	2011	9
		T03	2010	
		T07	2014	
		T08	2012	
		T09	2009	
		T12	2014	
		T13	2014	
		T16	2013	
	T21	2014		
	TOTAL			

Fonte: Dados da pesquisa, 2015.

Na D2 UFPE, a presença de conteúdos temáticos sobre RS não pode ser observada. No entanto, o termo RS aparece em um quadro da produção, quando o autor aborda os valores que direcionam as atividades de uma organização sem fins lucrativos, ligada ao Estado de Pernambuco. De acordo com Ferreira (2012a), a Associação pautada na dissertação trata-se do Instituto de Tecnologia de Pernambuco (ITEP/OS), estabelecida como uma organização social sem fins lucrativos, e, considerada como um centro de referência regional no que diz respeito à oferta de recursos tecnológicos para o setor produtivo do Estado. Para ampliar o entendimento da citação do termo RS nos escritos do autor, continuamos em Ferreira (2012a), acrescentando que o ITEP/OS foi instituído, como fundação pública, em 1942, e atua até hoje como uma instituição voltada ao atendimento das demandas fundamentais dos setores econômicos estratégicos do Estado de Pernambuco. E vai além, preocupa-se com demandas de toda a região Nordeste, considerando as iniciativas que geram a diminuição de desigualdades tecnológicas regionais, promovendo a inclusão social, por meio da criação e ampliação de postos de trabalho, empreendimentos inovadores, além da melhoria de competitividade no que tange a tecnologia das corporações e empreendimentos já existentes.

Apesar de não citar uma definição de RS, o autor descreve-a como valor basilar de um instituto de tecnologia que promove inclusão social, por meio de

desenvolvimento econômico financeiro, através de oferta de tecnologia da informação para iniciativas empreendedoras originais. Às que já existem no âmbito do Estado de Pernambuco e Região Nordeste, o ITEP oferece soluções para aumentar a competitividade.

Em D03 UFPE, cujo objetivo da pesquisa é analisar a produção científica da Ciência da Informação Brasileira nos anais dos ENANCIB, verificando a possibilidade de visualizar a memória científica da área por meio das palavras-chaves dos trabalhos apresentados nos grupos de trabalho do evento, não foi possível encontrar na dissertação, conteúdos temáticos para o descritor RS. Tendo em vista o objetivo da dissertação e, atentando para o caráter pontual da pesquisa, é compreensível observarmos o descritor sem que se encontre em D03 UFPE uma conceituação do tema. Apesar dessa ausência de conteúdos temáticos para o descritor RS, não poderíamos deixar de juntar tal produção no campo de estudo da nossa pesquisa, por tratar-se de um estudo sobre produção científica e que aponta documentos que versam sobre a temática RS.

Algo que se assemelha com o nosso estudo em D03 UFPE, e que recai sobre nossa análise, é a ocorrência da palavra-chave RS associada à presença dos descritores **inclusão digital, mediação, leitura e, cultura**. Analisando as palavras-chaves utilizadas nas produções dos grupos de trabalho dos ENANCIB, Ferreira (2012b), aponta que os descritores **informação, biblioteca, inclusão digital, mediação, Ciência da Informação, competência informacional, leitura, biblioteca digital, cultura, estudo de usuário, internet, comportamento informacional**, aparecem com maior recorrência no GT3 do ENANCIB, destacando que os temas são coerentes com a proposta do grupo de trabalho. A autora verifica ainda, produções representadas com os descritores **afrodescendentes, identidade cultural e responsabilidade social**. Para ela, isso é indício de uma possível aproximação do GT3 com problemáticas que englobam estudos que vão além dos relativos aos propostos pelo grupo de trabalho, contemplando o estudo dos sujeitos, suas demandas, reais necessidades e seus contextos.

Observamos a partir das análises de Ferreira (2012b) que nas pesquisas avaliadas pela autora, a RS está presente em estudos que discutem problemáticas sociais diversas. A associação entre temáticas nos revela pequenos indícios de que a RS na CI se interrelaciona com as temáticas **inclusão digital, mediação, leitura, afrodescendentes, identidade cultural e, cultura**, corroborando com o que pode

ser visto em Dantas e Garcia (2013), Panet (1982), Aragão (1988), Barbosa (1984), Silva (1992), Silva (2009), Freire (2009), Pinto (2009), Corradi e Vidotti (2009), Freire (2010), Silva e Freire e Farias (2010), Pinho Neto (2014), Garcia e Targino e Silva (2011), Cavalcante e Feitosa (2009) e, Lima e Aquino (2009).

A D05 UFPE trata da produção do conhecimento científico de Engenharia Civil da UFPE, fazendo um estudo bibliométrico de dissertações e teses num determinado período de existência do Programa de Pós-Graduação em Engenharia Civil da Universidade. O descritor RS aparece somente nas referências da produção, excetuando durante o corpo do documento, a presença de conceitos ou conteúdos temáticos sobre o assunto.

A dissertação D11 UFPE traz reflexões sobre movimentos sociais analisando as ligações com o fenômeno informação. Trata-se de uma pesquisa com enfoque social de grande importância, uma vez que traz para campo as discussões sobre os movimentos sociais. Focado na problemática étnico-racial, Valério (2014) apresenta essa relação entre informação e movimentos sociais a partir da experiência do Grupo de Valorização Negra do Cariri (GRUNEC), movimento social que se protagoniza na Região do Cariri Cearense, de modo especial na Cidade de Juazeiro do Norte, Estado do Ceará. Apesar da importância social percebida, a discussão do autor não gira em torno da RS, nem mesmo de forma geral. A RS da CI não é evidenciada pelo autor, nem tão pouco existe menção teórico-conceitual do tema no desenvolvimento do trabalho, somente leve menção no texto. O autor se detém a citar a RS tipificada como universitária, ao reportar-se a uma pesquisa que analisa o caso de um programa de extensão, que também é desenvolvido na Região do Cariri Cearense. Valério (2014) cita a pesquisa em sua dissertação por tratar-se de um estudo desenvolvido por uma participante do GRUNEC, que por sua vez, relaciona em seus estudos, os fenômenos cidadania e responsabilidade social universitária, no contexto das ações do Programa de Extensão Iniciativas Negras. Apesar de não se aprofundar na temática RS, Valério (2014) nos oferece uma clara evidência da RS da CI percebida na sua pesquisa. O autor apresenta iniciativas de projetos e movimentos sociais, bem como discute a relação da informação com as problemáticas étnico-raciais.

A D02 UFSC desenvolve uma análise do Ensino de Biblioteconomia na Região Sul do Brasil por meio da observação dos Projetos Pedagógicos de Curso (PPC) fazendo uma relação com as Diretrizes Curriculares Nacionais. Na

dissertação em pauta, não se observa a presença do termo RS com frequência, o que colabora para a ausência de conceituação do tema. Aparece em quadro que apresenta as competências do egresso do Curso de Biblioteconomia da Universidade Estadual de Londrina (UEL), apresentadas no respectivo PPC. Segundo o PPC de Biblioteconomia, e de acordo com o que descreve Burin (2009) em suas análises, o egresso deve ter RS como competência social e política incutida para, além de levá-la consigo, também usá-la no desempenho da profissão. Apesar de não trazer uma conceituação para o tema, é notável que a RS nesta produção é discutida no âmbito das questões profissionais, estando diretamente ligada a função social do profissional Bibliotecário.

A pesquisa que resultou em D04 UFSC buscou conhecer o perfil do bibliotecário(a) da Região Norte do país. O estudo foi desenvolvido a partir dos egressos dos Cursos de Biblioteconomia da Universidade Federal do Amazonas (UFAM) e da Universidade Federal do Pará (UFPA). Para concretizar o estudo, o autor de D4 UFSC pesquisou sobre os egressos dos cursos mencionados baseando-se nas competências profissionais julgadas necessárias pelos informantes da pesquisa, ao bom desempenho profissional. Dentre as competências profissionais avaliadas, o autor fundamentou-se nas respostas dos informantes referentes às competências sociais e políticas, concluindo que os egressos de Biblioteconomia dessa região do país, são conscientes de sua função social. É nesse momento, que em D4 UFSC o termo RS aparece timidamente. Acreditamos que a ideia do autor é direcionar para a noção de que a função social de profissionais bibliotecários está relacionada com a visão mais ampla de RS. Ele também considerou as respostas dos informantes que indicam que a formação continuada também exerce influência nas atividades profissionais para desempenho no mercado de trabalho, as quais devem contribuir para o desenvolvimento de uma sociedade contemporânea em mudança.

Nas produções D07, D08, D12, D13, D19, D21, D24 e D25 UFSC, não foram verificados conteúdos temáticos ou conceitos sobre RS. O termo que representa a temática aparece em quadros e/ou nas referências dos documentos.

Ao falar dos fatores de risco de documentos eletrônicos de caráter arquivístico na Câmara dos Deputados, Guedes (2006) nos faz perceber, embora de forma indireta, que existe uma relação entre a preservação da informação arquivística e a RS. Apesar de mencionar de forma tímida o termo RS na

apresentação textual da sua pesquisa, de certo modo, o autor alerta para a RS da Arquivologia, e por consequência do profissional Arquivista.

Em todo o texto, o autor não desenvolve alusão a RS, no entanto, nos anexos de D16 UNB, traz a íntegra do Relatório Final do Grupo de Trabalho instituído pela Portaria n.º 86, de 2003, da Câmara dos Deputados, resultante das atividades de um grupo de profissionais voltados para o desenvolvimento de uma estrutura de classificação funcional que permitisse organizar os conteúdos informacionais e que acompanhasse um novo sistema para o registro e governo das informações produzidas e recebidas pela Câmara dos Deputados. Essa classificação funcional e o sistema seriam instituídos para salvaguardar os documentos produzidos e recebidos pela Casa, cumprindo o papel de preservação da informação institucional.

[...] é, sem dúvida, um momento rico para a organização e para as pessoas que estão ajudando a construir os fundamentos para uma nova Câmara dos Deputados, integrada aos preceitos inovadores do século XXI, em que a criatividade e a inovação são os motores dos processos de mudança e a **responsabilidade social é palavra de ordem**. (SERRA JÚNIOR, 2004, *apud* GUEDES, 2006, p. 308).

Uma das conclusões do Relatório Final considera que se utiliza do termo RS para advertir para as preocupações dos profissionais envolvidos com a preservação da informação institucional, em que, segundo a citação a RS deveria ser palavra de ordem.

Nas demais produções do PPGCInf UNB, quais sejam: D01, D06, D07, D08, D12, D18, D19, D22, D25, D26, D27, D33, D37, T02, T05, T08, T15, T18, T22, T23, T24 e T25 UNB, o descritor RS aparece apenas nas referências da produção e/ou quadros, ausentando conceitos ou conteúdos temáticos sobre o tema na íntegra dos textos.

Isso também foi o que se percebeu nas produções da UNESP, em que D01, D02, D07, D26, D35, D38, D41, T02, T03, T07, T08, T09, T12, T13, T16 e T21 UNESP foram recuperadas por apresentarem nas referências e/ou quadros, o termo RS, sem que considerações ou definições fossem observadas no conteúdo dos documentos.

5 SINTETIZANDO IDEIAS, DELINEANDO CONTRIBUIÇÕES, MIRANDO HORIZONTES

Chegamos ao final, ou ao menos o que por agora definimos sê-lo. É momento de sintetizar as principais ideias discutidas, delineando contribuições, mirando outras possibilidades para dar sequência em pesquisas futuras.

Considerando os objetivos propostos, alcançamos o desenvolvimento pleno do estudo, identificando os conceitos e conteúdos temáticos utilizados nas dissertações e teses de seis programas de Pós-Graduação em Ciência da Informação no Brasil. É um número significativo e nos permitiu conhecer o panorama das áreas que se relacionam com a CI no caminho da construção de um conceito de RS aplicado à área. Igualmente possibilitou-nos perceber as conexões entre a temática pesquisada e os assuntos identificados.

Observamos o crescente número de estudos com enfoque em 18 temáticas: acessibilidade; aspectos éticos; cidadania; Comunicação; Educação; Função Social da Ciência da Informação; Função de profissionais de Informação; Função social de unidades de informação; inclusão e exclusão digital; inclusão e Exclusão social; políticas públicas de informação; preservação da memória; responsabilidade social da Arquivologia; responsabilidade social e ciência; responsabilidade social empresarial; responsabilidade social universitária; responsabilidade socioambiental, e; Sociologia. Com o que ficou entendido, dá para definir a RS para o campo da CI apresentando conexões com esses assuntos.

De per si, tais temáticas não explicitam todos os aspectos do fluxo de informação e os meios de processá-la para ótimo acesso e uso, como prescreve o conceito inicial da CI, formulado nas Conferências do Georgia Tech. Isto é fácil de compreender tendo em vista que a RS se apresenta como funções sociais que conduzem instituições e profissionais a promover, extrapolando atividades puramente operacionais, acessibilidade, inclusão digital e social, responsabilidade social com a ciência, com as empresas, com as instituições de ensino superior, socioambiental, etc. Ou influenciam na origem, disseminação, armazenagem, organização, recuperação, interpretação e uso da informação. O que seria o mesmo que referir-se aos meios e processos que formalizam o fluxo da informação.

É importante considerar ainda, que cada uma das macrotemáticas conecta-se com outras microtemáticas que tangenciam a RS da CI gerando associações,

constituindo um processo coerente. A acessibilidade comporta os portadores de necessidades especiais diversas, mas de maneira especial, a CI demonstrou a sua RS para com os portadores de necessidades auditivas. Os aspectos éticos oferecem a bioética, os conceitos gerais sobre Ética, a ética profissional e a deontologia, além da ética da informação para concatenar a RS e a Ética. A Cidadania fornece a compreensão de emancipação para orientar a prática da RS da CI. Uma prática que pretende oferecer, por meio da informação, liberdade aos indivíduos. Os meios de comunicação de massa e a comunicação científica aproximam a RS da CI e os aspectos gerais da comunicação. Por outro lado, comunicar também é educar. E o fenômeno informacional evidencia a importância da Educação e os colocam como extensão da RS da CI. O combate à exclusão tecnológica inclui digitalmente os menos favorecidos e excluídos da sociedade da informação. A inclusão social acontece quando é observada a extinção da exclusão digital, mas também a dos diversos tipos de exclusão social. É a RS que caminha para a inclusão dos socialmente excluídos, notada pela *práxis* das mais variadas pessoas, localizadas nos mais variados setores da sociedade, inspirados e empenhados na idealização e recomendação de políticas públicas, que seja de informação ou não. É uma RS desenvolvida pelas corporações que visam o assistencialismo, a filantropia, e o marketing social. Mas que também pregam o desenvolvimento social, sustentável, equitativo e de respeito ao meio ambiente. Exercida por outros ambientes organizacionais, como a universidade, visa promover o acesso a ciência e a preservação da memória científica e social.

Enfim, é, portanto, a RS praticada por profissionais da informação, baseada nas funções e/ou empenhos de arquivistas, bibliotecários e museólogos, que encontram nos papéis e/ou responsabilidades sociais de arquivos, bibliotecas e museus, as possibilidades de desenvolverem as suas práticas sociais. A função e/ou responsabilidade social da CI atrelada ao entendimento desta área como ciência social, consiste em promover o acesso e o uso da informação, quer por meios convencionais, quer por meios tecnológicos modernos. Visa democratizar o acesso à informação e defende o direito a todos. Está ancorada no conceito de informação social. Por meio da mediação da informação, possibilita o desenvolvimento da competência e do letramento informacionais nas pessoas. E, media e Transmite a informação para os usuários que dela necessitem para socializar o conhecimento.

Soma-se a esse conceito, as interpretações de Garcia e Targino e Dantas (2012), que conceituam a RS da CI como o compromisso social, constante e planejado, percebido pelas ações dos profissionais de informação e funções dos espaços de atuação, ancorado no potencial transformador inerente à informação, cuja prática se estabelece pela ação cultural, função social e mediação. O conceito que apresentamos tem fundamento em três determinantes:

- ✓ Responsabilidade social das unidades de informação: entendendo os arquivos, as bibliotecas e os museus como organismos complementares da sociedade da informação. Nessa conjuntura, a RS associa-se à função social, referindo-se a capacidade que essas instituições possuem, de oferecer suporte aos cidadãos, por meio de seus profissionais (internamente), e, pela reunião de usuários efetivos e em potencial (externamente). A pretensão dos equipamentos sociais seria o desenvolvimento integral do cidadão, unindo necessidades educacionais, profissionais, culturais, políticas, econômicas e sociais como um todo.
- ✓ Responsabilidade social dos profissionais de informação: considerando o arquivista, o bibliotecário e o museólogo como agentes sociais por natureza. Nessa totalidade, a RS refere-se às competências desses profissionais voltadas para as dimensões sociais dos serviços de informação vislumbrando a melhoria da qualidade de vida dos seres. Uma expressão de empenho em promover justiça social, subsidiar iniciativas advindas do público, assumir posições políticas, sustentando em qualquer ocasião valores aceitáveis de conduta humana, haja vista que a RS reforça o comportamento ético e socialmente responsável de organizações e indivíduos. Abrange quatro estágios do processo informacional: geração e tratamento da informação; disponibilização das coleções impressas ou eletrônicas; integração com os demais membros da organização onde a unidade de informação está inserida, e; interação com os usuários/produtores, conectando-se com a toda a sociedade.
- ✓ Responsabilidade social da Ciência da Informação: atentando para a CI como área naturalmente social, sua RS refere-se à priorização do fenômeno informacional em suas diferentes facetas, tendo a informação como elemento essencial à comunicação, com enfoque sociológico que reforça o ciclo

informacional altruísta, mediante ações ininterruptas, sistemáticas e que expressem comprometimento das unidades de informação e instituições envolvidas.

Na pesquisa, acompanhamos também os estudos que referenciaram temáticas que se associam a RS da CI ratificando o conceito que alcançamos. Isto também nos possibilitou seguir as investigações desenvolvidas durante os anos de existência dos Programas estudados, consentindo considerar a história da área. Houve época na CI, em que temáticas tais como: democratização da informação, informação social e RS focaram as verificações científicas do campo. Apesar de centrais, as contribuições alcançadas a partir dos estudos, não foram suficientes para consolidar o conceito de RS da CI naquele momento histórico. A consequência disso foi o longo período em que se observa um conceito de RS da CI não associado com a democratização do acesso à informação, ao conceito de informação social, nem tão pouco aos seus desdobramentos. São muitos os fatores que podem ter levado a RS a passar despercebida por pesquisadores da área. Um deles pode ser considerado pela falta de maturidade científica.

Diante do cenário atual, e dado o crescente número de estudos que vimos acompanhando sobre a RS aplicada à CI, alinhado a aceitação do conceito na área, acreditamos ser oportuno representar a Responsabilidade Social da Ciência da Informação pela sigla RSCI. Intuitivamente, esperamos que a representação do conceito por RSCI outorgue familiarizar a temática entre pesquisadores e profissionais da área, subsidiando a concretização do entendimento e da importância da temática para a área da CI.

Das categorias que representaram algum campo do conhecimento, evidenciando conexões das áreas com a CI, listamos a Educação, a Comunicação Social, a Biblioteconomia, a Arquivologia, a Museologia, a Sociologia e a Gestão. Esta última área foi listada, graças a relação mais íntima com a RS, que é comumente notada. E nos estudos da CI isso se repete. E ainda que não exposta como categoria, a Gestão visivelmente permeia as discussões sobre a temática RSE, e implicitamente compreendemos suas contribuições.

Nas dissertações e teses em que não identificamos grandes considerações a respeito das temáticas estudadas, foi possível intuir as intenções dos autores ao colocar a RS como discussão paralela de suas pesquisas. Apreciações de autores

que não mencionaram densamente o tema, mas que resumiram em meta dado o que simboliza parte dos seus estudos.

O número de estudos que vimos acompanhando sobre a RS aplicada à CI, alinhado a aceitação do conceito na área, nos leva a acreditar ser oportuno representar a Responsabilidade Social da Ciência da Informação pela sigla RSCI. Com isto, oferecemos RSCI como a representação do conceito para que outorgue familiaridade à temática entre pesquisadores e profissionais da área, subsidiando a concretização do entendimento e de sua importância para a área da CI.

REFERÊNCIAS

- ALENCAR, P. V. Mediação da Informação no fazer bibliotecário no âmbito do interculturalismo. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 15., 2014, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: UFMG, 2014 .
- APARÍCIO, M. A. M. **A Sociedade da Informação: perspectiva para a Angola.** 2006. 273 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Universidade de Brasília. Brasília, DF, 2006.
- ARAÚJO, C. S.; PINHO NETO, J. A. S. Gestão da informação do terceiro setor: um estudo de caso da organização não governamental Amazona. In.: Encontro Nacional de pesquisa em Ciência da Informação. 12., 2011, Brasília, DF, 2011. **Anais...** p. 1423-1429
- ASHLEY, P. **Ética e responsabilidade social nos negócios.** São Paulo: Atlas, 2003.
- BARBOSA, T. K. **Oferta e demanda de informação da Biblioteca Virtual em Saúde: BVS bioética e diplomacia em saúde.** 2012. 205 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação)–Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Universidade de Brasília. Brasília, DF, 2012.
- BASSETTO, C. L. **A inter-relação entre competência em informação e a construção de conhecimento corporativo em ambiência de redes organizacionais:** um estudo no SEBRAE-SP, Escritório Regional de Bauru. 2012. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação)–Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho. Marília, SP, 2012.
- BESSA, A. Q. **A Interação entre bibliotecárias e professores de escolas públicas estaduais em Manaus, Amazonas, na biblioteca escolar.** 2011. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2011.
- BURIN, C. K. **O ensino de Biblioteconomia na Região Sul do Brasil:** análise dos projetos pedagógicos dos cursos à luz das diretrizes curriculares nacionais. 2009. 121 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2009.
- CALDERÓN, A. I.; PEDRO, R.; VARGAS, M. Responsabilidade social da Educação Superior: a metamorfose do discurso da UNESCO em foco. **Interface: comunicação, saúde e educação**, [s. l.], v. 15, n. 39, set./dez. 2011.
- CARDOSO FILHO, J. C.; SANTOS, M. M; ARAÚJO JUNIOR, R. H. Informação e políticas públicas: a responsabilidade social da ciência da informação. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 12., 2011, Brasília. **Anais...** Brasília: UNB, 2011.

CAVALCANTE, L. E.; FEITOSA, L. T. Bibliotecas comunitárias e movimentos sociais: mediações, Sociabilidades e cidadania. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 11., 2010, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: IBICT, 2010.

CHALHUB, T. Acessibilidade a museus brasileiros: reflexões sobre a inclusão de surdos. IN ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 15., 2014, **Anais digitais...** Belo Horizonte, UFMG, 2014. Disponível em: file:///D:/Meus%20documentos/Desktop/ANAIS-FINAL_GT9%20X%20IV.pdf. Acessado em 16/11/2014

CORRADI, J. A. M.; VIDOTTI, S. A. B. G. Ambientes informacionais digitais acessíveis a minorias linguísticas surdas: cidadania e/ou responsabilidade social. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 10., 2009, João Pessoa. **Anais...** João Pessoa: UFPB, 2009.

CRUZ JUNIOR, E. G.; SCHEINER, T. C. M. Desenvolvimento sustentável, Museologia e Patrimônio: uma relação em sincronia. IN: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 8., 2007, Salvador, Bahia. **Anais...** Salvador, BA: UFBA, 2007. Disponível em: <http://enancib.ibict.br/index.php/enancib/viiienancib/schedConf/presentations>>. Acesso em: 02 nov. 2014.

DANUELLO, J. C. **Produção científica docente em tratamento temático da informação no Brasil**: uma abordagem métrica como subsídio para a análise do domínio. 2007. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação)–Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho. Marília, SP, 2007.

DANTAS, E. R. F.; GARCIA, J. C. R. Do tradicional ao atual conceito de responsabilidade social da Ciência da Informação. **Biblionline**, João Pessoa, v. 9, n. 3, p. 3-18, jul./dez. 2013.

FARIAS, M. G. G.; FREIRE, I. M. A realidade dos Quartieri Sensibili na Itália: a informação como instrumento de Transformação Social. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 15., 2014, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: UFMG, 2014

FARIAS, M. G. G.; VARELA, A. V. Desenvolvimento de competências informacionais em moradores de uma comunidade popular urbana. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 13., 2012, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2012.

FERREIRA, A. F. B. C.; LIMA, D. F. C. Informação especial no museu -- acessibilidade: a inclusão social da pessoa com deficiência visual. IN: : ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 12., 2011, Brasília, DF. **Anais...** Brasília: UNB, 2011. Disponível em: <http://enancib.ibict.br/index.php/enancib/enancibXII/schedConf/presentations>>. Acesso em: 03 nov. 2014.

FERREIRA, G. H. A. **Análise das melhorias percebidas na gestão da informação com o uso da memória organizacional existente na implantação de inteligência competitiva**: o caso do núcleo integrado de negócios do ITEP. 2012. 206 f.

Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2012a.

FERREIRA, M. S. **A representação da memória científica da Ciência da Informação brasileira**: um estudo com as palavras-chave do ENANCIB. 2012. 179 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2012b.

FREIRE, I. M. Janelas da cultura local: abrindo oportunidades para inclusão digital. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 8., 2007, Salvador. **Anais...** Salvador: UFBA, 2007.

_____. Reflexões sobre uma ética da informação na sociedade em rede. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 11., 2010, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: IBICT, 2010.

_____. Temática “responsabilidade social” na literatura da ciência da informação indexada pela Brapci. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 14., 2013, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: UFSC, 2013.

FREIRE, P. **Ação cultural para a liberdade**. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

GARCIA, J. C. R. Responsabilidade com a ciência. **DataGramaZero, revista de Ciência da Informação**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 7, abr. 2007.

GARCIA, J. C. R.; TARGINO, M. G.; DANTAS, E. R. F. Conceito de responsabilidade social da Ciência da Informação. **Informação & Informação**, Londrina, v. 17, n.1, p. 1-25, jan./jun. 2012. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/12309/11372>>. Acesso em: 08 Dez. 2014.

GARCIA, J. C. R. et al. O conceito de responsabilidade social em programas de Ciência da Informação no Brasil, período 1980-2008. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 10., 2009, João Pessoa. **Anais...** João Pessoa: UFPB, 2009.

GARCIA, J. C. R.; TARGINO, M. G.; SILVA, I. C. Responsabilidade social: produção na ciência da informação. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 12., 2011, Brasília. **Anais...** Brasília: UnB, 2011.

GUEDES, M. A. M. **Fatores de risco de perda de documentos eletrônicos de caráter arquivístico em uma instituição pública**: um estudo de caso na Câmara dos Deputados. 2006. 335 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Universidade de Brasília. Brasília, DF, 2006.

LIMA, C. B.; AQUINO, M. A. Acesso e democratização da informação: identidades afrodescendentes na cibercultura. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM

CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 10., 2009, João Pessoa. **Anais...** João Pessoa: UFPB, 2009.

MACEDO, A. R. O papel social da universidade. **Revista da ABMES**; estudos, Brasília, ano 23, n. 34, p. 7-12, abr. 2005.

MAIMONE, G. D.; SILVEIRA, N. C. Condição humana e os paradigmas da Ciência da Informação. **Rev. Eletr. Informação e Cognição**, v.6, n.1, p.55-67, 2007.

MALAQUIAS, J. F. F. **Informação e Cidadania na Penitenciária e Presídio do Roger**. 1999. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 1999.

MAY, T. **Pesquisa social**: questões, métodos e processos. 3. ed. Porto Alegre, RS: Artmed, 2004.

MENEZES, M. C. **Entre o discurso e a leitura**: a comunicação da informação em um curso de Comunicação Social na Universidade Federal da Paraíba. 2004. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2004.

MESSIAS, L. C. S. **Informação**: um estudo exploratório do conceito em periódicos científicos brasileiros da área de Ciência da Informação. 2005. 206 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Universidade Estadual Paulista. Marília, 2005.

MIRANDA, M. R. P. F. **Informação, leitura e inclusão educacional e social nas bibliotecas braille de Campo Grande - MS**: um estudo de caso. 2006. 247 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Universidade de Brasília. Brasília, DF, 2006.

DU MONT, R. R. Ethics in librarianship: a management model. **Library Trends**, Fall 1991.

MUKHERJEE, A. K. **Librarianship**: its philosophy and history. Calcutta: Asia Publishing House, 1966. 220p.

NASCIMENTO, R. N. A. **Informação e Cidadania**: da pluralidade dos sentidos ao desvelar dos ditos. 2001. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) –, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2001.

ORMAY, L. S.; Inteligência artificial e controle social da CT&I: uma relação pertinente à ciência da informação. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 15., 2014, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte. ECI, UFMG, 2014. p. 11-25.

PANET, C. F. **Expectativas discentes quanto a uma biblioteca pública infantil em João Pessoa**. 1982. Dissertação (Mestrado em Biblioteconomia) – Curso de Mestrado em Biblioteconomia, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 1982.

PINHEIRO, E. G. **Entre o sonho e a realidade: a leitura/informação como atribuição de sentido no contexto do câncer infantil**. 2001, 210 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Curso de Mestrado em Ciência da Informação, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2001.

PINHO NETO, J. A. S. Ações de inclusão digital nas instituições penitenciárias do Brasil e da Espanha: um estudo comparado. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 15., 2014, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: UFMG, 2014.

PINTO, A. A. O profissional da informação como agente de (des)colonialidade do saber. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 10., 2009, João Pessoa. **Anais...** João Pessoa: UFPB, 2009.

RASCHE, F. Ética em bibliotecas públicas: representações de ética de profissionais da informação bibliotecários. 2005. 221 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2005.

SANTOS, S. M. D. Currículos dos cursos de biblioteconomia, documentação e ciência da informação no contexto da inclusão social. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 9., 2008, São Paulo. **Anais...** São Paulo: USP, 2008.

SANTOS, S. M. D.; BARREIRA, M. I. J.S.; FREIRE, I. Biblioteconomia nas IFES do nordeste: currículo e educação na perspectiva da inclusão social. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 11., 2010, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: IBICT, 2010.

SILVA, A. K. A. **O discurso e as práticas informacionais de leitura: por uma formação de cidadãos-leitores**. 2003. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2003a.

SILVA, A. L. A. **A (cons)ciência da responsabilidade social e ét(n)ica na produção de conhecimento sobre o (a) negro em Programas de Pós-Graduação da Universidade Federal da Paraíba**. 2009. 139 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2009.

SILVA, F. F. **Transferência de tecnologia da informação do pólo tecnológico de Campina Grande e a relação com o desenvolvimento local**. 2003. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2003b.

SILVA, I. C.; GARCIA, J. C. R. Rede colaborativa de descritores de responsabilidade social no PPGCI/UFPB. **Biblionline**, João Pessoa, v. 8, n. esp., 184-197, 2012.

SILVA, P.; FREIRE, I. M.; FARIAS, M. G. G. Memória e socialização da informação na web. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 11., 2010, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro, 2010.

SILVA, R. A.; COSTA, M. A.; SILVA, J. A formação do bibliotecário para atuar na sociedade inclusiva. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 15., 2014, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: UFMG, 2014.

SILVA, T. E. **Território da utopia/área de risco. Política cultural:** aventuras e desventuras da experiência de Uberlândia (MG). 1992. Dissertação (Mestrado em Biblioteconomia) – Curso de Mestrado em Biblioteconomia, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 1992.

SOUZA, F. C.; STUMPF, K. Ética na ciência da informação e biblioteconomia brasileiras: sua discussão em periódicos e anais de eventos. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 10., 2009, João Pessoa. **Anais...** João Pessoa: UFPB, 2009.

TARGINO, J. R. **Estudo das concepções de informação para cidadania entre os detentos do Sistema Penitenciário Paraibano.** 2003. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) –, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2003.

TAYLOR, R.S. Professional aspects of information science and technology. **Annual Review of Information Science and Technology**, [s. l.], v. 1, p. 15-40, 1966.

VALÉRIO, E. D. **Reflexões sobre movimentos sociais e informação:** a experiência do Grupo de Valorização Negra do Cariri - GRUNEC. 2014. 163 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Universidade Federal do Pernambuco. Recife, 2014.

VIANNA, J. A.; CRIVELLARI, H. M. T. Questões sobre a identidade e a socialidade no trabalho informacional mediado pelas tecnologias da informação e da comunicação. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 10., 2009, João Pessoa. **Anais...** João Pessoa: UFPB, 2009.

WERSIG, G.; NEVELING, U. The phenomena of interest to information science. **The Information Scientist**, v.9, n.4, 1975.

ZANIRATTI, C.; CUBILLOS, D.; OLIVEIRA, J. Dimensão econômica, sócio-cultural e política da sociedade da informação. IN: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 8., 2007, Salvador, Bahia. **Anais...** Salvador, BA: UFBA, 2007.